



UNIVERSIDADE DO MINHO  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS URBANAS:  
O Caso do Município de Vila Flor

António Valdemar Tabuada Teixeira

**Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Municipal  
sob a orientação científica da Professora Doutora Júlia Maria Brandão  
Barbosa Lourenço**

BRAGA  
JULHO – 2007





## AGRADECIMENTOS

Por este meio expresso gratidão a todos aqueles que participaram de uma forma directa e/ou indirecta, dispenderam seu tempo e desenvolveram esforços para tornar possível a realização desta dissertação.

Ao Coordenador do Mestrado em Engenharia Municipal, Professor Doutor Rui António Rodrigues Ramos, pelo apoio e documentação facultada desde o início do curso.

À Orientadora, Professora Doutora Júlia Maria Brandão Barbosa Lourenço, pelo seu inextinguível empenho e dedicação, sempre com espírito crítico para o aperfeiçoamento e enriquecimento científico.

São agradecimentos devidos, ao executivo do Município de Vila Flor, Dr. Artur Pimentel e Eng.º Fernando Barros, e ainda ao assessor principal, Eng.º António Gil, pela realização pessoal, profissional e académica ao longo destes últimos anos, que culminou na realização deste trabalho.

Um agradecimento particular ao Miguel Ângelo, e colegas do Gabinete Técnico do Município que em muito contribuíram no fornecimento de documentação.

Ao amigo Rui Ribeiro que sempre se mostrou disponível para colaborar ao longo do Mestrado.

Por último aos Pais, Irmã, Sobrinho e à minha Esposa, Natália, pela ajuda e participação, em especial nos momentos mais difíceis.



## RESUMO

O diagnóstico transversal das políticas nos sectores socio-económicos e ambientais, é uma ferramenta útil para os representantes locais fundamentarem e justificarem as decisões a implementar. Este facto levanta a questão da avaliação das políticas urbanas resultantes da aplicação dos recursos económicos e da forma de actuação.

Esta temática, associada aos indicadores estatísticos preocupantes do Município de Vila Flor, justificou a investigação que consiste em diagnosticar os problemas, analisar sectores disciplinares diferentes, nomeadamente acessibilidades, estrutura demográfica, estrutura económica e o edificado, procurando determinar medidas para contrariar os índices negativos, valorizando as potencialidades e oportunidades concelhias. Para simplificação das áreas de estudo, a análise específica recai em cinco centros urbanos detectados como representativos da realidade concelhia.

Interessa descrever as causas, e as políticas a implementar podendo os resultados obtidos na dissertação ser um elemento de consulta, e um contributo útil no apoio das decisões para a melhoria das políticas futuras a adoptar, criando um ciclo de planeamento integrado, passível de desenvolvimento sustentável nesta região desfavorecida.

A ideia fundamental desta análise assenta no pressuposto de liderança estratégica do poder autárquico, que influencia a evolução socio-económica, impulsiona o sector privado e mobiliza a comunidade local.

As iniciativas e projectos locais, num pensamento global, não se devem limitar a uma reacção perante a crise, mas devem funcionar num processo cíclico que envolva uma dinâmica de desenvolvimento, cativando recursos exógenos e activando os endógenos, em benefício da autarquia, sem descurar questões ambientais.

## ABSTRACT

The cross diagnosis of the policies adopted in the socio-economical and environmental sectors is a useful tool for the local representatives to back up and justify the decisions to be implemented. This fact raises the question of the evaluation of the urban policies resulting from the application of the economical resources and of the way of acting.

This issue, connected with the worrying statistical indicators of the Municipality of Vila Flor, justified the research that consists of diagnosing the problems, analyzing different disciplinary sectors, namely accessibility, demographic and economical structure and edifications, trying to determine measures to change the negative rates, valuing the municipal potentialities and opportunities. In order to simplify the study areas, the specific analysis comprises five urban centres identified as representative of the municipal reality.

This study describes the causes and the policies to be applied and its results can be a reference and a useful contribution to decision taking towards the improvement of future policies, opening a cycle of integrated planning, susceptible of a sustainable development in this less-favoured region.

The fundamental idea of this analysis lies on the assumption of a strategic leadership by the autarchic power, which shapes the socio-economical evolution, impels the private sector and mobilises the local community.

The local initiatives and projects, on a global thought, should not be limited to a reaction against crisis, but should be carried out in a cyclic process that involves a development dynamic, attracting the exogenous resources and activating the endogenous ones, in benefit of the municipality, without ignoring the environmental issues.

## ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS .....	v
RESUMO.....	vii
ABSTRACT .....	viii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	xi
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	xi
ÍNDICE DE QUADROS .....	xii
GLOSSÁRIO .....	xv
1 – INTRODUÇÃO .....	17
1.2 – Objectivos .....	18
1.3 – Metodologia e Fontes a Utilizar .....	19
1.4 – Procedimentos Base para a Dissertação.....	21
1.4.1 – Enquadramento Teórico.....	21
1.4.2 – Estudo de Caso.....	21
1.5 – Caracterização do Município em Termos Físicos .....	21
1.6 – Organização do Trabalho .....	25
2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	29
2.1 – Repensando o Desenvolvimento Local.....	29
2.2 – O Local como Referência Social: Do Pré-Fordismo para o Pós-Fordismo.....	31
2.3 – Da Perspectiva Descendente à Perspectiva Ascendente .....	34
2.4 – Efeito Sistémico da Territorialidade Local.....	38
2.5 – A Iniciativa Local e o seu Efeito Territorial .....	44
2.6 – Síntese.....	46
3 – ESTUDO DE CASO .....	49
3.1 – Introdução.....	49
3.2 – Análise das Acessibilidades.....	51
3.3 – Análise Demográfica.....	59
3.3.1 – Análise Demográfica por Centro Urbano Principal .....	61
3.3.2 – Componentes do Crescimento: Saldo Natural e Saldo Migratório .....	67



3.3.3 – Distribuição da População por Grupos Etários e o Envelhecimento Populacional.....	68
3.4 – Análise do Edificado por Centro Urbano Principal .....	69
3.5 – Estrutura Económica.....	72
3.5.1 – Actividades Económicas por Sector de Actividade .....	72
3.5.2 – Condição perante a Actividade Económica, Ocupação dos Activos ..	73
3.5.3 – Empresas por Sector de Actividade .....	84
3.5.4 – Emprego e Desemprego .....	90
3.6 – Governança, Planeamento e Desenvolvimento .....	94
3.6.1 – Comparação dos Resultados do 1.º e 2.º Fórum da Agenda 21 .....	98
3.6.2 – Urbanismo .....	100
3.6.3 – Projectos Relevantes a Nível Municipal .....	101
3.6.4 – Factores para Aumentar a Cooperação Intermunicipal .....	102
3.6.5 – Planos e Estudos Eficazes ou em Elaboração .....	103
3.7 – Análise SWOT nos vários Domínios .....	105
4 – DISCUSSÃO DE RESULTADOS .....	111
4.1 – Acessibilidades .....	111
4.2 – Análise Demográfica.....	112
4.3 – Estrutura da Edificação/População .....	114
4.4 – Estrutura Económica.....	115
5- CONCLUSÕES .....	125
REFERÊNCIAS .....	129
ANEXOS .....	139
Anexo I .....	141
Anexo II .....	149
Anexo III .....	157
Anexo IV .....	173
Anexo V .....	177
Anexo VI.....	195
Anexo VII.....	199

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Portugal com a Localização do Concelho de Vila Flor .....	22
Figura 2 - Mapa do Concelho com a Delimitação das Freguesias .....	23
Figura 3 - Fotos Panorâmicas de Vila Flor .....	23
Figura 4 - Esquema da Análise SWOT .....	42
Figura 5 - Esquema de Desenvolvimento e Iniciativa Local .....	45
Figura 6 - Mapa de Portugal com a Delimitação dos Concelhos.....	50
Figura 7 - Localização do Município de Vila Flor no Distrito de Bragança e Identificação das .....	51
Figura 8 - Rede Viária Existente.....	53
Figura 9 - Rede Viária Existente com a Sobreposição do IC5 e IP2 .....	54
Figura 10 - Rede Viária do Concelho .....	56
Figura 11 - Exploração Agrícola – Olival      Figura 12 - A Oliveira e a Azeitona ....	78
Figura 13 - Ortofotomapa do Parque de Campismo e Albufeira.....	90
Figura 14 - Ortofotomapa com a Delimitação do Perímetro da Área a Expandir.	122

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da População Residente no Concelho de Vila Flor .....	59
Gráfico 2 - Evolução da População nos Principais Centros do Município de Vila Flor .....	62
Gráfico 3 - Taxa de Variação da População nos Principais Centros do Município de Vila Flor .....	63
Gráfico 4 - Número de Famílias por Centro Urbano.....	66
Gráfico 5 - Evolução de Edifícios por Centro.....	70
Gráfico 6 - Relação entre Número de Edifícios e População nos Cinco Centros..	71
Gráfico 7 -Taxa de Actividade por Zonas Geográficas.....	75
Gráfico 8 - Distribuição da População por Sector de Actividade nas Áreas Geográficas.....	77

Gráfico 9 - Evolução da População Segundo o Sector de Actividade .....	80
Gráfico 10 - População Residente Empregada Segundo o Sector de Actividade Económica, 2001 .....	82
Gráfico 11 - Evolução das Empresas entre 1997 e 2004 em Vila Flor .....	84
Gráfico 12 - Taxa de Desemprego por Zonas Geográficas .....	92

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização do Concelho de Vila Flor .....	51
Quadro 2 - Distâncias entre Povoações do Município .....	58
Quadro 3 - Recenseamentos Gerais da População, 1940 a 2001 .....	59
Quadro 4 - População Residente nos Cinco Centros .....	62
Quadro 5 - Famílias Clássicas + Famílias Institucionais .....	66
Quadro 6 - Indicadores Demográficos no Concelho de Vila Flor e no Douro .....	68
Quadro 7 - Evolução do Número de Edifícios por Centro .....	69
Quadro 8 - Relação entre Edifícios e População nos Cinco Centros .....	71
Quadro 9 - Actividade Económica por Sectores de Actividade .....	72
Quadro 10 - População Segundo a Condição Perante a Actividade Económica Desenvolvida .....	74
Quadro 11 - Taxa de Actividade nas Zonas Norte, Douro e Vila Flor .....	75
Quadro 12 - Indicadores do Mercado de Trabalho em 1991 e 2001 .....	76
Quadro 13 – Distribuição da População por Sector de Actividade nas Zonas Norte, Sub-Região do Douro e Vila Flor. ....	77
Quadro 14 - Percentagem de Pessoas Afectas aos Sectores de Actividade .....	80
Quadro 15 - Percentagem de Pessoas Afectas aos Sectores de Actividade nos Cinco Centros .....	81
Quadro 16 - Número de Estabelecimentos de Comércio e Serviços .....	83
Quadro 17 – Empresas por Concelho da Sede, Segundo a CAE no Município de Vila Flor entre 1997 a 2004 .....	84
Quadro 18 - Unidades de Turismo Rural e Agro Turismo .....	87
Quadro 19 - Unidades de Alojamento com Projecto Aprovado e em Curso .....	87

Quadro 20 - Número de Dormidas Anuais no Parque de Campismo.....	89
Quadro 21 - Evolução do Emprego no Concelho (Pessoas ao Serviço) – Período 1995-2002 .....	91
Quadro 22 - Taxa de Desemprego por Regiões Geográficas .....	92
Quadro 23 - Características do Desemprego no Concelho de Vila Flor e Sub- Região do Douro .....	93
Quadro 24 - Resultados do I Fórum Participativo da Agenda 21 de Vila Flor .....	95
Quadro 25 - Resultados do II Fórum Participativo da Agenda 21 de Vila Flor – “Vila Flor em 2015” .....	97
Quadro 26 - Comparação dos Resultados dos Fóruns .....	98
Quadro 27- Análise SWOT- Acessibilidades e Rede de Transportes .....	105
Quadro 28 - Análise SWOT - Estrutura Demográfica.....	106
Quadro 29 - Análise SWOT- Parque Habitacional .....	107
Quadro 30 - Análise SWOT- Desenvolvimento Económico e Humano .....	108
Quadro 31 - Análise SWOT - Empregabilidade.....	109
Quadro 32 - Indicadores Principais de Vila Flor e Sub – Região do Douro .....	120



## GLOSSÁRIO

A – Auto-Estrada

AMU – Áreas Medianamente Urbanas

APR – Áreas Predominantemente Rurais

APU – Áreas Predominantemente Urbanas

ATMAD – Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro

CAE – Classificação das Actividades Económicas

CM – Caminho Municipal

DETEFP – Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional

ETA – Estação de Tratamento de Águas

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

EN – Estrada Nacional

EUA – Estados Unidos da América

Ha – Hectare

IDICT – Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho

INE – Instituto Nacional de Estatística

IC – Itinerário Complementar

IGP – Instituto Geográfico Português

IP – Itinerário Principal

NUT – Nomenclatura de Unidades Territoriais

PDM – Plano Director Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

PRN – Plano Rodoviário Nacional

QCA – Quadro Comunitário de Apoio

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SWOT – Strength (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades), Threats (Ameaças)

UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão



## 1 – INTRODUÇÃO

O concelho de Vila Flor, à semelhança de outros concelhos do interior de Portugal, debate-se com inúmeros problemas e estrangulamentos. Estes problemas são condicionalismos deveras importantes ao desenvolvimento desta região, dos quais podemos destacar o declínio demográfico, a baixa natalidade, o envelhecimento da população, a insuficiência de acessibilidades, a fraca qualificação dos recursos humanos, a quase inexistência da indústria e do turismo, acrescido dos baixos níveis de rendimento e poder de compra da sua população.

Este fenómeno de declínio demográfico, recorrente em todo o interior Norte, tem origem na perda de efectivos populacionais, quer devido ao intenso movimento emigratório, quer também ao êxodo rural que fez deslocar muitos naturais destas terras para outras regiões, essencialmente para as grandes urbes de Lisboa e Porto. Há que quantificar a razão deste fenómeno sendo importante pensar-se numa correcta adequação dos equipamentos e infra-estruturas a construir e/ou a reabilitar, às potencialidades naturais e económicas da área em causa, de forma a criar condições de atractividade, principalmente à população jovem, fomentando a sua fixação na região.

Ao nível de actividades económicas, Portugal passou de um país predominantemente agrícola (sector primário) para uma grande parte da população activa integrar os serviços (sector terciário) não havendo articulação com o sector secundário e correspondentes questões ambientais, sendo no interior do País a falta de ligação entre estes sectores por demais evidente.

Não obstante, todos os condicionalismos referidos, o Município de Vila Flor, dispõe de condições naturais e paisagísticas de grande qualidade e um património histórico, arqueológico e arquitectónico interessante, que patenteia vestígios de várias épocas, havendo apontamentos relevantes em várias localidades do concelho e centralizado um grande espólio ao nível arqueológico no Museu da Vila.



Existem potencialidades e oportunidades a explorar, quer ao nível de património/cultural, quer ao nível dos sectores de turismo, agrícola e também industrial, de forma a conduzir ao desenvolvimento desta região.

A aplicação de métodos de apoio à decisão no âmbito destas temáticas constitui um campo a explorar e que se justifica pela necessidade de fazer a avaliação de políticas nas diferentes dimensões envolvidas. Este facto decorre da complexidade das decisões a tomar decorrente da relevância social, económica, política e ambiental das mesmas, bem como da sua especificidade territorial.

Estas realidades, associadas ao conhecimento profissional e pessoal motivaram a escolha do tema para dissertação do Mestrado em Engenharia Municipal, pretendendo assim que para além de um trabalho académico, possa de alguma forma contribuir positivamente para o concelho em estudo.

## 1.2 – Objectivos

São objectivos desta dissertação:

- Explorar a avaliação das políticas urbanas como tema de relevância, para a valorização dos efectivos populacionais e da qualidade de vida no Município de Vila Flor;
- Diagnosticar os níveis de desenvolvimento e urbanidade, e a sua relação com a densidade populacional, absentismo, emprego e condições socio-económicas;
- Recorrer a instrumentos de planeamento do território para identificar estratégias de desenvolvimento e políticas urbanas definidas para o Município;
- Aferir se o Município tem estado a aplicar conceitos modernos de planeamento e verificar se existem condições de sustentabilidade nas medidas adoptadas;

- Avaliar as políticas urbanas nas diferentes dimensões envolvidas: socio-económicas, políticas e ambientais associadas ao território em causa;
- Indicar directrizes para um planeamento integrado, como forma de apoio à decisão no âmbito do Planeamento Urbanístico Municipal;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável, criando indicadores passíveis de utilização para Municípios do interior de Portugal.

### 1.3 – Metodologia e Fontes a Utilizar

A metodologia adoptada privilegia as componentes quantitativas e qualitativas de uma análise comparativa. Sempre que se justificou, as comparações foram feitas com a sub-região Douro (Nomenclatura de Unidade Territorial - NUT III), a qual é composta por dezanove municípios que, no seu conjunto, apresentam uma certa homogeneidade e identidade, ao contrário da Região Norte que já apresenta, no seu interior, concelhos com traços e características bastante distintas.

Vila Flor actualmente faz parte da região de Trás – os – Montes pois o mapa administrativo do norte foi reajustado. Vila Flor passou do Douro para Trás os Montes. No entanto, tendo obtido na investigação inicial os dados da sub-região do Douro é com os mesmos que se fará a análise.

O conselho regional da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte aprovou em 21-06-2006 algumas alterações ao actual mapa administrativo da região. As mudanças resultaram de uma proposta de ajustamento das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS), apresentadas em anexo. De acordo com o novo mapa, o concelho de Vila Flor passa do Douro para Trás-os-Montes. O concelho de fronteira regional optou por integrar a NUT III de Trás-os-Montes No distrito de Vila Real, o concelho de Murça sai de Trás-os-

Montes para fazer parte do Douro, enquanto Ribeira de Pena sai do Tâmega para integrar Trás-os-Montes.

Com o intuito de efectuar um diagnóstico rigoroso, foi necessário efectuar várias consultas que contribuíram para o enriquecimento e permitiram uma análise comparativa com outros municípios, de forma a tornar este trabalho abrangente nas diversas áreas. As fontes de informação a utilizar são diversas, tendo em conta que não existe um sistema estatístico, que agregue toda a informação necessária a uma abordagem como esta. Deste facto decorre a utilização e referência a datas distintas, o que nem sempre permite análises comparativas ou de causa - efeito, precisamente pela existência de hiatos temporais entre as várias informações.

Assim sendo, as principais fontes de informação inicialmente utilizadas foram:

- Elementos fundamentais, complementares e anexos do Plano Director Municipal (PDM) de Vila Flor datado de 1993 que ainda está em vigor, bem como a proposta já existente da revisão deste Plano Director. Consultaram-se os elementos fundamentais do plano designadamente: regulamento, planta de ordenamento, planta de condicionantes, relatório e planta de enquadramento dos elementos complementares. Salienta-se que no PDM em vigor não está elaborado o programa de execução e plano de financiamento. Nos elementos anexos analisaram-se os estudos de caracterização o extracto de regulamento de plano mais abrangente, o extracto de planta de síntese de plano mais abrangente e planta da situação existente;
- Consulta de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de forma a obter os valores necessários ao nível da população, com Recenseamentos Gerais da População, INE - Portugal, desde 1940 até 2001; Recenseamento Geral da Agricultura, INE - Portugal, 1999;
- Quadros do Pessoal do Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, 1995 e 2002;
- Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos, INE - Portugal, 2003;

- Anuário Estatístico da Região Norte, INE – Portugal, 2003; Dados da Câmara Municipal e dados estatísticos sobre a edificação.

Consultaram-se vários autores relacionados com o tema de avaliação de políticas urbanas, a fim de contribuir para o aprofundamento do estudo.

#### 1.4 – Procedimentos Base para a Dissertação

##### 1.4.1 – Enquadramento Teórico

O enquadramento do tema em causa efectuou-se através de teorias de desenvolvimento explicitadas por vários autores no contexto em se inserem, de forma a repensar o desenvolvimento local e que possam contribuir para o aparecimento de novas estratégias, tendo em conta a vontade dos representantes sociais, políticos e económicos.

##### 1.4.2 – Estudo de Caso

Através da bibliografia consultada e de vários estudos de caracterização elaboraram-se análises comparativas, tendo como finalidade a avaliação de políticas urbanas no Município de Vila Flor.

#### 1.5 – Caracterização do Município em Termos Físicos

Vila Flor encontra-se a Sul da Província de Trás-os-Montes, na parte Sul do Distrito de Bragança, numa zona de transição entre o rio Douro e o Nordeste Transmontano.

Situado geograficamente entre o rio Tua a Poente, a ribeira da Vilariça a Nascente, a Serra de Bornes a Norte e o planalto de Carrazeda de Ansiães a Sul, o concelho de Vila Flor estende-se por um vasto leque planáltico, em torno dos 600-700m.

Este concelho abrange 265,8 Km<sup>2</sup>, cerca de 29,77 Hab. /Km<sup>2</sup> e confronta a Norte com o concelho de Mirandela, a Sudoeste com o de Carrazeda de Ansiães, a Sudeste com Torre de Moncorvo e a Este com Alfândega da Fé. Este município possui 19 freguesias (sendo a área média de cada uma das freguesias de 14 Km<sup>2</sup>), e 27 povoações, situando-se a sede de concelho aproximadamente no centro geográfico. Por tipologia, as freguesias são consideradas rurais, à excepção da sede, sendo esta semi-urbana<sup>1</sup> (ver Anexo I) pois apresenta uma população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes.

Apresenta-se de seguida a localização do Município no mapa de Portugal Continental e a distribuição espacial das freguesias do concelho.

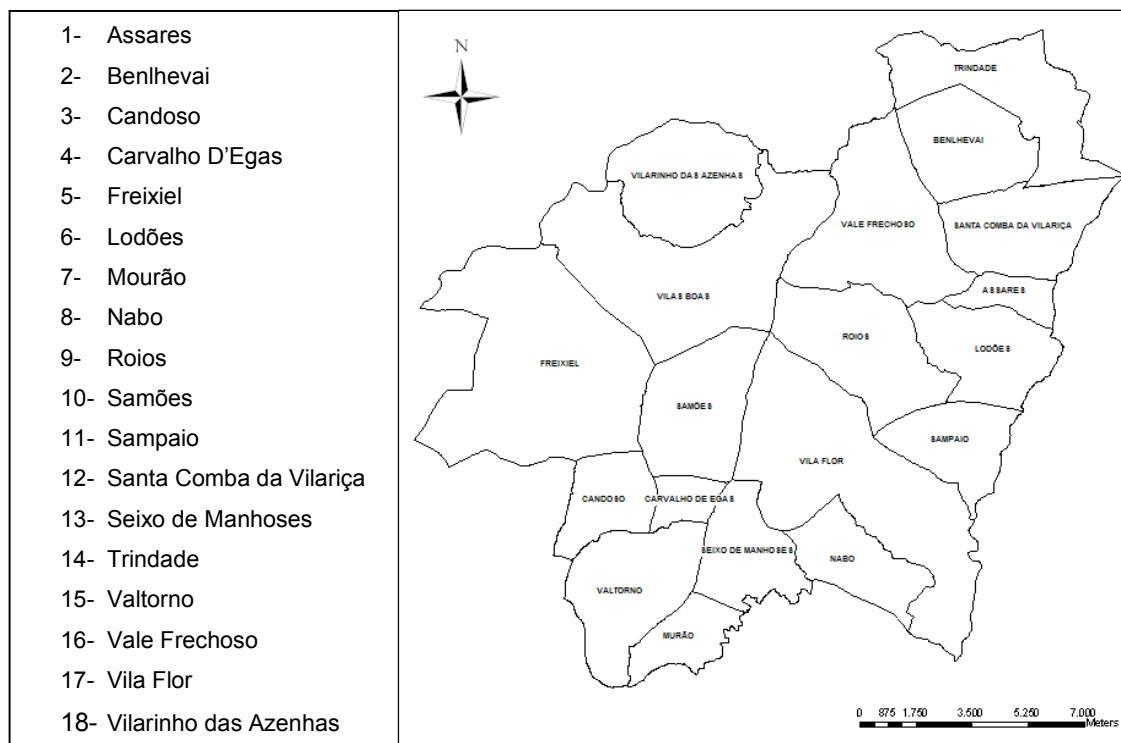
Figura 1 - Mapa de Portugal com a Localização do Concelho de Vila Flor



Fonte: Instituto Geográfico Português

<sup>1</sup> Tipologia das Áreas Urbanas

Figura 2 - Mapa do Concelho com a Delimitação das Freguesias



Fonte: Instituto Geográfico Português

Figura 3 - Fotos Panorâmicas de Vila Flor

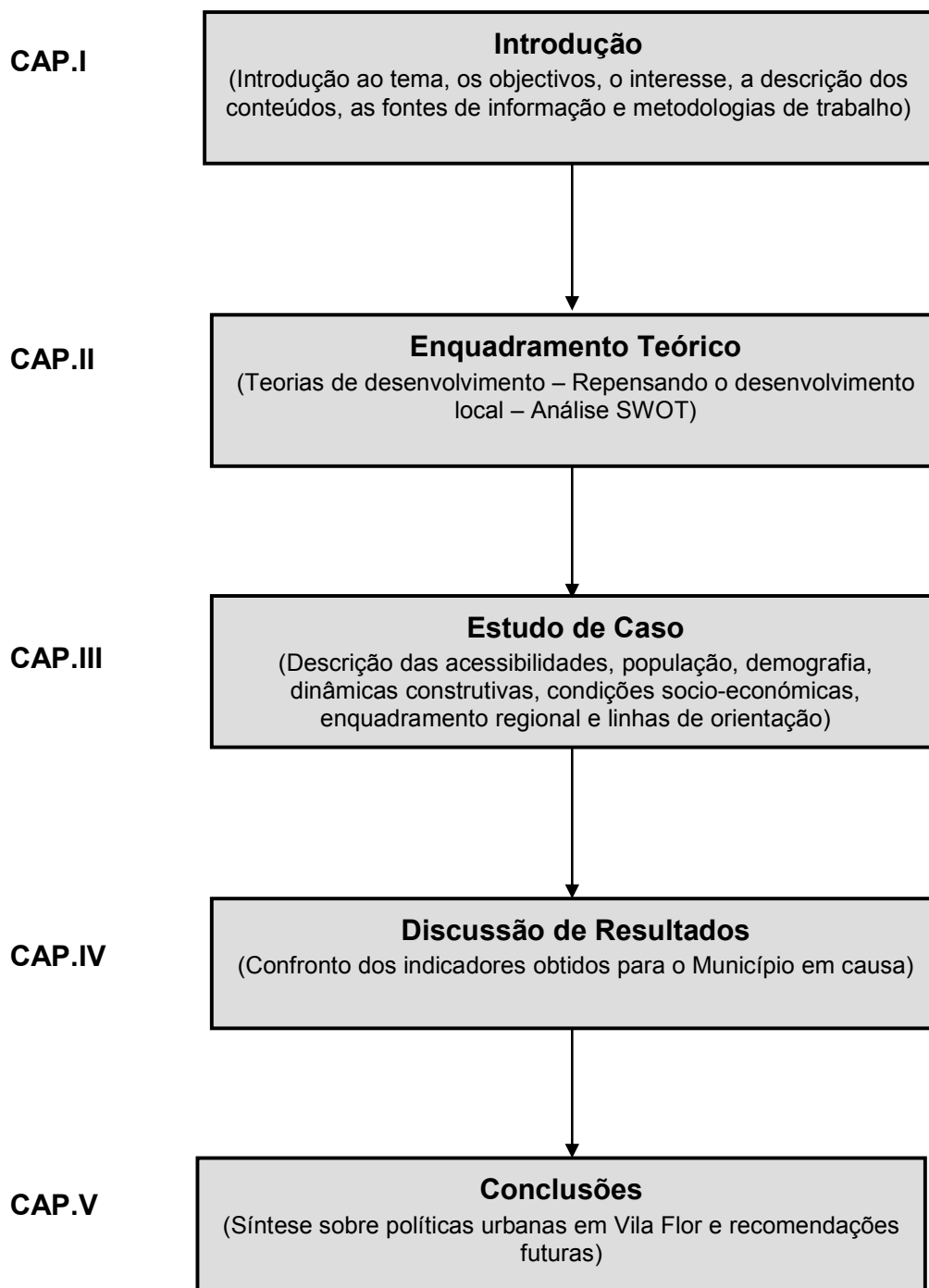


Fonte: Própria



## 1.6 – Organização do Trabalho

Apresenta-se de seguida um fluxograma exemplificativo da metodologia de organização da tese, com a realização das etapas mais importantes.







Uma breve síntese descritiva por etapas mais relevantes (ver fluxograma anterior) permite evidenciar as três seguintes:

- Pesquisa bibliográfica – nesta fase efectuou-se uma procura de informação de forma a obter um levantamento metódico, relacionado com o enquadramento teórico e avaliação de políticas urbanas. Foi a fase de investigação científica.

- Redacção da 1ª Parte da Dissertação – os estudos preliminares, a pesquisa bibliográfica, o enquadramento teórico e a análise do município nas diversas vertentes possibilitaram a realização da 1ª parte da dissertação.

- Discussão dos resultados – na posse de todos os elementos que se julgaram importantes efectuou-se a análise e discussão dos resultados.



## 2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 2.1 – Repensando o Desenvolvimento Local

A análise teórica desenvolvida neste capítulo sobre desenvolvimento local divide-se em quatro partes. Primeiro, aborda-se a evolução do conceito de lugar. Neste âmbito, mostrar-se-á que apesar da noção de lugar ter uma importância fundamental nas origens da análise territorial em ciências sociais, esta foi ocultada durante várias décadas como consequência da generalização das perspectivas *keynesianas* e do conceito de desenvolvimento regional. Em segundo lugar, considera-se a emergência do desenvolvimento local como resposta ascendente (de baixo para cima, *bottom-up*) a uma teoria do desenvolvimento que era caracterizado pela sua dinâmica descendente (*top-down*). Em terceiro lugar, averiguam-se diversas análises de estruturação de sistemas locais e territoriais que servem de referência às acções tanto políticas como económicas de desenvolvimento local. Ver-se-á, nesta parte, que as diversas formas de desenvolvimento local se inserem num mundo económico globalizado e num quadro político no qual as formas tradicionais da acção pública e a cidadania são questionadas, isto é, a problemática da governação e da democracia. Em quarto lugar, propõe-se um esquema que evidencia como a acção local e o território são conjugados através da pertinência territorial e da identidade num processo de criação sistemático.

A referência ao local impõe-se na planificação territorial e no ordenamento do território, a partir dos anos 80, substituindo assim o desenvolvimento regional centrado no Estado. O que em certo momento foi uma perspectiva alternativa, uma inovação, transformou-se num marco de referência importante para as políticas públicas e para a intervenção no que respeita ao território. O êxito do desenvolvimento local manifesta-se claramente nos casos de bairros específicos de grandes metrópoles, de zonas industriais ou colectividades com grandes recursos económicos. Esta inovação é principalmente importante quando se trata

de encontrar rumos e produzir dinamismo em regiões desintegradas fora destas colectividades nomeadamente em regiões rurais. Não se pode pedir a uma região desvitalizada que actue como uma região dinâmica e como um meio inovador quando a causa da sua desvitalização é precisamente a ausência desses factores, necessários para gerar dinamismo e inovação, sendo dominante o ciclo da desvitalização.

Os objectivos de justiça e consequentes critérios de equidade são frequentemente invocados pelo poder nas regiões e lugares com o fim de que estes possam competir com êxito numa economia aberta. Isto tem como resultado a exacerbação da competência entre colectividades locais para atrair recursos públicos e privados cada vez mais escassos. Existe consenso sobre o facto de que o desenvolvimento a partir da iniciativa local deve debruçar-se sobre a base do desenvolvimento sustentável, o qual deve ver-se tanto na dimensão temporal como geográfica. A dimensão temporal do desenvolvimento sustentável é mais perceptível do que a dimensão geográfica. Isto porque o conceito de passar o ónus do desenvolvimento para gerações futuras começa a ser mal visto porque este, não deve fazer-se em detrimento de outras colectividades. Este aspecto é menos claro e por vezes a competição entre colectividades quer do mesmo país ou de outros países para a realização de um projecto ou para a inversão de um determinado investimento público ou privado produz regiões ganhadoras e perdedoras.

É necessário portanto sobrepor ao regionalismo o conceito de **desenvolvimento local numa perspectiva global**.

Apesar destas reservas, no contexto do *post-fordismo*, o território local permite reconstruir laços sociais e relações de solidariedade. A construção da solidariedade social a partir da base de um projecto social mais do que uma realidade como disse Piole (1990). Trata-se de dinamizar o território actuando nos momentos estratégicos, de maneira que este se transforme numa plataforma de lançamento de iniciativas e projectos de acções colectivas. Trata-se da reconstrução do que é social a partir de acções colectivas que despertem ou intensifiquem a consciência territorial.

Isto exige uma opção territorial que inclua uma governação multi-escalar, uma perspectiva reticular e a inter-relação entre o local, o nacional e o mundial. É necessário colocar em prática modalidades estratégicas de governação amplas e integradas adequadas a mudanças e a conversões económicas, que articulem o produtivo e o social numa perspectiva de economia social e solidária (Fontan, Klein e Lévesque, 2003). No que é territorial, isto traduz-se numa visão estratégica pluralista para impulsionar e combinar tanto as iniciativas do capital privado e as instâncias públicas, como aquelas que emergem a partir da sociedade civil, assim como os aspectos necessários para a estabelecer laços entre eles.

Assim exposto, o desafio é elaborar uma visão multifacetada na qual o local permite recriar o global, integrando as diversas escalas de desenvolvimento, o qual não se faça exclusivamente à custa da colectividade local atingida.

## 2.2 – O Local como Referência Social: Do Pré-Fordismo para o Pós-Fordismo

Se a noção de desenvolvimento local é recente, a discussão sobre o papel do que é local na estruturação da sociedade é antiga. Esta discussão apresenta várias facetas, sendo uma, a faceta científica. Neste âmbito, no fim do século XIX e no início do século XX, tem lugar um importante debate provocado pela construção da sociedade moderna e pela confrontação entre uma concepção que dá prioridade ao carácter institucional nacional, e outra que defende as estruturas e os valores de base comunitária: a oposição entre o *Gesellschaft* e a *Gemeinschaft* de Tönnies na Alemanha, e entre a Sociologia globalista durkheimiana e a geografia local em França. À crítica durkheimiana, Vidal de la Blache responde: "a geografia é a ciência dos lugares e não a dos homens". Vidal entende ainda que uma região deve ser definida como uma unidade territorial cujos componentes físicos e humanos específicos e distintivos, estão interrelacionados através do que se designa como "modos de vida" (*genres de vie*).

Este tipo de debate não foi apenas científico. Também se expressa como marco da planificação e da intervenção sócio regional. Por exemplo, abordagens de origem socialista ou anárquica insistem na importância da estruturação de autarquias onde se integre o modo de vida e o meio de trabalho. Impulsionados por este objectivo, diversos autores propõem, no início do século XX, estratégias territoriais de base local, entre as quais sublinha-se a proposta do urbanista inglês E. Howard. Este propõe a planificação de pequenas cidades que designa Cidades - Jardim (*Garden Cities*), como resposta à acção destrutiva da industrialização e sua correspondente urbanização explosiva, sem organização e condições de habitabilidade adequadas. O *Garden Cities* devia reunir as vantagens da cidade e do campo, situar-se nos arredores das grandes cidades e permitir à colectividade trabalhar e viver no mesmo âmbito territorial. Tratava-se de construir unidades territoriais de escala humana. É também nessa época na qual o economista A. Marshall descobre a existência de autarquias locais que conhecem um grande dinamismo empresarial, embora não possuindo as vantagens das grandes empresas. Estas colectividades eram compostas por redes produtivas de pequenas empresas, estruturando relações e importantes formas de colaboração entre estas e a sociedade local. Estas colectividades, nas quais reina uma "atmosfera industrial", correspondem ao que Marshall identifica como "zonas industriais", conceito básico das estratégias subsequentes de desenvolvimento local.

O interesse sobre o que é local como base de compreensão ou de acção na autoridade territorial persiste até aos anos 30, época a partir da qual a solução para a crise de sobreprodução impõe o regulamento fordista caracterizado pela gestão *keynesiana* do sector social e pelas estratégias económicas de escala nacional. O fordismo, como modo de regulação, representa o triunfo da globalidade nacional sobre a especificidade local. Neste quadro, qualquer referência ao que é local é vista como uma reacção contra a modernidade. Entre os anos 1940 e 1970, no conjunto das sociedades ocidentais - o que inclui evidentemente a América Latina - vive-se um período de crescimento marcado pela modernização das estruturas sociais, pela implantação, com graus diversos,

do Estado Providência e pela homogeneização económica à escala nacional. O estado está no centro da governação. É também neste período que emerge a noção de desenvolvimento e no qual se elabora as principais teorias de desenvolvimento regional. O desenvolvimento apresenta-se, primeiro, como uma estratégia de expansão do modo de vida das sociedades de produção e consumo de massa para com os países considerados como sub-desenvolvidos. Nesta linha, W.W. Rostow propõe a aplicação de uma estratégia etápica de "desenvolvimento económico" e "desenvolvimento político" destinada a produzir a "descolagem económica" (*take off*), e reproduzir nos países "atrasados" a trajectória seguida pelos países "avançados".

Por outro lado, inspirado na reflexão económica F.Perroux, estabeleceu a relação entre conceito de desenvolvimento e inovação, e também, embora implicitamente, no pensamento rostowiano, autores como J.Friedmann e J. Boudeville propõem uma estratégia polarizada de modernização regional, a qual conduz à homogeneização do território nacional. Segundo esta estratégia, na maioria dos países existem pólos de desenvolvimento modernos, as grandes cidades, caracterizados pelo crescimento e pela inovação. Mas em redor destes pólos existem colectividades tradicionais, onde a economia é pouco produtiva e onde as estruturas sociais conservam as suas características tradicionais. O desenvolvimento regional tem como objectivo modernizar as estruturas produtivas, as relações sociais e os modos de produção dominantes nas regiões consideradas tradicionais a fim de as colocar ao mesmo nível de crescimento existente nas grandes cidades. Como já foi referido, neste aspecto o desenvolvimento regional é coerente com a estratégia fordista de uniformização social, política e económica do território nacional. É o triunfo da sociedade nacional sobre a especificidade local, o qual tem consequências enormes no que diz respeito à análise do papel do que é local em matéria de desenvolvimento. Nasce assim uma visão da intervenção territorial que se inspira no paradigma da planificação regional. Esta visão engloba as bases do ordenamento do território cujo objectivo principal é estabelecer a conformidade entre os diversos níveis territoriais que constituem a sociedade nacional. Após a Segunda Guerra Mundial,



as teorias dominantes nas ciências sociais nos países ocidentais, fortemente influenciadas pelos Estados Unidos, atribuíam um papel muito limitado e insignificante ao conceito de lugar, afirma Agnew (1991), acrescentando: “o imperialismo americano e o conceito de lugar excluem-se mutuamente”.

A partir da segunda metade dos anos 70, esta concepção de território e de intervenção territorial confronta-se com uma nova mudança paradigmática, em parte como um efeito da globalização e também como resultado da urgência do paradigma accionista. A. Touraine, impõe a introdução do representante na análise social. As ciências do desenvolvimento redescobrem os lugares na medida que em estes provocam a acção colectiva, as especificidades locais e regionais, a unicidade do sector social (Fontan, Klein et Tremblay, 2005). Através de o que é local vê-se trajectórias específicas de adaptação das sociedades aos espaços supranacionais e da globalização. Os estados nacionais, que tanto influenciavam amplamente as sociedades, paradigma proferido por Durkheim como *Gesellschaft* de Tönnies, e que constituem marcos de referência e modernização de Rostow ou desenvolvimento regional. Em territórios locais e regionais fazem-se sentir efeitos estruturantes tanto no que corresponde aos processos de desenvolvimento como aos sistemas de representantes que fazem parte destes processos, o que contribui para concentrar as relações sociais num nível local.

### 2.3 – Da Perspectiva Descendente à Perspectiva Ascendente

Como foi dito anteriormente, no seguimento da crise de sobreprodução de 1929 e na sequência da aplicação dos métodos keynesianos que trouxeram uma solução a esta crise, o território nacional é transformado num quadro espacial de coerência de toda a acção estatal em matéria de desenvolvimento. Os governos põem em prática diversas formas de acção a fim de diminuir as disparidades inter-regionais e aumentar os níveis de consumo nas regiões consideradas "atrasadas". Esta perspectiva combina objectivos económicos e sociais, como demonstra a Tennessee Valley Authority, importante peça do New Deal implantado nos Estados Unidos como resposta à crise. A partir daí, o Estado nação impõe-se

como o precursor das teorias sobre o desenvolvimento económico e social, incluindo as análises críticas como as que F.E. Cardoso ou S. Amin elaboraram no âmbito da teoria da dependência e a teoria do desenvolvimento desigual. Esta perspectiva respondia a dois tipos de factores: por um lado, o Estado trata de neutralizar as reivindicações das classes sociais com mais necessidade, as quais são vistas assim como uma ameaça à estabilidade social. E por outro lado, os governos intervêm nas regiões mais pobres. Aplicam-se então políticas de desconcentração, tanto na indústria, como na administração estatal e na modernização dos sectores tradicionais. O desenvolvimento regional integra-se assim, na planificação nacional. As políticas de desenvolvimento regional constituem o principal instrumento de modernização e unificação dos diferentes "modos de vida" existentes no território. A valorização dos recursos é feita de maneira centralizada e o desenvolvimento regional é controlado quase exclusivamente pelos ministérios, as empresas estatais e as sedes sociais das grandes empresas (centralização das relações sociais em redor do Estado). As políticas de desenvolvimento assentam em vários sectores (florestais, industriais, tecnológicas, etc...) e não territorial, favorecendo uma integração espacial vertical unicamente num nível nacional (regulamento fordista). O modo de vida próprio do fordismo é difundido através do território favorecendo a concentração da população nos principais centros urbanos.

O crescimento que caracterizou a sociedade ocidental entre os anos de 1940 e 60 dá legitimidade a este modelo. No entanto, a partir dos anos 70 começam a aparecer os primeiros sinais de uma crise que se estende até ao final da década. Inúmeros exemplos podem ser invocados como testemunho da ineficácia deste modelo, e sobretudo da sua incapacidade para atingir o principal objectivo, equilíbrio territorial e equidade na distribuição territorial da riqueza (Stöhr, 2003). Denuncia-se o efeito perverso desta política no que diz respeito às crescentes desigualdades entre as principais cidades e regiões como resultado da concentração dos investimentos públicos no que era considerado como os pólos de desenvolvimento. Denuncia-se a centralização do aparelho estatal e o seu efeito destrutivo da capacidade de acção dos representantes locais (Stöhr et

Taylor, 1981; Laurelli et Rofman, 1989; Boisier, 1990). Como efeito da crítica emergem fórmulas alternativas a este modelo considerado estatista e centralizador. Estas assentam no auto desenvolvimento, desenvolvimento interno, desenvolvimento auto centrado e desenvolvimento integrado (Tremblay et Fontan, 1997). Com certas diferenças, todas as fórmulas indicam uma mudança de perspectiva. A perspectiva ascendente apresenta-se como alternativa à perspectiva descendente (Stöhr, 2003). O espaço local em todas as suas configurações – região, aglomeração e/ou bairro ou zona urbana – é visto como a base a partir da qual se geram iniciativas e projectos de desenvolvimento económico que mobilizam a sociedade civil. As evidências da crise do fordismo dão credibilidade e validade a esta nova visão do desenvolvimento, que é chamado, a partir então de desenvolvimento local (Aydalot, 1983), no qual favorecem o que é local e a sociedade civil. Esta nova visão não se apoia num modelo claro, o que permite que referindo-se ao desenvolvimento local se deparem estratégias opostas. Neste sentido, o desenvolvimento local coloca-se como a passagem de responsabilidades sociais aos representantes da sociedade civil, instituições locais, organizações de beneficência, que podem realizá-lo de forma mais eficaz, e sobretudo com recursos (Amin, 2005). Por outro lado, uma perspectiva comunitária propõe uma mudança na visão do Estado com o fim de criar novos espaços de autonomia onde se pode construir novas solidariedades locais, formas activas de identidade que dão à população, localmente organizada, maior poder de participação na tomada de decisões (Teisserenc, 1994; Tremblay et Fontan, 1997). Este movimento é designado como o *empowerment* (Friedmann, 1992).

As estratégias divergem, mas há algo que é comum a todas, no que se refere ao papel que se atribui ao estado nas acções de desenvolvimento. Não se vê só o Estado como o único agente do desenvolvimento, mas como um parceiro (*partner*). A gestão centralizada do desenvolvimento é substituída por uma gestão mista na qual convergem o Estado e os representantes locais. Criam-se instâncias intermédias de concertação, cuja função é harmonizar os interesses dos representantes sociais num nível local e regional (Klein, 1992). A perspectiva de

desenvolvimento ascendente recebe um apoio fundamental no início dos anos 80. Diversos autores demonstram a existência de sistemas territoriais que favorecem mecanismos locais, lançando assim a tese de meios inovadores (Aydalot, 1986). No meio da crise do fordismo, destacada pelas falências empresarias e pelo aumento do desemprego nas grandes regiões industriais da América do Norte e Europa, certos lugares semi-rurais evidenciavam características diferentes. Os trabalhos realizados sobre estes lugares abordam exemplos como o da "terceira Itália" (Beccatini, 1992), declarando que estas regiões italianas não correspondem nem à parte industrializada deste país (Milão ou Roma) nem à parte rural (Mezzogiorno) (Lévesque *et al*, 1995), são lugares designados como "zonas industriais". Os trabalhos destes autores são analisados em diversos lugares do mundo, recebendo um impulso fundamental quando Piore e Sabel (1984) apresentaram esta forma de organização territorial das empresas e da colectividade como um modo de produção destinado a substituir o fordismo. Esta perspectiva engloba características semelhantes às do sector industrial italiano relativo a tecnopólos e parques tecnológicos perto das grandes metrópoles industriais, onde reina a pequena e média empresa, ou a bairros e zonas das grandes cidades industriais onde se concentram determinados sectores produtivos.

As regiões e os lugares onde se concentra o desenvolvimento, com as suas características e as suas especificidades, trazem à memória de diversos geógrafos e cientistas sociais, a região e o lugar definidos por Vidal de la Blache, e sublinhado por Benko e Lipietz (1992). Isto pode ser interpretado como uma possibilidade de revolta histórica de um tipo de vida tradicional perante a modernização funcional e desestructurante.

O quadro local é completamente diferente do abordado por Vidal de la Blache. O que é local no pós *fordismo* estrutura-se como resposta sócio regional à globalização económica (Fontan, Klein et Lévesque, 2003), e não como a sobrevivência de sistemas sociais tradicionais que emergiriam após a reforma do fordismo. Demonstram Gumuchian et al (2003), Joyal (2002) e Arocena (2001),

que o local do pós fordismo corresponde a sistemas de representantes sociais, políticos e económicos.

## 2.4 – Efeito Sistémico da Territorialidade Local

Existem diversas análises que têm como objectivo explicar este tipo de lugares (regiões, zonas, cidades, bairros, etc.), onde o território contribui para estabelecer laços entre os representantes socio-económicos e as instituições territoriais. Várias destas análises têm sido operacionalizadas a partir da definição e estruturação de políticas de desenvolvimento local, dando prioridade a diferentes factores, designadamente os mais importantes: acessibilidades, produtivos, de inovação, políticos e os sociais.

### - Análise de acessibilidades

A ideia central subjacente ao conceito de acessibilidade económica é a que os agentes económicos preferem escolher como localizações para o desenvolvimento das suas actividades económicas as regiões com melhor acesso aos mercados (quer estes sejam mercados de trabalho, consumidores, industriais ou de conhecimento). Baseado nesta ideia, Harris (1954) desenvolveu nos anos cinquenta índices de acessibilidade económica para explicar a localização industrial nos Estados Unidos da América (EUA). Os resultados de Harris demonstraram que as regiões mais industrializadas dos EUA eram, em geral, as regiões com melhor classificação nos índices de acessibilidade. Estes resultados confirmaram que a produção e a população tendiam a concentrar-se nas regiões mais desenvolvidas, e que as localizações nestas regiões tinham melhor acesso aos mercados que localizações fora destes centros industriais. Desde então, estes índices foram usados por muitos geógrafos económicos para descrever as vantagens de proximidade aos grandes mercados e para estudar padrões de localização industrial e económica.

Indicadores de acessibilidade têm tido uma série de aplicações em pesquisa empírica em várias áreas da economia, nomeadamente em economia

dos transportes para avaliar investimentos em infra-estruturas de transportes (e.g. Vickerman, 1989)<sup>2</sup>, economia regional como método de cálculo do potencial de mercado de regiões ou localizações (e.g. Keeble et al., 1988)<sup>3</sup>, em economia internacional para prever os efeitos espaciais da integração económica (e.g. Clark et al., 1969)<sup>4</sup> e mais recentemente na literatura em geografia económica, estes têm sido embebidos em regressões econométricas para analisar os determinantes de localização industrial e crescimento regional (e.g. Hanson, 1998, e Pires, 1999).

- Análise produtiva

Os sistemas produtivos locais correspondem a configurações produtivas baseadas na integração local de empresas e de representantes sócio – políticos (Lévesque *et al.*, 1995). Vários termos têm sido utilizados para designar estas configurações produtivas entre é mais conhecido como “zonas”. Este conceito foi utilizado por Beccatini (1992) para explicar o dinamismo económico da chamada “ Terceira Itália “. Beccatini vê na colaboração entre as empresas, e a colaboração entre estas e a colectividade, um parecido com as “Zonas Industriais” detectadas por Marshall.

O conceito de sistema produtivo local integra-se numa corrente teórica inspirada na escola de regulação (Benko e Lipietz, 2000). Esta corrente tem dado lugar a grandes trabalhos acerca do papel do território nas reestruturações do espaço fordista (Storper e Scott, 1989), das “ regiões ganhadoras “ e as convenções que explicam as variantes do desenvolvimento industrial (Salais e Storper, 1993).

As proposições estratégicas patenteadas sobre a base do conceito de sistema produtivo implicam a necessidade de agrupar geograficamente as empresas e representantes do mesmo ramo, afim de produzir uma dinâmica de desenvolvimento local. A premissa principal destes trabalhos sustentam que a

---

<sup>2</sup> No caso Europeu estes indicadores foram usados para avaliar a importância económica das redes - transeuropeias.

<sup>3</sup> Foi a partir deste estudo de Keeble et al. (1988) que se institucionalizou no discurso da União Europeia a ideia de Centro e Periferia na Europa. O estudo foi aplicado a todas as regiões NUT2 da Comunidade Europeia a doze.

<sup>4</sup> A ideia de base desta abordagem, da qual Clark, et al. (1969) foram pioneiros, é a de que a integração económica reduz a distância económica e portanto favorece as regiões que comparativamente ganham mais em termos de acessibilidades a mercados.

proximidade espacial conduz a que os representantes socio-económicos valorizem a identidade territorial, e consequentemente, a adoptar estratégias de governação local com o fim de unificar a acção dos representantes produtivos e das empresas, produzindo assim as condições para o estabelecimento de “clusters” produtivos.

- Análise política

Este tipo de análise tem o seu ponto de partida numa visão de economia política construída a partir do estudo do lugar (*the political economy of place*) em meios urbanos (Logan e Molotch, 1987). O conceito e base deste aspecto é de coligações locais de crescimento (*growth coalitions*), as quais permite a distinção de diferentes regimes urbanos.

Esta visão põe no centro da análise o problema do poder em particular do poder local no marco da globalização (Stone, 1989).

Surge nos Estados Unidos nos anos 80 e teve grande influência nos estados urbanos (Booth e Jouve, 2005). O objectivo dos trabalhos inspirados nestes autores é de compreender as reestruturações urbanas que se iniciaram nessa época em resposta à crise das grandes cidades industriais. O conceito de coligação é definido como o conjunto de redes formais e informais estruturadas nas orientações e na eficiência das reestruturações postas em prática nas economias urbanas. Estas dependem do tipo e da estabilidade da coligação entre os representantes públicos e privados e uma entidade territorial (Stone, 1989).

A hipótese principal desta corrente refere que as orientações e a eficiência das reestruturações postas em prática nas economias urbanas dependem do tipo e da estabilidade da coligação entre os representantes socio-económicos.

- Análise da inovação

Este tipo de análise corresponde a trabalhos que abordam o desenvolvimento local a partir do paradigma da inovação (Alter, 2000).

Este paradigma acentua a importância do conhecimento para colocar em movimento os processos inovadores.

O conhecimento necessário para colocar em prática a inovação constrói-se colectivamente num contexto reticular que inclui produtores e consumidores, a partir de uma ideia nova que muda as maneiras de produzir e de consumir de uma colectividade (Calon, 1989).

Trabalhos recentes demonstram que sendo crucial, a inovação tecnológica, também tem efeitos negativos a diversas escalas e que, não basta por si só, para estruturar territórios inovadores (Hiernaux - Nicolás, 1999). Segundo vários autores é fundamental reintroduzir o social e a análise da inovação (Klein e Fontan, 2004; Hillier, Moulaert e Nussbaumer, 2004).

#### - Análise Social

A análise social baseia-se nos trabalhos que preconizam que o território local é um marco gerador de laços sociais e de acção colectiva (Denienil, 1997) em relação com os movimentos sociais (Klein, 1996). Segundo esta perspectiva, o sentimento de pertinência cria espaços comunitários adaptados à sociedade moderna, diversificados e inseridos de diversas formas na sociedade global. Isto significa que a posição sociedade - comunidade está, de certa forma, ultrapassada e que as comunidades actuais não têm as mesmas características descritas por Tonnies (Laville, 1997). Também os movimentos sociais se re-territorializam, desenvolvendo acções frente a oponentes locais, nacionais ou de nível internacional, acerca de problemáticas locais (Klein, Tremblay e Dionne, 1997). A referência local dos representantes, é decidir a sua identidade territorial, que leva a realizar acções colectivas com objectivos económicos inspirados pela pertinência de um território local, reconciliando assim a economia e a sociedade (Sainsanlieu, 1997).



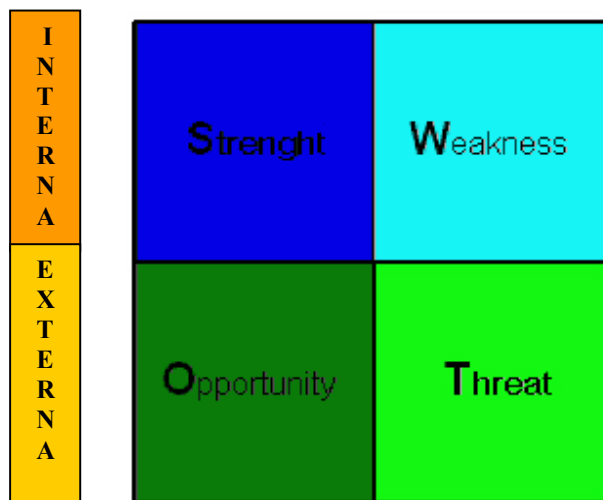
O procedimento de avaliação a adoptar nos vários sectores de estudo, será através da **Análise, Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats (SWOT)** <sup>5</sup>.

À primeira vista, a matriz correspondente a este tipo de análise, pode dar a imagem de ser de construção simples, não necessitando de muitos conhecimentos para a sua elaboração. No entanto, desde o simples exercício de pensar em viabilizar a sua elaboração, contacta-se que não é uma matriz muito fácil de ser organizada e que existem algumas dificuldades na sua realização.

Embora não haja dados precisos sobre a origem desta análise julga-se que a matriz SWOT, tem sua origem advinda de uma técnica criada durante as décadas de 1960-1970, por Albert Humphrey, que liderou um projecto de pesquisa na Universidade de Stanford e usou dados da revista Fortune das 500 maiores corporações.

As informações podem ser traduzidas conforme indicado na figura:

Figura 4 - Esquema da Análise SWOT



Fonte: [www.berg-marketing.dk](http://www.berg-marketing.dk)

<sup>5</sup> O significado de cada letra corresponde a: Strengths: Forças; Weaknesses: Fraquezas; Opportunities: Oportunidades; Threats: Ameaças.

Cada um destes pontos tem como função básica informar os profissionais, quais os pontos em que a empresa/instituição pode melhorar quando são Fraquezas ou Ameaças, ou então salientar as suas vantagens perante a concorrência no âmbito das Forças e Oportunidades.

Há que referir que em qualquer organização, cada um dos seus departamentos pode fazer com que esta análise traga melhorias antes despercebidas. Aliás, uma das facilidades da aplicação da matriz SWOT é exactamente a questão de aplicabilidade em qualquer empresa, departamento ou sector.

Numa perspectiva de cenários, há a divisão entre ambiente interno (Forças e Fraquezas) e ambiente externo (Oportunidades e Ameaças), sendo que as Forças e Fraquezas são determinadas pela posição actual e relacionam-se, quase sempre, com factores internos, por outro lado as Oportunidades e Ameaças são antecipações do futuro e estão relacionadas com factores externos.

Para que a sua elaboração tenha bases sólidas não basta apenas conhecer o mercado, a empresa/instituição, o local e as pessoas, mas trabalhar e estudar as novas tendências, procurar dados históricos que irão direccionar e demonstrar a evolução dos sectores, do mercado e dos profissionais.

Os aspectos internos têm como característica poderem ser controlados pelos profissionais e dirigentes, pois são resultados de estratégias elaboradas pelos próprios representantes das organizações. Desta forma, durante a análise, quando for percebido um ponto forte, ele deve ser salientado e reforçado, e quanto for detectado um ponto fraco, a organização deve agir de forma a encontrar os factores que o tornaram fraco perante a concorrência e encontrar soluções para no mínimo, atenuar o efeito deste ponto fraco.

Os aspectos externos são caracterizados como ambientes fora do controle das instituições/empresas e/ou organizações e pode acarretar problemas quando não se consegue passar dados concretos ou informações que ajudem, realmente a conhecer este aspectos. Por isso, é sempre necessário efectuar estudos que apontem tendências, fragilidades dos concorrentes e como alcançar vantagens sobre eles.

Com inúmeras variáveis no mercado, torna-se cada vez mais vital aos responsáveis pelas empresas/instituições e/ou organizações que muito mais do que ideias, é necessário conhecer aprofundadamente os assuntos uma vez que as grandes ideias não surgem do nada. Mesmo em mercados ou sectores altamente competitivos com pouca concorrência, há sempre a necessidade de recolher informações para que as decisões sejam fundamentadas.

## 2.5 – A Iniciativa Local e o seu Efeito Territorial

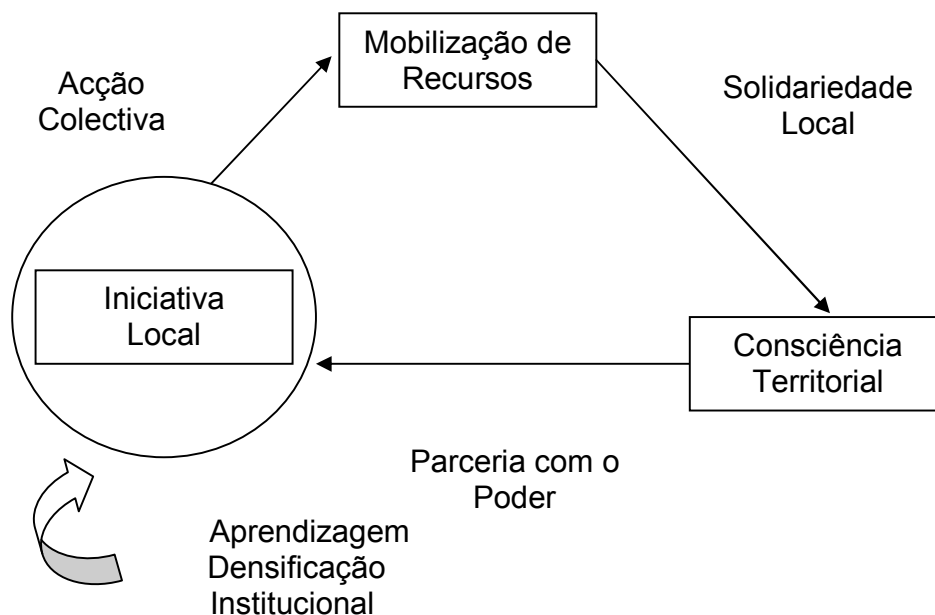
No que diz respeito à intervenção territorial, com o objectivo de produzir o desenvolvimento, o desafio que se coloca é gerar factores que permitam ou que provoquem a inovação. Um meio inovador e dinâmico é um meio socialmente construído, apto à mudança. Mas, por onde começar? Diversos autores insistem na sinergia entre os dirigentes autárquicos, empresários, profissionais liberais, representantes de associações e da comunidade, a fim de mobilizar as potencialidades internas das autarquias locais com o objectivo de criar riqueza. Todavia, esta não se realiza sem o apoio de investimentos externos, públicos e privados, necessários para apoiar a actividade económica local (Markusen, 1996) e sem meios que revitalizem os representantes sócio económicos (Amin, 2005). Definitivamente, o desenvolvimento local não se pode limitar apenas ao que é interno. Como foi demonstrado a partir de um caso de um tecnópolo construído como experiência local e comunitária na cidade de Montreal (Klein, Fontan et Tremblay, 2003), tem que haver apostas na necessidade da combinação dos recursos locais endógenos e exógenos. O que permite a uma localidade ou a uma região reequilibrar as suas relações com regiões ou localidades mais centrais é precisamente a sua capacidade de mobilizar recursos externos, incluindo certos recursos do Estado, caso contrário só se reproduz uma relação de desigualdade.

Mas a implicação dos representantes sociais locais no desenvolvimento não é automática. Demonstrou-se que esta resulta de um processo no qual intervém a identidade territorial compartilhada e a relação conflituosa com o que é global.

Também se demonstrou que a importância da acção colectiva e a mobilização social, local, vai muito para além de o que é local.

O desenvolvimento local não se pode limitar a uma reacção social perante a crise, mas deve ser colocado como o início de um processo cíclico que engloba uma dinâmica de desenvolvimento baseado na iniciativa local e na mobilização de activos endógenos e exógenos (Pecqueur, 1989). Em síntese, propõe-se agora um ciclo que se afigura vital para colocar em prática um processo de desenvolvimento local e que indica os momentos estratégicos em que as organizações públicas, privadas e sociais devem intervir a fim de apoiá-lo (ver Figura 5).

Figura 5 - Esquema de Desenvolvimento e Iniciativa Local



A primeira etapa deste ciclo é o lançamento de uma iniciativa, ou seja, de um projecto individual ou colectivo. Por projecto entende-se, diversos tipos de projectos e não somente de projectos patronais (valorização de um recurso cultural ou humano, protecção de certo aspecto do património colectivo natural ou construído, criação de emprego na autarquia local). O indivíduo na sua origem,

interpreta as necessidades locais do projecto, como um objectivo social promovido pelos representantes e os grupos sociais que constituem a autarquia local. Na sua defesa, os representantes locais efectuem acções colectivas que tendem a mostrar a importância do projecto e a cativar a colectividade para a sua realização. Nesta etapa, os representantes locais orientam a sua capacidade financeira e organizativa para assegurar a viabilidade do projecto, associando-se também com instituições e organizações externas. A luta pela realização do projecto age como aglutinador entre os representantes, criando entre si um sentimento de solidariedade. A solidariedade orienta a acção dos representantes locais desenvolvendo, assim, um consciência colectiva, constituindo uma base para empreendimentos de parceria. Esta base pode fomentar instituições que regulam a experiência deixada pela acção colectiva e que através da aprendizagem agem como meio favorável ao lançamento de novas iniciativas e de projectos, reproduzindo assim o ciclo.

A premissa do esquema proposto é que o desenvolvimento local não pode limitar-se aos recursos locais. Mobilizando recursos privados e públicos, individuais e colectivos, a acção colectiva estabelece uma relação ascendente entre o que é local e o que é global, entre o sector social e o sector económico. No fundo, o que importa não é tanto a origem dos recursos mobilizados pelos representantes locais, mas sim a dinâmica social que permite que um conjunto de recursos possa ser mobilizado com benefício da comunidade local; é esta dinâmica que as estratégias e as políticas de desenvolvimento local devem tratar de impulsionar e encaminhar.

## 2.6 – Síntese

No desenvolvimento local convergem teorias e modelos que têm origens disciplinares diferentes e que apresentam diversos métodos, em certos casos opostos. O que actua como elemento unificador no domínio do desenvolvimento local são as apostas em questões sobre as origens, os representantes, as modalidades e os objectivos das acções de desenvolvimento. Para que se possa

falar de desenvolvimento local, as acções de desenvolvimento devem ser levadas a efeito por representantes locais (Gumuchian *et al.*, 2003). Quanto aos seus objectivos, as acções de desenvolvimento local devem habilitar os representantes locais com o fim de que estes, possam desempenhar um papel activo no desenvolvimento das suas colectividades, de forma a concretizar iniciativas e projectos para mobilizar recursos endógenos e exógenos com benefício do território local (Arocena, 2001; Klein et Fontan, 2003).

Efectivamente, a perspectiva do desenvolvimento local é o resultado da vontade dos representantes sociais, políticos e económicos que intervêm de uma forma activa nos processos de desenvolvimento assentes nos seus territórios e de influenciar a reconversão destes à nova economia, ou seja à economia do conhecimento. Mais que uma teoria científica, o desenvolvimento local corresponde a uma visão multidisciplinar que inclui o sector económico, o sector político, o social e evidentemente o que é territorial.

Esta visão instrui as formas recentes que toma a intervenção no que diz respeito ao ordenamento e ao planeamento territorial pois os empreendimentos económicos não podem florescer num deserto social (Vachon, 1962). No desenvolvimento de uma colectividade, o papel do território é fundamental, na medida que este origina identidade (Arocena, 2001), e como resultado desta identidade, representantes socialmente opostos associam-se e são estruturados de maneira sistemática (Klein, 1997).

As acções de desenvolvimento podem ser caracterizadas como desenvolvimento local quando geram e reforçam dinâmicas sistemáticas de escala local.

Isto é, o desenvolvimento local compreende os métodos que permitem dinamizar territórios empobrecidos como resultado de relações de desenvolvimento desigual e crises que provocaram mudanças no mercado.



### 3 – ESTUDO DE CASO

#### 3.1 – Introdução

Este capítulo aborda o Município de Vila Flor como um exemplo de território com escassos recursos, que procura atingir um nível de desenvolvimento próximo das regiões urbanas da sua envolvente nomeadamente o eixo Vila Real / Régua / Lamego.

A primeira análise refere-se às acessibilidades, como factor de integração do concelho ao nível supra local, que condiciona ou fomenta afinidades e complementaridades entre regiões, facilitando a sua afirmação regional. Sendo as vias de comunicação imprescindíveis no desenvolvimento de uma região, têm que ser concretizadas através do estabelecimento de uma rede de transportes e acessibilidades realmente eficaz, em que se proceda à articulação dos níveis regional, nacional e internacional.

Aborda-se também a análise demográfica, dado tratar-se de um contributo indispensável para o desenvolvimento de estratégias e avaliação de políticas urbanas, orientadas para uma melhor e mais ajustada intervenção territorial. Para além de conhecer os quantitativos demográficos ou as densidades populacionais ou, ainda, efectuar retrospectivas históricas recuadas, interessa sublinhar a qualidade da estrutura do conjunto dos indivíduos residentes no concelho, a respectiva distribuição por grupos etários e pelos índices resumo, bem como a construção de cenários possíveis, da população nos próximos anos.

Outra temática em estudo consiste no edificado por centro urbano, e como será referido e analisado posteriormente, a evolução do número de famílias está interligada ao dimensionamento e programação do parque habitacional e naturalmente à definição dos perímetros urbanos.

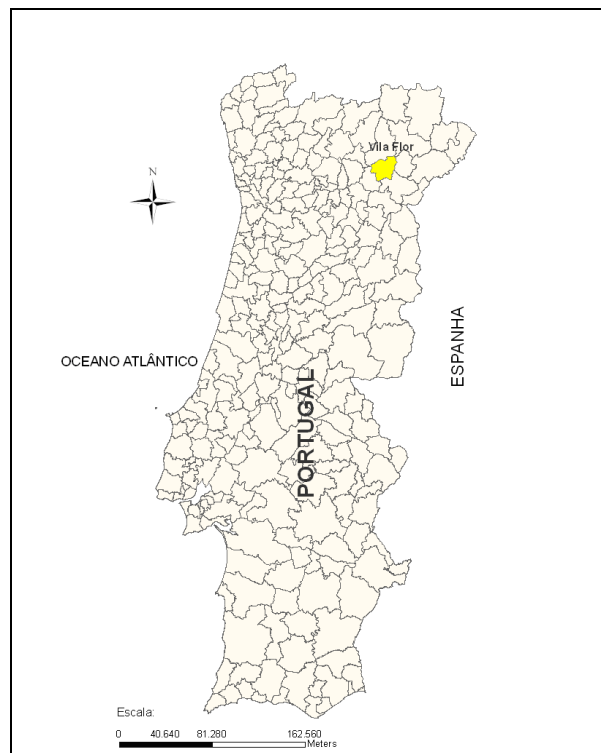
Por último, procede-se à análise da estrutura sócio – económica. A abordagem deste tópico assenta, basicamente, na actualização possível dos elementos estatísticos que permitem identificar os aspectos mais relevantes da



evolução recente, posterior à abordagem realizada no PDM em vigor (1994), sendo, identificados de forma sucinta, os aspectos mais relevantes.

O Concelho em análise está situado no Nordeste Transmontano conforme apresentado na Figura 6.

Figura 6 - Mapa de Portugal com a Delimitação dos Concelhos

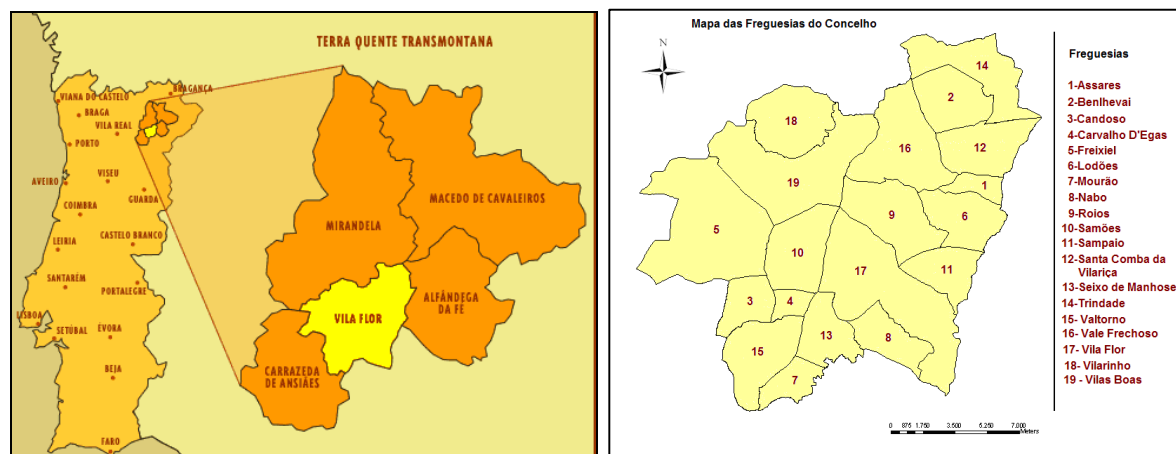


Fonte: Adaptado do IGP

Vila Flor é parte integrante dos cinco concelhos pertencentes à Associação de Municípios da Terra Quente, assim como Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros e Mirandela (Figura 7).

A Terra Quente Transmontana está situada no centro das províncias de Trás-os-Montes e Alto Douro, entre-os-rios Tua, Douro e Sabor. Apresenta extensas bacias de baixa altitude e áreas planálticas com altitudes superiores a 500m o que confere um inconfundível contraste a esta região.

Figura 7 - Localização do Município de Vila Flor no Distrito de Bragança e Identificação das Freguesias do Município<sup>6</sup>



Fonte: Associação de Municípios da Terra Quente

No quadro seguinte, estão representados os dados principais que caracterizam o concelho de Vila Flor.

Quadro 1 - Caracterização do Concelho de Vila Flor

<b>Localização</b>	Trás – os – Montes
<b>Área</b>	265,8 Km <sup>2</sup>
<b>N.º de Freguesias</b>	19
<b>População Residente</b>	7913 Hab.
<b>Densidade Populacional</b>	29,77 Hab. /Km <sup>2</sup>
<b>Variação da Pop. Residente 1991/2001</b>	-10,40 %

Fonte: INE, 2001 – Última actualização em: 2006/04/11

### 3.2 – Análise das Acessibilidades

No caso concreto do Município de Vila Flor as grandes vias estruturantes do concelho são o IP4, para Norte e Oeste, e o IP2, para Este e Sul.

<sup>6</sup> Adaptado de <http://www.amtqt.pt> acedido em Novembro de 2006

IP2 – Futura via estruturante que atravessará o concelho pela zona da Vilariça, ficando a sede do Concelho a cerca de 5 km o que equivale a 5 minutos, com uma velocidade média de 60 km/hora.

O IP4 é a via estruturante que liga a região da Terra Quente Transmontana aos grandes centros urbanos. Desde a entrada poente de Vila Flor até esta via estruturante são pouco mais de 20 Km o que à velocidade média de 60km/hora serão cerca de 20 minutos. No encontro da EN 213 com a IP4 situa-se a Cidade de Mirandela, cidade mais próxima do concelho. De Vila Flor a Vila Real capital de Trás-os-Montes são cerca de 75 km o que a uma velocidade média de 90km/h corresponde a 50 minutos de viagem. Bragança capital de distrito dista cerca de 80 Km o que corresponde aproximadamente a 55 minutos. O centro urbano do Porto dista 180 km de Vila Flor o que corresponde a um tempo de viagem de 2 horas a uma média de 90 km/hora.

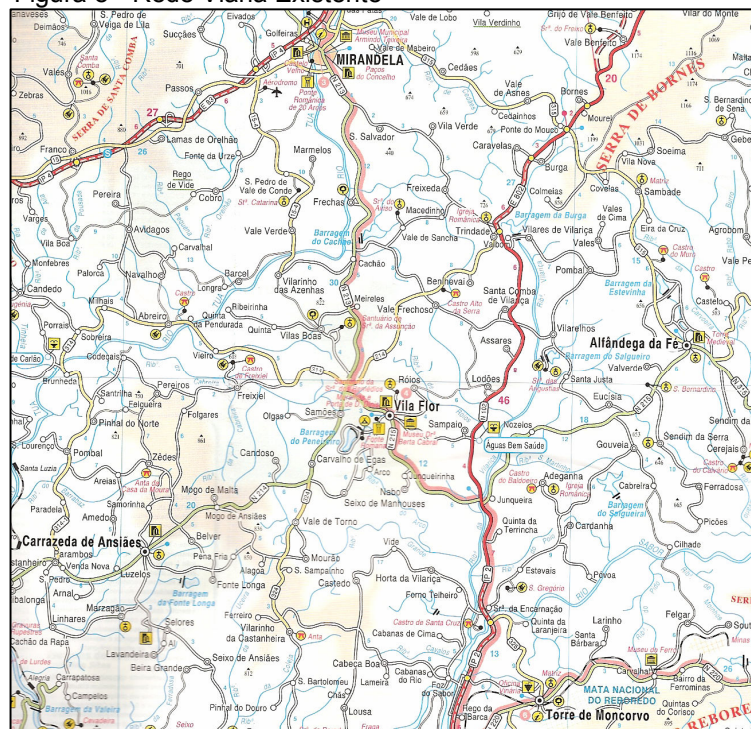
Em conclusão, os dois centros regionais estão aproximadamente a uma hora de distância.

Por forma a garantir melhor e mais rápida acessibilidade aos centros urbanos está previsto a execução do IC5 que no distrito de Bragança vai atravessar os concelhos de Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Miranda do Douro (onde tem início) cruzando com o IP4 e com o IP2, e fará ligação com a A7 próximo de Vila Pouca de Aguiar, sendo a A7, Auto Estrada concluída recentemente que termina na Póvoa de Varzim. Refira-se que Vila Pouca ainda é Trás - os - Montes e com a ligação à A7 temos continuidade em Auto-Estrada à A3 (Porto - Braga - Valença) e A11 (iniciando-se esta na Apúlia no nó com a A28, seguindo para Barcelos, em Braga cruza a A3, em Guimarães cruza a A7 e passa por Vizela, Felgueiras, Lousada e Castelões (Penafiel) terminando no nó com a A4). Junto a Vila Pouca passa a A24 que atravessa o Alto de Trás-os-Montes e tem início em Vila Verde de Raia (junto à cidade de Chaves) passando por Vila Real, Lamego, com continuidade para Sul até Viseu, com ligação à IP3 até à Figueira da Foz passando por Coimbra com ligação à A1. No entanto, saliente-se que Bragança é a única capital de distrito do País que não tem acesso por Auto-

Estrada. A transformação do IP4 em A4 e a construção do IC5 são ainda promessas governamentais. O que se pode realçar é que no futuro a região de Trás-os-Montes e em particular Vila Flor poderão vir a ter boas acessibilidades. Mas é de crer na concretização destes projecto pois o prolongamento do IP2 no troço Junqueira – Vale Benfeito está em fase de concurso para adjudicação, o IC5 que atravessa 13 municípios depois de várias alternativas, está escolhido o traçado provável tendo sido o projecto disponível para consulta pública. A transformação do IP4 em A4 desde Amarante até à capital de Distrito – Bragança, está prevista ser concluída até 2010 o que dada a morosidade desde a elaboração do projecto, escolha definitiva do traçado e todo o processo de concurso até à consignação não será provável a conclusão para a data prevista.

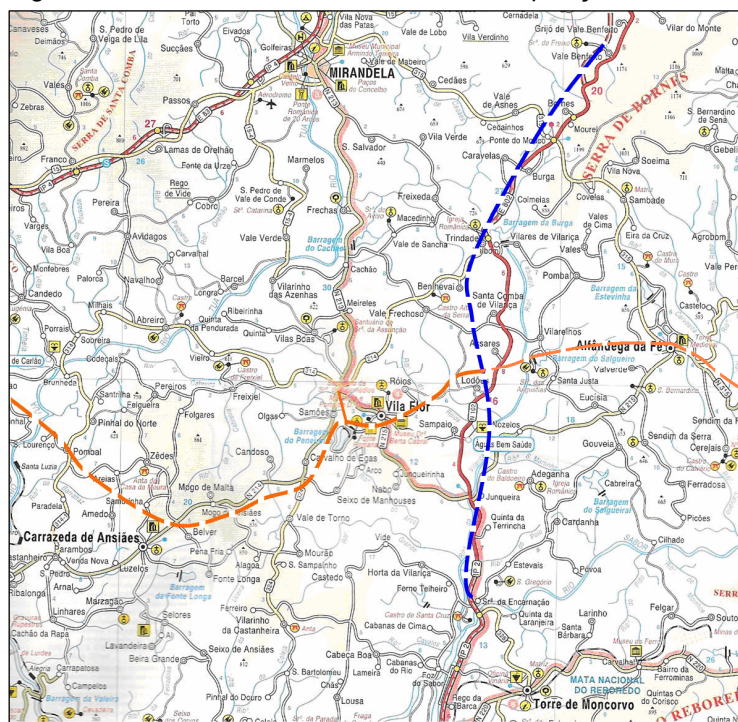
De forma a visualizar a rede viária existente e prevista, estruturante ao Município apresentam-se de seguida os respectivos mapas nas Figuras 8 e 9.

Figura 8 - Rede Viária Existente



Fonte: Extracto do Mapa de Estradas de Portugal – Nordeste Transmontano

Figura 9 - Rede Viária Existente com a Sobreposição do IC5 e IP2



— IC5 (Previsto) — IP2 (Previsto) — IP2 e IP4 (Existente)

As grandes acessibilidades ao Município de Vila Flor são efectuadas pelos grandes eixos viários, principalmente pelas Estradas Nacionais EN 102, EN 213, EN 214, EN 215, EN 314 e EN 324. Também é servido pela linha Ferroviária do Tua, que faz o percurso ao longo dos limites do município a Norte. Existem outras EM de menor importância no entanto com alguma expressão nas ligações ao concelho: Designadamente EM 15-A, EM 587, EM 608.

EN 102 (IP2) – Atravessa o concelho pela zona da Vilariça e faz ligação ao actual IP2. Desenvolve-se no sentido Norte/Sul ao longo do extremo Nascente e assegura o conjunto mais relevante de ligações externas a Norte através da articulação com o IP4 e a Sul através da conexão ao IP5/A25, (muito penalizada pelas condições do traçado). Prevê-se que a curto prazo esta estrada EN 102 seja um troço do IP2.

EN 213 – Liga o concelho de Vila Flor à cidade mais próxima – Mirandela e ao IP4. Esta estrada foi objecto de recentes intervenções de beneficiação que se

traduziu numa melhoria substancial dos seus parâmetros de mobilidade e segurança.

EN 214 – Liga à Estrada EN 213 na zona poente da Vila e faz ligação ao futuro IP2 na freguesia da Trindade actualmente EN 102.

O eixo formado pelas EN 213 e EN214, atravessam longitudinalmente toda a região central, servindo Vila Flor a reduzida distância as ligações mais favoráveis a Vila Real e ao Porto (via IP4/A4).

EN 215 – Ligação a Vila Flor pela zona nascente, passando junto à povoação do Nabo e desenvolve-se a partir da EN 102 (IP2) imediatamente após o limite do Concelho (da Junqueira), assegurando a ligação a Alfândega da Fé e à zona do “Planalto Mirandês”, correspondente ao futuro IC5.

Segundo o Plano Rodoviário Nacional (PRN) 2000 em vigor a EN 102 (IP2) a EN 215 e a EN 213 conjuntamente com a EN 214 formam os três eixos integrados que servem o território concelhio na rede Nacional e atendendo à estrutura da rede existente e à sua inserção territorial, desempenham as principais funções a este nível.

EN 314 – Ligação a Vila Flor pelo lado poente passando pelas povoações do Vieiro e Abreiro com ligação à IP4.

EN 324 – Ligação a Vila Flor pelo Concelho de Moncorvo passando nas povoações do Vilarinho da Castanheira e Valtorno, e liga à EN 214 em Carvalho D'Egas.

EM 15-A – Ligação da Estrada Número 15 que atravessa a IP4 e liga à freguesia de Vilarinho das Azenhas

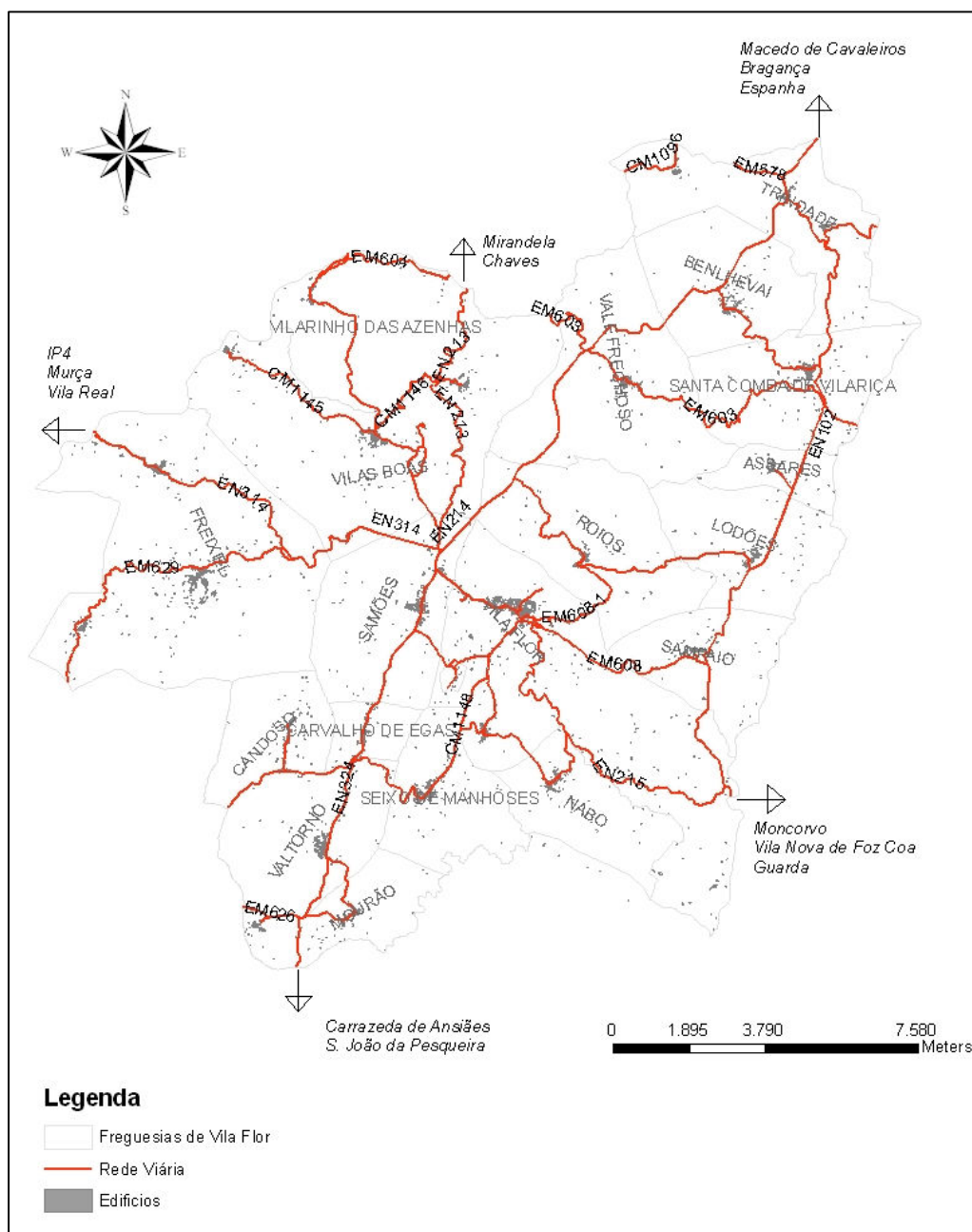
EM 587 – Ligação a Vila Flor pelo concelho de Alfândega da Fé com ligação ao futuro IP2 passando na freguesia de Santa Comba da Vilariga.

EM 608 – Ligação a Vila Flor pela zona nascente com ligação ao futuro IP2 passando na freguesia de Sampaio.

Para melhor compreensão do sistema viário atrás descrito apresenta-se de seguida o mapa da rede viária do concelho.



Figura 10 - Rede Viária do Concelho



Fonte: Gabinete Técnico do Município de Vila Flor

No respeitante a Estradas Municipais o executivo do Município tem a preocupação da conservação das mesmas, estando na presente data todas as estradas municipais pavimentadas, havendo ainda a necessidade de repavimentação nalguns acessos a povoações, alargamento de vias já existentes

e a criação de novas vias potenciando as acessibilidades internas. Parte destes trabalhos estão já previstos no orçamento plurianual. Contudo é de referir que a cerca de 2 km da sede do Concelho está situado o Parque de Campismo de Vila Flor, sendo este um marco de referência nacional e internacional, que leva o nome da Vila a vários pontos do Mundo. Por esse motivo devem ser privilegiadas e melhoradas as acessibilidades, garantindo comodidade e qualidade aos seus visitantes.

Os Caminhos Municipais de maior tráfego estão também pavimentados em betuminoso. Os restantes, sem grande expressão de tráfego, estão em terra batida permitindo também o trânsito automóvel, em especial a passagem de veículos agrícolas.

No interior das povoações onde se prevê a eventual alteração das infra-estruturas, em zonas consideradas de importante valor histórico e mesmo como alternativa ao pavimento betuminoso tem-se optado pela colocação de cubos em granito. Não estando obviamente todo o concelho na condição ideal poder-se-á afirmar que na sua globalidade a intervenção tem sido positiva havendo apenas que continuar neste sentido de forma a melhorar, quer as Estradas Municipais, os Caminhos Municipais e as pavimentações dos aglomerados urbanos. As entradas na própria sede não devem ser descuradas podendo estas dignificar a imagem do Concelho. A entrada pela Zona Poente está em bom estado, com beneficiações, semaforização e arranjos urbanísticos recentes, contudo pelo lado Poente apresenta um traçado sinuoso e esteticamente pouco atractivo.

Não existe no Município um Sistema de Informação Geográfica (SIG) que nos permita concluir com clareza quais são as quantidades de betão betuminoso, semi - penetração, cubos ou em terra batida que estão aplicados, onde e o estado actual em que se encontram. Processo este que deverá ser implementado e desenvolvido no sentido de poder ajudar nas decisões futuras, para que as povoações confrontadas com piores condições sejam as contempladas por ordem de prioridade a fim de evitar maior isolamento das mesmas.

De forma a verificar a relação de centralidade das povoações com a sede do Município é apresentado um quadro de distâncias.





### 3.3 – Análise Demográfica

Actualmente encontra-se em revisão o PDM de Vila Flor que integra os Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, embora ainda não permitam dar a conhecer a totalidade dos domínios da abordagem demográfica, nomeadamente, as componentes do crescimento demográfico (saldo natural e saldo migratório), cujos resultados são aferidos a partir dos Resultados Preliminares<sup>7</sup> do mesmo Recenseamento.

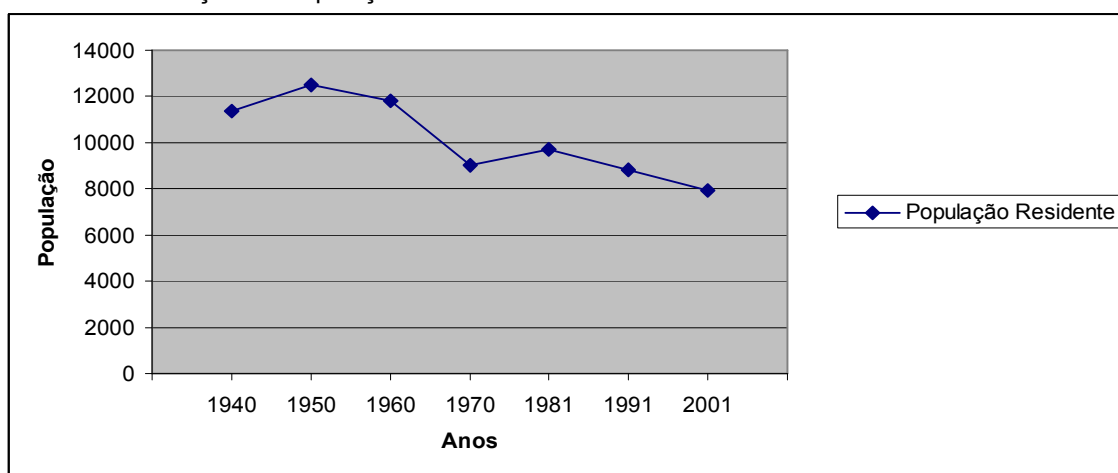
O concelho de Vila Flor, à semelhança da maioria dos concelhos do Douro, tem vindo a perder progressivamente população, segundo informação posterior a 1940 como se pode verificar no quadro e gráfico abaixo mencionado.

Quadro 3 - Recenseamentos Gerais da População, 1940 a 2001

Concelho	População Residente							Taxa de Variação (%)					
	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	40/50	50/60	60/70	70/81	81/91	91/01
Vila Flor	11353	12505	11834	9031	9719	8828	7913	10.1	-5.4	-23.7	7.6	-9.2	-10.4

Fonte: PDM em vigor; INE – Portugal

Gráfico 1 - Evolução da População Residente no Concelho de Vila Flor



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

<sup>7</sup> Ressalve-se que os Resultados Preliminares dos Censos 2001 face aos Resultados Definitivos, para o concelho de Vila Flor, em termos de população total, diferem em somente, 9 indivíduos, pelo que a margem de erro é insignificante.

Efectivamente, Vila Flor, entre 1940 e 2001, perdeu aproximadamente 3440 pessoas. Registava 11353 habitantes em 1940, e passou para 7913 em 2001, o que, em termos relativos, corresponde a uma perda de cerca de um terço da população residente (-30,3%). Contudo, esta evolução não se processou uniformemente ao longo do período temporal considerado, tendo-se, inclusive, registada uma inflexão a esta curva de decréscimo demográfico, na década de setenta.

Depois de um máximo populacional atingido em 1950, a culminar um processo de crescimento populacional, o concelho de Vila de Flor entrou numa fase de progressivo declínio demográfico. Com efeito, nas décadas de 50 e 60, o concelho de Vila Flor registou quebras demográficas na ordem dos 5,4% e 23,7%, respectivamente, que encontram justificação no contexto socio-económico da época, nomeadamente o conflito colonial e os sucessivos ciclos de emigração para os países do centro da Europa, fenómenos particularmente relevantes na década de 60. Esta época culminou com o colapso económico das Minas de Volfrâmio de Macedinho e Freixeda.

A conjugação destes fenómenos levou a uma grande mobilização de emigrantes, incidindo, particularmente, sobre os concelhos rurais, do interior, onde se insere o concelho de Vila Flor.

A década de 70 é uma década de recuperação demográfica concelhia, já que se registou um aumento de 7,6% do número de efectivos de Vila Flor, e que pode ser justificada pelo retorno do contingente populacional das ex-colónias e pela travagem do processo emigratório, fruto da crise económica que afectou os principais países receptores de mão-de-obra portuguesa.

Contudo, essa recuperação demográfica da década de 70 não teve continuidade nas décadas seguintes, onde se retomou a dinâmica de perda populacional. A migração interna da população jovem para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como uma mortalidade elevada, inerente a uma população envelhecida, explicam o decréscimo que se verificou na década de 80, tendo o concelho de Vila Flor perdido 9,2% da população residente.

Na última década, o município vê aumentar ligeiramente o ritmo de perda de efectivos, tendo registado uma variação populacional negativa de 10,4%, o que põe em evidência a falta de capacidade regenerativa do concelho de Vila Flor.

Nas duas últimas décadas, o concelho de Vila Flor acompanha a evolução tendencial do conjunto sub-regional em que se insere, apresentando valores sempre mais elevados dos que os verificados na sub-região do Douro.

Efectivamente, na década de 80, Vila Flor regista um decréscimo de 9,2% da sua população, enquanto que a sub-região do Douro perde 8,7% dos seus efectivos, situação que se reforça na década seguinte, já que Vila Flor perdeu 10,4% dos seus residentes, enquanto que o valor da sub-região do Douro baixou para os 7,1%.

Mas importa referir que nas duas décadas mais presentes 81/91 e 91/2001 a população tem diminuído não se perspectivando a curto prazo uma inversão desta tendência. O cenário apresentado releva no futuro uma perspectiva de desertificação que associada ao envelhecimento não se vislumbra neste âmbito um factor positivo da região.

Contudo, em termos relativos, esse decréscimo populacional não se reflecte no peso do concelho de Vila Flor no total da sub-região do Douro, já que tem mantido o mesmo peso ao longo das duas décadas conforme pode ser verificado no quadro apresentado em anexos.

Segundo a Publicação do Instituto Nacional de Estatística sobre Indicadores Urbanos do Continente apenas a sede de Concelho é semi-urbana, pois tem entre 2000 a 5000 pessoas e todas as restantes freguesias são rurais. A definição destes níveis de classificação é apresentada no Anexo I.

### 3.3.1 – Análise Demográfica por Centro Urbano Principal

Para simplificação do estudo de Avaliação de Políticas Urbanas, foram consideradas de uma forma específica não todas as freguesias, mas sim, os cinco principais centros, designadamente Vila Flor com 2531 habitantes, Seixo de Manhoses com 501 habitantes, Santa Comba da Vilarça com 473 habitantes, Freixiel com 821 habitantes e Vilas Boas com 715 habitantes, sendo estas na sua

essência representativas das outras freguesias, e aquelas cuja população varia a partir de aproximadamente 500 pessoas.

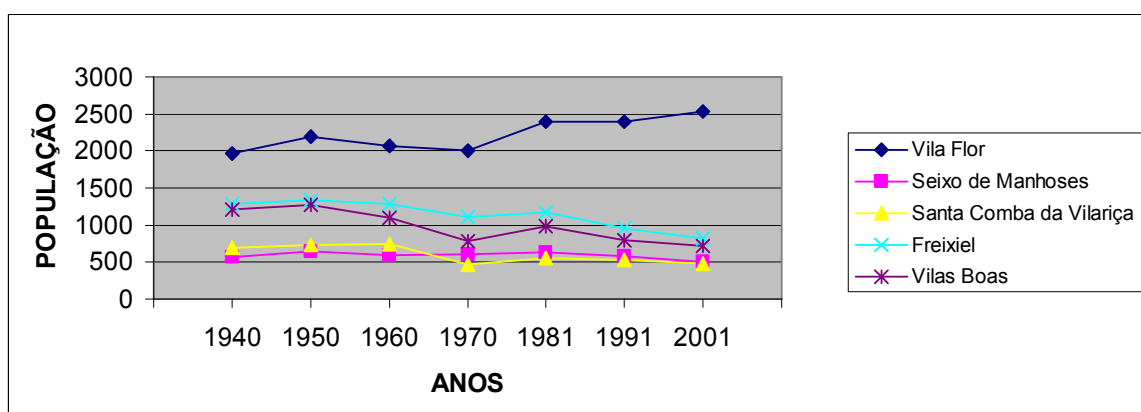
A seguir é apresentado o quadro e gráficos com a evolução da população residente nestes centros bem como a respectiva taxa de variação.

Quadro 4 - População Residente nos Cinco Centros

Centros	População Residente							Taxa de Variação (%)					
	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	40/50	50/60	60/70	70/81	81/91	91/01
Vila Flor	1963	2187	2062	2007	2394	2392	2531	11.4	-5.7	-2.7	19.3	-0.1	5.8
Seixo de Manhoses	567	640	590	606	632	584	501	12.9	-7.8	2.7	4.3	-7.6	-14.2
Sta. Comba de Vilarça	695	727	741	462	550	535	473	4.6	1.9	-37.7	19.0	-2.7	-11.6
Freixiel	1291	1341	1286	1109	1176	964	821	3.9	-4.1	-13.8	6.0	-18.0	-14.8
Vilas Boas	1207	1271	1098	779	986	797	715	5.3	-13.6	-29.1	26.6	-19.2	-10.3

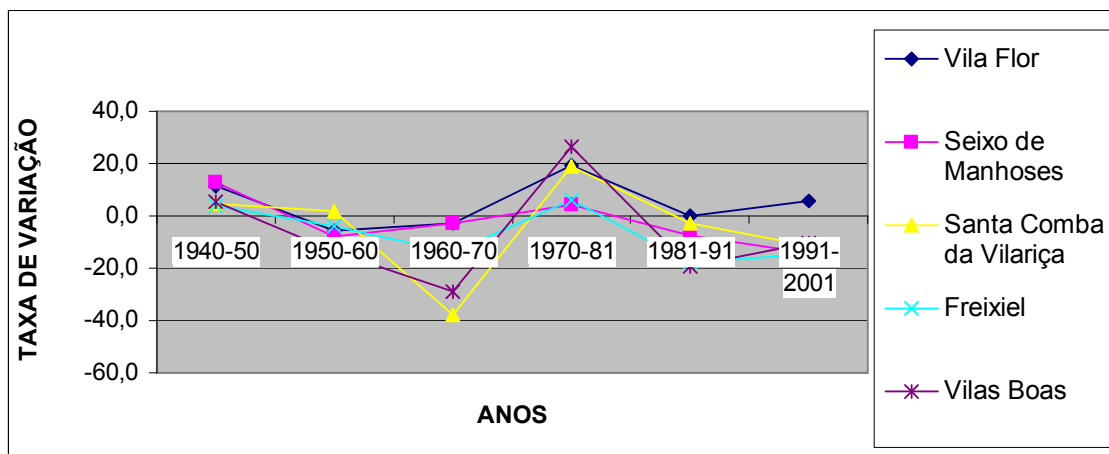
Fonte: PDM em Vigor; INE – Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1940 a 2001

Gráfico 2 - Evolução da População nos Principais Centros do Município de Vila Flor



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Gráfico 3 - Taxa de Variação da População nos Principais Centros do Município de Vila Flor



Fonte: Própria, baseada em dados do INE

Como se pode verificar em todos os centros a situação é análoga registando um generalizado aumento da população apenas nas décadas de 1940/1950 e 1970/1981 pelas razões atrás referidas. A recuperação demográfica concelhia da década de 70, teve expressão em todos os centros. Na década de 80, assiste-se a uma nova perda do efectivo populacional de Vila Flor.

Em 2001, verifica-se o reforço da tendência de decréscimo populacional generalizado em todos os centros, com excepção da freguesia de Vila Flor, que aumentou o seu número de efectivos em cerca de 5,8%. No entanto a sede de Concelho, Vila Flor continuou o aumento da sua população a partir de 1981, mas os restantes centros globalmente perderam população. Em parte o aumento da população na sede fez-se à custa da deslocação de pessoas dos restantes centros para a própria sede. Embora fosse feita esta análise comparativa para cinco centros, é representativa das 19 freguesias do concelho, pois em termos de distribuição territorial confirma-se com dados estatísticos do INE, que à excepção de Vila Flor o decréscimo populacional é generalizável a todas as freguesias.

Ao longo destas duas décadas é notório, que o global dos concelhos desta Sub-região tem vindo a perder população progressivamente. O único concelho a registar de forma positiva é o de Vila Real tendo registado uma pequena variação negativa de -1,5% em 1981/91 e uma variação bastante positiva entre 1991/2001

de 7,9%. Tem sido o único exemplo com capacidade de atractividade e fixação de pessoas no concelho.

A emigração, constituindo o principal factor de evolução demográfica nos anos sessenta e princípios dos setenta, contribuiu, inicialmente para o declínio da população e, posteriormente, para a redução do saldo natural, através de efeitos indirectos sobre a natalidade e a mortalidade. Os efeitos sobre a natalidade derivaram da ausência dos escalões etários potencialmente procriadores (os estratos populacionais emigrados). Os efeitos sobre a mortalidade traduziram-se em termos relativos, na medida em que aumentou a proporção de idosos no total (população que ficou) e, por inerência, os óbitos.

A regressão do factor migratório que se sentiu em vários concelhos do país, nos finais da década de 70, motivada pela conjugação de vários factores como a alteração das condições de atracção exercidas pelo principal país de destino, em paralelo com o desenvolvimento de factores de atracção local, e com o retomo de residentes das ex-colónias, foi particularmente relevante no concelho de Vila Flor, onde, recorde-se, a população aumentou 7,6%.

Contudo, a posterior onda migratória, desta vez interna, para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, que se sentiu na década de 80, condicionou bastante a evolução demográfica de Vila Flor.

Efectivamente, conforme se pode observar no quadro 1 do Anexo II (onde se encontra sistematizado o crescimento efectivo e as componentes desse crescimento nas décadas de 80 e 90, nos concelhos da sub-região do Douro), o saldo migratório foi a principal componente na variação demográfica negativa de Vila Flor na década de 80. Entre 1981 e 1991, o crescimento migratório apresentou um saldo negativo de -9,8% (o diferencial entre entradas e saídas foi de menos 953 pessoas), enquanto o crescimento natural foi positivo (0,6%). O crescimento efectivo foi então de -9,2%.

Na década seguinte (1991/2001), verificou-se uma alteração no comportamento que cada uma das componentes assumiu na evolução demográfica de Vila Flor, na medida em que o saldo natural passou a negativo também, ainda que o saldo migratório tenha sido a componente que mais

influenciou o decréscimo demográfico observado no concelho. Com efeito, enquanto o crescimento migratório foi de -6,8%, o crescimento natural foi de -3,7%, traduzindo-se num crescimento efectivo de -10,5%.

O comportamento do crescimento natural e do crescimento migratório, na sub-região do Douro, tem sido similar ao verificado no concelho de Vila Flor, nas duas últimas décadas

**Ao nível sub-regional**, na década de 80, todos os concelhos do Douro, à excepção de Tarouca, tinham registado crescimentos efectivos negativos, tendo sido os concelhos de Torre de Moncorvo e Carrazeda de Ansiães os que mais população perderam em termos relativos, neste período. O crescimento natural foi positivo no conjunto sub-regional, ainda que os concelhos de Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa tenham apresentado valores negativos, contrariamente ao que sucedeu com o crescimento migratório, que foi globalmente negativo, com papel preponderante do concelho de Lamego que, em termos absolutos, perdeu cerca de 4200 residentes.

Apesar da diminuição populacional verificada em Vila Flor, nos últimos anos, o número de famílias residente manteve-se entre 1991 e 2001 (variação negativa de apenas 0,5%), situação diferente da registada na sub região do Douro, onde, para o mesmo período, se verificou um aumento do número de famílias residentes (+2,4%).

Esta manutenção do número de famílias em Vila Flor, num contexto de progressivo esvaziamento populacional concelhio, resulta, naturalmente, das alterações verificadas na estrutura familiar, que se traduzem numa diminuição da dimensão média das famílias. Com efeito, em Vila Flor, passou-se de uma dimensão média de 3,8 pessoas/família, em 1981, para 2,7 pessoas/família, em 2001.



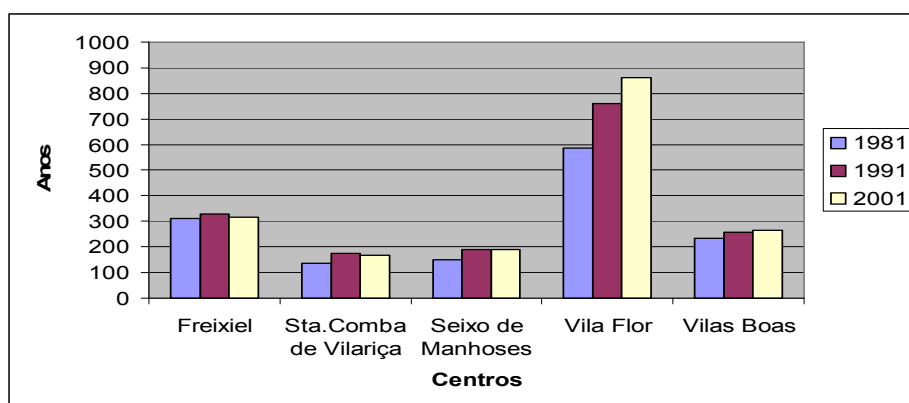
De seguida, apresenta-se um quadro e respectivo gráfico com variação do número de famílias <sup>8</sup> e da dimensão média entre 1981 e 2001 nos cinco centros, no concelho de Vila Flor e na Sub-Região do Douro.

Quadro 5 - Famílias Clássicas + Famílias Institucionais

Freguesias	Número de Famílias			Taxa de Variação (%)		Pessoas/Família		
	1981	1991	2001	81/91	91/01	1981	1991	2001
Freixiel	310	330	316	6,5	-4,2	3,8	2,9	2,6
Sta.Comba de Vilariga	135	176	168	30,4	-4,5	4,1	3,0	2,8
Seixo de Manhoses	148	191	189	29,1	-1,0	4,3	3,1	2,7
Vila Flor	586	760	860	29,7	13,2	4,1	3,1	2,9
Vilas Boas	233	258	265	10,7	2,7	4,2	3,1	2,7
Concelho de Vila Flor	2547	2976	2961	16,8	-0,5	3,8	3,0	2,7
Sub – Região do Douro	68842	75979	77781	10,4	2,4	3,8	3,1	2,9

Fonte: INE – Portugal, Recenseamentos Gerais da População-1981,1991 e 2001

Gráfico 4 - Número de Famílias por Centro Urbano



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

<sup>8</sup> Cerca de 99% das famílias existentes são famílias clássicas, isto é, constituem um “conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento”. É também considerado para este efeito, “qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento” bem como as “empregadas domésticas residentes no alojamento onde prestavam serviço” no momento do Recenseamento Geral da População, dado que são integradas na respectiva família. Para além das famílias clássicas, existem ainda famílias institucionais que representam somente 1% do total das famílias. Estas distinguem-se das famílias clássicas por consistirem num conjunto de pessoas que residem num alojamento colectivo sem, contudo, existir qualquer relação de parentesco entre si, observando-se somente uma disciplina comum e sendo beneficiárias dos objectivos de qualquer destas instituições bem como governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.

Da análise do gráfico verifica-se que excepto na sede o número de famílias aumentou significativamente e nos restantes centros tem-se mantido praticamente estacionário.

A referência à evolução do número de famílias é muito importante do ponto de vista, não só do seu significado puramente demográfico, mas também no âmbito da programação do parque habitacional, na medida em que esta evolução, no sentido da diminuição da dimensão das famílias, produzirá, ou não, uma importante pressão na produção habitacional e, consequentemente, na própria definição dos perímetros urbanos. Naturalmente que, no caso concreto de Vila Flor, aquela evolução não produzirá uma significativa pressão sobre a produção habitacional concelhia.

### 3.3.2 – Componentes do Crescimento: Saldo Natural e Saldo Migratório

O modo como se processam os movimentos naturais e migratórios determina a evolução de uma população (crescimento efectivo) e provoca modificações nas respectivas estruturas etárias.

Se o saldo natural mede a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos, o saldo migratório mede a diferença entre o número de entradas e o número de saídas e indica até que ponto determinado concelho é atractivo ou repulsivo do ponto de vista demográfico.

O tendencial declínio da taxa de natalidade (passou de 14,5%, em 1981, para 8,3%, em 2002), associado a uma taxa de mortalidade que tem vindo a aumentar (passou de 10,2%, em 1981, para 16,9%, em 2002) tem tido repercussões no crescimento natural, que, desde a década de 80, se apresenta negativo.

Contudo, em relação à taxa de natalidade é de salientar dois aspectos: após uma diminuição brusca entre 1981 e 1989, nos valores desta taxa, a década de 90 foi marcada por um abrandamento do ritmo a que se processava o decréscimo da taxa de natalidade; entre 1999 e 2002 verificou-se um aumento da

taxa de natalidade, retomando, valores idênticos aos registados na primeira metade da década de noventa (8,3%).

De forma a visualizar melhor a comparação entre a Taxa de Natalidade e de Mortalidade entre Vila Flor e o Douro é apresentado um quadro com os respectivos valores.

Quadro 6 - Indicadores Demográficos no Concelho de Vila Flor e no Douro

Taxas (%)	1981	1989	1996	1999	2002
<b>Taxa de Natalidade</b>					
Vila Flor	14,5	8,4	8,3	6,3	8,3
Douro	-	-	9,4	9,0	9,0
<b>Taxa de Mortalidade</b>					
Vila Flor	10,2	11,4	12,2	12,0	16,9
Douro	-	-	11,7	12,0	15,5

Fonte: INE, Anuários estatísticos, 1996, 2000 e 2003, Estatísticas Demográficas 1981 e 1989; Estimativas Definitivas da População Residente Inter censitária 1981-1982 e 1989-1990

### 3.3.3 – Distribuição da População por Grupos Etários e o Envelhecimento Populacional

O envelhecimento demográfico, progressivamente patente no evoluir da demografia portuguesa, traduz-se num duplo envelhecimento: diminuição da proporção de jovens e aumento da proporção de idosos. Estas tendências, directamente induzidas pela queda da fecundidade e pelo aumento da esperança de vida, têm uma expressão cada vez mais vincada no concelho de Vila Flor. São visíveis os sinais de envelhecimento estrutural da população, nomeadamente, no espaço de apenas duas décadas, com a diminuição muito significativa da população jovem (0-14 anos) passando de 26,8% do total da população, em 1981, para 13,1%, em 2001, e com um aumento muito acentuado da população idosa (65 e mais anos) que, de 13,5%, em 1981, passa para 23,3%, em 2001.

A evolução da distribuição e a própria distribuição da população por grupos etários no concelho de Vila Flor acompanham estruturalmente a região em que o

concelho se insere embora, em termos gerais, o concelho seja ligeiramente mais velho do que a sub-região do Douro, materializada por uma menor proporção de jovens e uma maior proporção de idosos.

As modificações ocorridas na estrutura etária fixam a relação existente entre os diferentes grupos etários, que se expressa nos designados índices - resumo das estruturas populacionais. Estes índices, como o próprio nome sugere, sintetizando o "estado" da população de determinado território e medindo os níveis de dependência e envelhecimento, podem traduzir-se genericamente, entre 1981 e 2001, da seguinte forma: Significativa diminuição do número de dependentes jovens por cada 100 activos (passa de 45, em 1981 para 21, em 2001); aumento do número de idosos a cargo de cada 100 activos (passa de 23 para 37); em consequência dos dois índices anteriores, um muito representativo aumento do índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens), passando de 50, em 1981, para 183,5 em 2001 e 186,6 em 2002. O envelhecimento tendencial da população faz prever a degradação contínua destes índices e, de modo mais significativo, do índice de envelhecimento.

### 3.4 – Análise do Edificado por Centro Urbano Principal

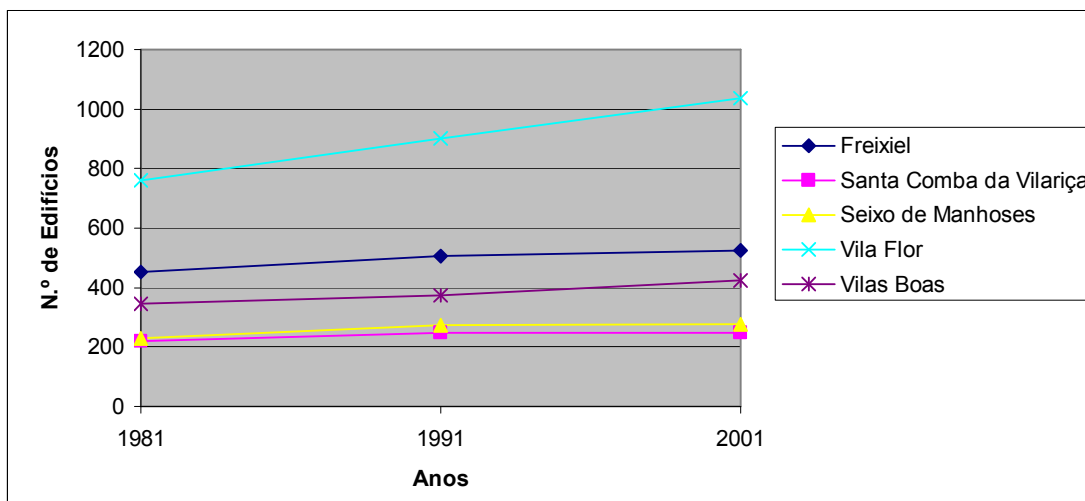
Segundo dados estatísticos do INE o concelho regista o valor de 4655 edifícios e traduzindo de uma forma concreta a evolução dos edifícios para os cinco centros é apresentado o seguinte quadro e gráfico.

Quadro 7 - Evolução do Número de Edifícios por Centro

<b>Centros</b>	<b>1981</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>	<b>Taxa de Var. 81/91 (%)</b>	<b>Taxa de Var. 91/01 (%)</b>
Freixiel	451	505	525	12,0	4,0
Santa Comba da Vilarça	221	249	249	12,7	0,0
Seixo de Manhoses	228	273	276	19,7	1,1
Vila Flor	759	902	1036	18,8	14,9
Vilas Boas	344	375	424	9,0	13,1

Fonte: INE

Gráfico 5 - Evolução de Edifícios por Centro



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

É notório e visível que independentemente de vários factores que condicionam a necessidade de edificação designadamente: a evolução da população que se constatou que tem diminuído, sendo em 2001 a taxa de natalidade 8,3, a taxa de mortalidade de 16,9 e a média 2,7 pessoas/família, o número de edifícios tem aumentado contrariando assim as tendências da população.

Em todos os centros em estudo sem excepção, o número de edifícios aumentou registando nas últimas duas décadas valores elevados em relação à população residente, pois Freixiel teve um aumento de 74 edificações, Santa Comba da Vilarça, 28 edificações, Seixo de Manhoses, 48 edificações, Vila Flor 277 edificações e Vilas Boas 80 edificações.

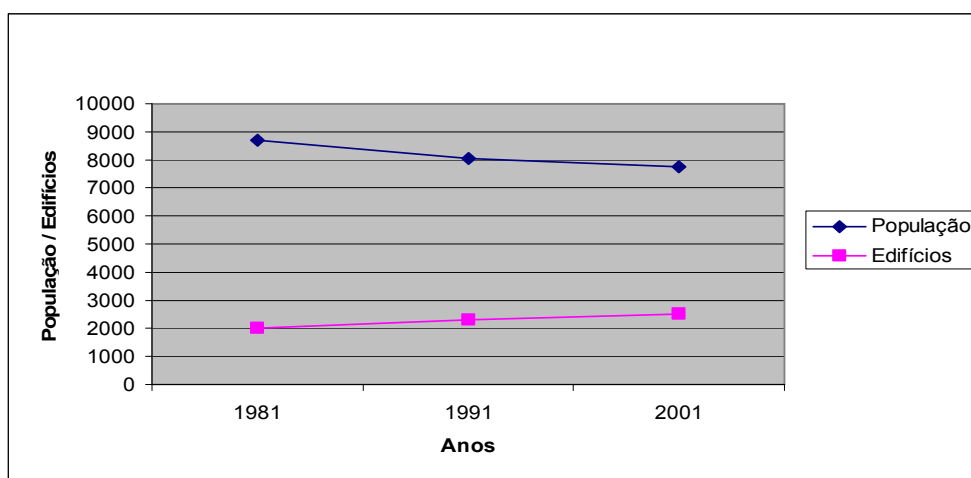
Em relação à população referida nos censos dos últimos 20 anos somente a sede de concelho Vila Flor teve um aumento da população de 137 pessoas, tendo os restantes centros registado perdas significativas. No anexo III, é apresentada a relação entre edifícios e população por centro, no entanto em termos globais temos a população a diminuir e o número de edifícios a aumentar. O quadro 8 e o gráfico 6 a seguir mencionados revelam esta realidade.

Quadro 8 - Relação entre Edifícios e População nos Cinco Centros

Relação entre Número de Edifícios e População nos Cinco Centros			
Anos	1981	1991	2001
População	5738	5272	5041
Edifícios	2003	2304	2510

Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Gráfico 6 - Relação entre Número de Edifícios e População nos Cinco Centros



Fonte: Própria, baseada em dados do INE

O Município de Vila Flor dispõe de um loteamento (Quinta dos Lagares) com 98 lotes urbanos na sede de concelho, sendo 2 lotes para equipamentos, 52 lotes para habitações unifamiliares em banda com duas frentes, 13 lotes para habitações unifamiliares em banda com três frentes, 18 lotes para habitações unifamiliares geminadas, 8 lotes para habitações unifamiliares isoladas e 5 lotes para edifícios de habitação colectiva com área comercial, em fase de venda. Na povoação mais próxima da sede existe ainda outro loteamento promovido pela Junta de Freguesia em colaboração com o Município, que associados a loteamentos levados a efeito pelas entidades particulares na própria sede, bem como nas freguesias, antevêm que o concelho de Vila Flor não terá necessidades ao nível habitacional nos próximos anos.

A planta do loteamento do Município e as características de edificabilidade estão apresentadas no anexo III. É portanto esta a potencial zona de expansão urbana da sede de concelho.

Associando a estrutura demográfica pode-se prever a necessidade da edificação, o que no caso concreto de Vila Flor não se perspectivam grandes pressões imobiliárias ao nível do parque habitacional.

### 3.5 – Estrutura Económica

#### 3.5.1 – Actividades Económicas por Sector de Actividade

Muita da informação utilizada para caracterizar a estrutura económica do concelho, nomeadamente, a análise da estrutura da ocupação da população empregada e do número de estabelecimentos por sectores de actividade, segundo os Códigos de Actividade Económica (CAE), é proveniente dos Quadros de Pessoal, DETEFP, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

As actividades económicas do país estão agrupadas segundo o quadro que a seguir se apresenta:

Quadro 9 - Actividade Económica por Sectores de Actividade

<b>CAE 0</b>	Forças Armadas
<b>CAE 1</b>	Membros dos corpos legislativos, quadros dirigentes da função pública, directores e quadros dirigentes de empresas
<b>CAE 2</b>	Profissões intelectuais e científicas
<b>CAE 3</b>	Profissões técnicas intermédias
<b>CAE 4</b>	Empregados administrativos
<b>CAE 5</b>	Pessoal dos serviços de protecção e segurança, serviços pessoais, domésticos e trabalhadores similares
<b>CAE 6</b>	Trabalhadores da agricultura e pescas
<b>CAE 7</b>	Trabalhadores da produção industrial e artesãos
<b>CAE 8</b>	Operadores de instalações industriais e máquinas fixas, condutores e montadores
<b>CAE 9</b>	Trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços

Fonte: INE – Códigos de Actividades Económica

De acordo com o regime legal vigente (Dec. Lei n.º 332/93, de 25 de Setembro), as entidades abrangidas pelo seu âmbito de aplicação, estão obrigadas ao envio anual, durante o mês de Novembro, ao Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT), do mapa dos Quadros de Pessoal, com dados actualizados, referentes ao mês de Outubro anterior. O tratamento e apuramento estatístico, a que estes dados são sujeitos, constituem a base mais actualizada a nível concelhio, de entre as estatísticas que incidem sobre as actividades industriais.

Esta fonte estatística considera o emprego no sector formal da economia, ou seja, aquele que tem lugar em unidades empresariais com pessoas ao serviço, excluindo, por isso, as empresas em nome individual e o emprego na função pública, o que resulta numa sub - avaliação, quer do total dos estabelecimentos, quer do total de pessoas ao serviço e, sobretudo, no âmbito dos sectores primário e terciário, onde as empresas em nome individual, sem pessoal, e a função pública (no caso de sector terciário) apresentam um peso elevado. Contudo, dado ser a informação mais recente e desagregada por ramo de actividade, é relevante na análise da actividade económica concelhia.

Para uma análise que incorporasse os dados sobre emprego informal (estabelecimentos por conta própria), embora com muito menor informação, recorreu-se ao Ficheiro Central das Empresas do INE, cuja publicação consta do Anuário Estatístico da Região Norte, também do INE, editado no ano 2003 (publicação mais recente).

### 3.5.2 – Condição perante a Actividade Económica, Ocupação dos Activos

Fazendo jus à sua localização interior, Vila Flor é um concelho de tradição agrícola, tendo sido alvo de uma histórica marginalização face às opções de investimento público e privado com reflexos óbvios no crescimento demográfico e económico. O concelho de Vila Flor é, no contexto geográfico em que se insere, um concelho com um fraco dinamismo empresarial.



Em 2001, os 7913 residentes no concelho de Vila Flor, agrupavam-se da seguinte forma, quando analisados em função da sua condição perante a actividade económica:

População até 14 anos = 13,1%

População com actividade económica (população activa - empregada e desempregada) = 37,2%

População sem actividade económica, na qual se integram os estudantes, domésticas, reformados, incapacitados para o trabalho, e outros casos = 49,7%

Quadro 10 - População Segundo a Condição Perante a Actividade Económica Desenvolvida

Condição perante a actividade Económica		1991		2001	
		N.º	%	N.º	%
<b>População com Actividade Económica</b> (População Activa)	Empregada	3053	92,7	2548	86,6
	Desempregada	240	7,3	394	13,4
	Total	3293	100,0	2942	100,0
<b>População sem Actividade Económica</b>	Estudante	905	21,2	585	14,9
	Doméstica	1390	32,6	842	21,4
	Reformada	1566	36,8	2041	51,8
	Incapacitados p/ o trabalho	130	3,1	170	4,3
	Outras	270	6,3	301	7,6
	Total	4261	100,0	3939	100,0
<b>População Total do Concelho incluindo jovens até 14 anos</b>		<b>8828</b>	-	<b>7913</b>	-

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001

Analisando os dados de 2001, verifica-se que a população activa em Vila Flor totalizava os 2942 indivíduos, sendo a taxa de actividade (37,2%) ligeiramente inferior à da sub - região do Douro (39,4%) e à zona Norte ( 48,1). Do mesmo modo, a taxa de desemprego (13,4%), no mesmo momento, era superior à do Douro (8,2%), traduzindo uma clara posição mais desfavorável do mercado de emprego local relativamente a contextos geográficos mais vastos (Douro e Região

Norte), onde este concelho se integra, destacando-se positivamente em quase todos os aspectos, o concelho de Vila Real.

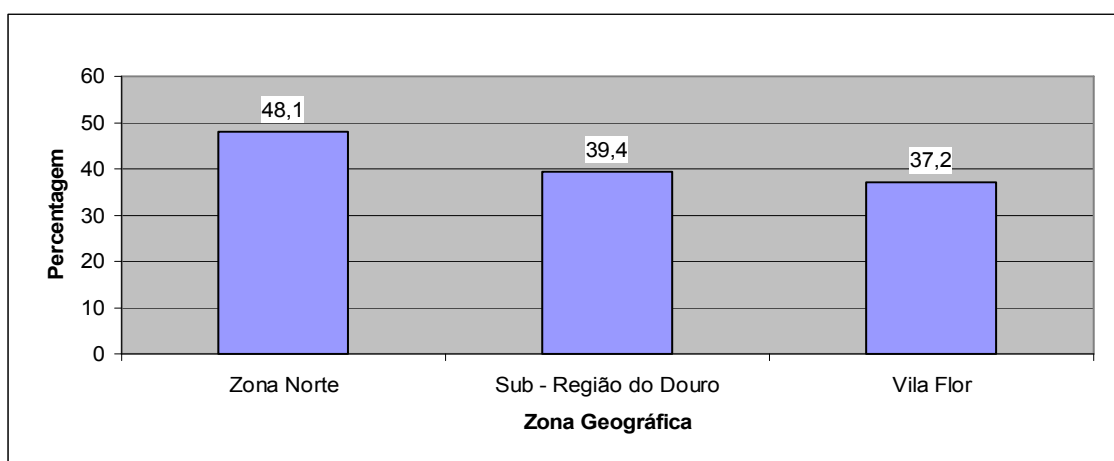
Existe ainda uma diferença significativa, da taxa de actividade no concelho em relação às zonas da Sub-Região do Douro e Norte. Vila Flor tem uma taxa de actividade de 37,2%, que representa menos 2,2 % que a Sub-Região do Douro e menos 10,9% que a Zona Norte. Apresenta-se de seguida o quadro 11 e gráfico 7 traduzindo os valores acima referidos.

Quadro 11 - Taxa de Actividade nas Zonas Norte, Douro e Vila Flor

Zona Geográfica	População	Taxa de Actividade
Zona Norte	1775015	48,1%
Sub – Região do Douro	221853	39,4 %
Vila Flor	7913	37,2 %

Fonte: INE

Gráfico 7 -Taxa de Actividade por Zonas Geográficas



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

O fenómeno do envelhecimento demográfico (3,3% da população tem mais de 65 anos) justifica, por si só a referida taxa de actividade concelhia. No entanto, entre 1991 e 2001, o peso da população activa manteve-se, enquanto que o peso

da população sem actividade económica (reformados, domésticas e outros), aumentou ligeiramente, passando de 48,3%, em 1991, para 49,8%, em 2001.

A seguir é apresentado um quadro com a evolução dos indicadores de mercado de trabalho.

Quadro 12 - Indicadores do Mercado de Trabalho em 1991 e 2001

Indicadores	Vila Flor		Douro	
	1991	2001	1991	2001
População Total	8828	7913	238695	221853
População Empregada	3053	2548	80528	80294
População Desempregada	240	394	6016	7211
População Activa (%)	37,3	37,2	36,3	39,4
Taxa de Desemprego (%)	7,3	13,4	7,0	8,2
Taxa de Desemprego Feminina	18,1	25,0	12,4	13,4

Fonte: INE – Portugal, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001

Na distribuição sectorial dos activos observa-se hoje uma preponderante afectação ao sector terciário (48%), face aos sectores secundário (26,1%) e primário (25,9%), que detêm praticamente o mesmo peso, estando, no entanto, em consonância, em termos estruturais, com a repartição sectorial do Douro, na medida em que este possui uma distribuição sectorial dos activos de acordo com a estrutura mais corrente dos sistemas económicos, onde é preponderante o terciário, seguindo-se o secundário e, por fim o sector primário.

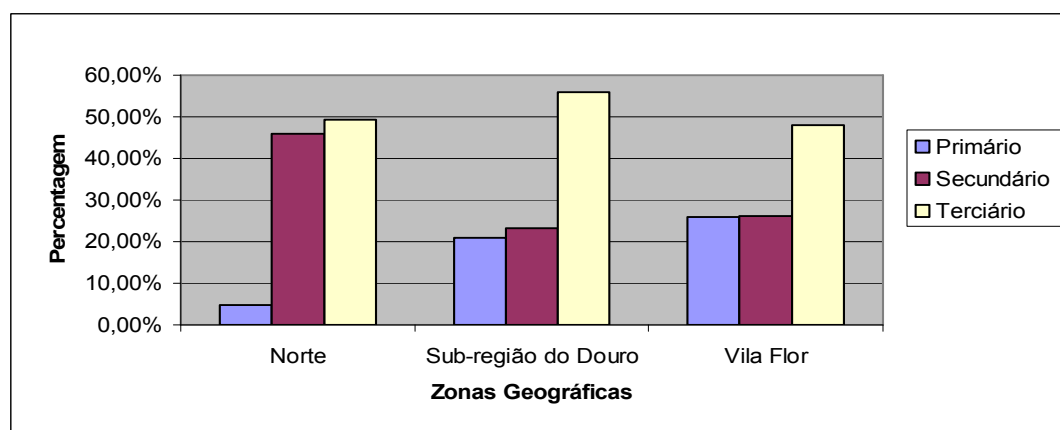
Fazendo uma análise comparativa com as zonas geográficas do Norte, sub – região do Douro, Vila Flor apresentava valores muito semelhantes ao da realidade duriense em 2001.

Quadro 13 – Distribuição da População por Sector de Actividade nas Zonas Norte, Sub-Região do Douro e Vila Flor.

<b>Sectores \ Zonas</b>	<b>Norte</b>	<b>Sub-região do Douro</b>	<b>Vila Flor</b>
Primário	4,8 %	20,9 %	25,9 %
Secundário	45,8 %	23,2 %	26,1 %
Terciário	49,4 %	55,9 %	48,0 %

Fonte: INE

Gráfico 8 - Distribuição da População por Sector de Actividade nas Áreas Geográficas.



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Podemos verificar que na zona Norte o sector primário tem pouca expressão, enquanto que o sector secundário e terciário estão praticamente equilibrados, enquanto que na sub-região do Douro e em Vila Flor os sectores primários e secundários têm praticamente o mesmo peso, havendo uma grande diferença para o sector terciário. É notória ainda uma grande distância percentual em termos do sector secundário relativamente à zona Norte.

Nos últimos 20 anos, a estrutura económica do concelho de Vila Flor tem sofrido algumas alterações, verificando-se uma clara diminuição de activos afectos ao sector primário e um contínuo reforço do sector terciário. Com efeito, em 1981, o sector primário era dominante na economia concelhia, representando cerca de 50% da população activa, enquanto que em 2001, esse valor decresceu para os

25,9%. Em contrapartida, o sector terciário que, há vinte anos atrás afectava 26% da população activa, representa, hoje, 48% da população activa, sendo o sector predominante na estrutura económica concelhia.

As condições climáticas e a fertilidade do solo permitem a produção de variados produtos agrícolas, de entre os quais se salientam, pela importância que representam no produto agrícola bruto, a cereja, a amêndoa, a maçã, a uva a castanha, a azeitona e os produtos hortícolas do vale da Vilariça.

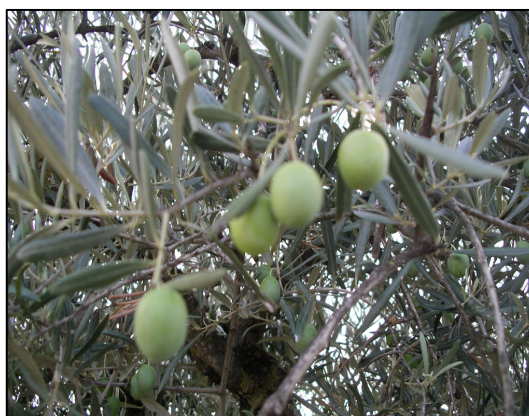
Daqui resultam produtos de alta qualidade, tais como os vinhos de mesa, generosos ou finos das colheitas da Região Demarcada do Douro e de outras áreas não pertencentes, que são comercializados pelo próprio agricultor ou através de cooperativas agrícolas.

No entanto a principal cultura permanente em Vila Flor é o Olival, tanto ao nível do número de explorações, como da área que ocupa, representando cerca de 17% do total de culturas de olival da sub-região do Douro. A importância do Olival no concelho de Vila Flor, é também expressa pela existência de produtores de azeite inseridos na economia formal do concelho. A vinha, os frutos secos e os frutos frescos também são produções importantes do concelho.

Figura 11 - Exploração Agrícola – Olival



Figura 12 - A Oliveira e a Azeitona



Fonte: Gabinete Técnico do Município de Vila Flor

As explorações são de reduzida dimensão, com raras excepções, sendo a sua administração feita quase sempre pelo seu proprietário, visando essencialmente o auto consumo e/ou abastecimento do mercado local,

procurando diminuir-se o mais possível os custos de produção agrícola, tendo em vista o aumento do rendimento económico.

Verifica-se o fraco recurso à mão-de-obra assalariada, no entanto nas explorações de maior dimensão, as unidades de trabalho necessárias à exploração agrícola exigem o recurso de mão-de-obra eventual.

Este sector primário tem vindo a perder importância, sem que, no entanto, possa fazer-se corresponder tal facto a um constante processo de industrialização.

A actividade industrial é tradicionalmente uma componente pouco significativa da estrutura económica do concelho de Vila Flor.

Neste sector salienta-se, pela importância para todo o Nordeste Transmontano, o antigo Complexo Agro-Industrial do Cachão, actualmente designado como Agro-Industrial do Nordeste, uma unidade que engloba várias indústrias desde tintas, calçado, queijaria, matadouro, laboratório de análises, entre outros.

De salientar ainda as cooperativas agro-industriais ligadas à comercialização de azeite, vinho, lacticínios, cogumelos e água gaseificada (Águas Frize) sendo esta unidade industrial da Compal a que tem maior expressão no concelho, tendo triplicado as vendas em apenas três anos, conforme se demonstra no gráfico apresentado no Anexo VI.

Há a destacar a actividade relacionada com produção e comercialização de cogumelos estando estas empresas sedeadas no Concelho de Vila Flor, na freguesia de Benlhevai. O processo de produção é efectuado de acordo com as exigências de “Agricultura Biológica” sendo estas empresas certificadas.

As duas empresas representativas neste sector são as empresas Sousacamp e Micellium – Cogumelos Lda, sendo consideradas das maiores empregadoras da região.

São empresas cujo crescimento e desenvolvimento têm sido significativos, nomeadamente ao nível comercial e tecnológico, sendo actualmente fornecedores a nível nacional e também internacional. Conseguiram transformar os recursos naturais numa oportunidade de negócios, sendo exemplos de sucesso a seguir. Porém, o grande dinamismo empresarial tem-se verificado no sector da

construção civil, ainda que não seja sustentável por razões já explicitadas anteriormente no capítulo da edificação.

O sector secundário apresentou duas dinâmicas distintas neste período: em 1981, representava 23% da população activa, em 1991, esse valor decresce para os 20% e, em 2001, volta a subir, atingindo os 26%, detendo, na actualidade, praticamente, o mesmo peso que o sector primário.

O sector terciário encontra-se deficientemente estruturado, na medida em que está essencialmente concentrado nas sedes de concelho e é repartido apenas pelos serviços, administração pública, educação e saúde.

O subsector do comércio é dominado quase exclusivamente por pequenas empresas, quase todas familiares e de comércio misto. O comércio por grosso está vocacionado, essencialmente, para os produtos agrícolas ou para a agricultura, géneros alimentícios, bebidas e materiais de construção.

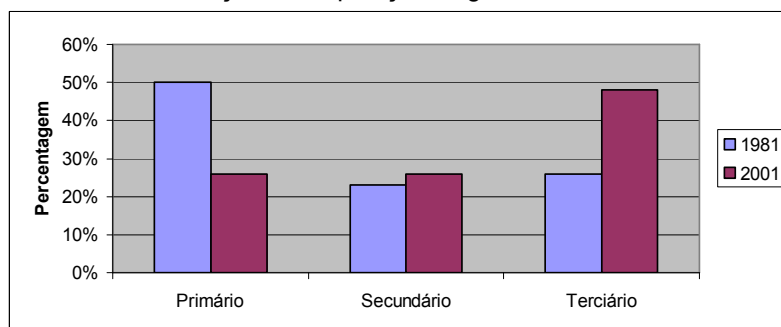
Para melhor visualização apresenta-se de seguida, um quadro e gráfico com a evolução da população segundo o sector de actividade nas duas décadas de 1981 a 2001.

Quadro 14 - Percentagem de Pessoas Afectas aos Sectores de Actividade

<b>Sector \ Anos</b>	<b>1981</b>	<b>2001</b>
Primário	50 %	25,9%
Secundário	23%	26%
Terciário	26%	48%

Fonte: INE

Gráfico 9 - Evolução da População Segundo o Sector de Actividade



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Constata-se, nestes últimos 20 anos, um decréscimo vertiginoso do sector primário, um aumento com a mesma ordem de grandeza mas positivo, do sector terciário e verifica-se praticamente uma estagnação no sector secundário.

Analisando a distribuição por sector de actividade nos cinco centros em estudo é a seguinte:

Quadro 15 - Percentagem de Pessoas Afectas aos Sectores de Actividade nos Cinco Centros

Unidade Territorial	Sectores de actividade económica (%)		
	Primário	Secundário	Terciário
Freixiel	50,7	22,2	27,1
Sta. Comba da Vilarça	35,4	32,3	32,3
Seixo de Manhoses	38,4	21,4	40,2
Vila Flor	9,0	21,2	69,8
Vilas Boas	30,9	32,8	36,3
Concelho de Vila Flor	25,9	26,1	48,0

Fonte: INE – Portugal, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001

A sede de concelho destaca-se nitidamente em relação aos restantes centros, pois o sector terciário tem um peso muito superior à média e o sector primário tem pouca expressão com um valor muito inferior à média.

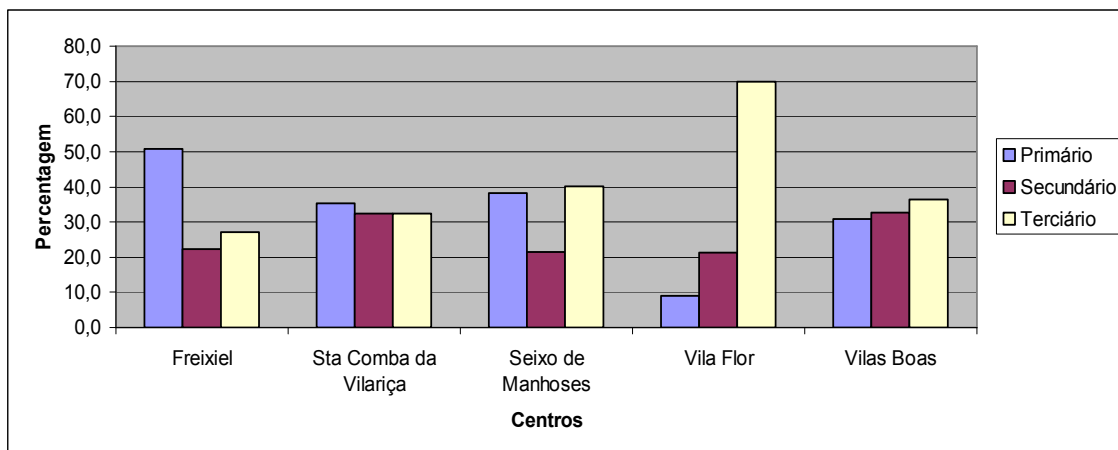
Noutro extremo, Freixiel destaca-se pois o sector primário não tem acompanhado a tendência dos restantes centros e ainda mantém uma grande percentagem de população nesse sector, estando consequentemente deficitários os sectores secundário e terciário.

Nos outros três centros Santa Comba da Vilarça, Seixo de Manhoses e Vilas Boas não existe uma diferença muito significativa em termos percentuais de ocupação de pessoas por sector, salvo no sector secundário em Seixo de Manhoses que apresenta uma pequena percentagem de pessoas nesse sector.



O gráfico seguinte traduz os valores da actividade económica explicitados no quadro 15.

Gráfico 10 - População Residente Empregada Segundo o Sector de Actividade Económica, 2001



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Vila Flor é uma Freguesia com um número de activos no sector terciário superior à média concelhia (> 48%). Freixiel ainda mantém uma elevada percentagem de pessoas no sector primário muito superior à média concelhia (>> 25,9 %) sendo em 2001 de 50,7% e no geral o sector secundário é idêntico em todos os centros não havendo destaques a salientar embora Seixo de Manhoses, Freixiel e Vila Boas tenham um peso inferior à média do concelho. Ou seja, nos centros onde o sector primário tem grande peso o terciário tem pouco, e nos centros onde o sector terciário tem grande peso o primário não tem grande expressão, o que leva a crer que tem havido deslocação de pessoas activas de um sector para o outro, e que o sector secundário está estacionário não havendo qualquer referência significativa a assinalar. A população que o sector terciário emprega, concentra-se sobretudo nos centros urbanos, dado aqui estar concentrada a grande maioria dos serviços públicos bem como as actividades comerciais, razão principal, pela qual a sede do Município Vila Flor apresenta um valor muito superior à média do concelho.

Neste âmbito foram elaboradas fichas de levantamento de comércio e serviço através dos Presidentes das Juntas de Freguesia actualizadas para o ano de 2006 que constam do Anexo V.

Para o caso específico dos cinco centros em estudo, e para o Município em geral os resultados obtidos são os seguintes:

Quadro 16 - Número de Estabelecimentos de Comércio e Serviços

<b>Centos</b>	<b>Estabelecimentos</b>	<b>Valor obtido em 2006</b>	<b>Percentagem</b>
Vila Flor		305	70,44 %
Santa Comba da Vilariça		22	5,08 %
Seixo de Manhoses		11	2,54 %
Vilas Boas		19	4,39 %
Freixiel		17	3,93 %
Restantes Centros do Município		59	13,62 %
Total no Município		433	100,00 %

Fonte: Própria, baseada nas fichas fornecidas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia

Pelo exposto se verifica que os estabelecimentos de comércio e serviços estão na sua essência centralizados na sede de concelho, sendo praticamente irrelevante o seu número nos outros centros. Santa Comba da Vilariça é o local com mais estabelecimentos depois de Vila Flor mas como seria de esperar, com um número quantitativo muito inferior. Vilas Boas e Freixiel têm um número próximo de Santa Comba da Vilariça mas acresce o facto destes dois últimos centros englobarem não só o local propriamente dito mas os dados referentes à freguesia, que para cada caso inclui mais duas povoações. Os restantes centros a este nível, têm pouca expressão e representam como se pode verificar apenas 13,62%.

### 3.5.3 – Empresas por Sector de Actividade

A análise temporal das empresas distribuídas por sector de actividades, tem particular interesse permitindo verificar a evolução das mesmas, estando em regra correlacionado o seu aumento ou diminuição, com a melhoria ou perda das condições económicas da população.

O quadro seguinte traduz-nos essa evolução e distribuição por sector, desde 1997 até 2004.

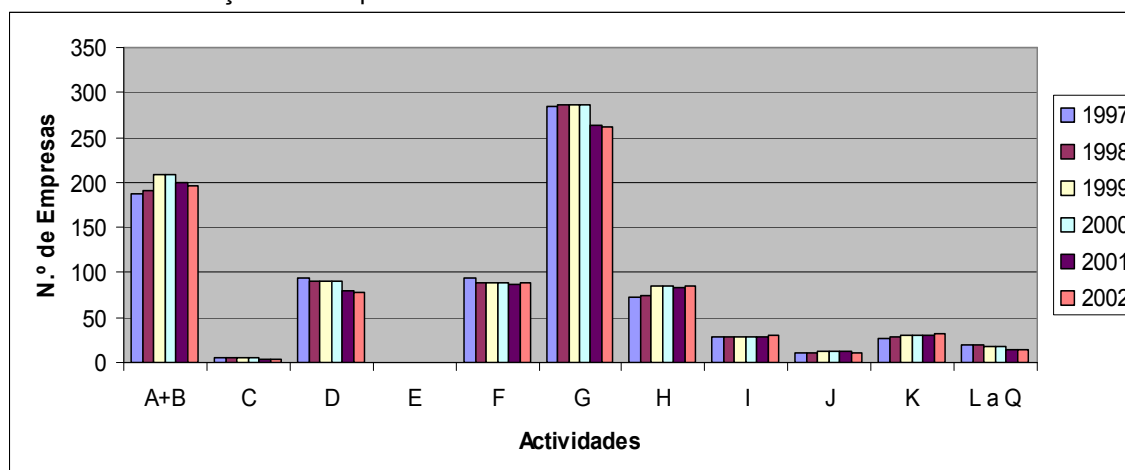
Quadro 17 – Empresas por Concelho da Sede, Segundo a CAE no Município de Vila Flor entre 1997 a 2004

	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	La Q
<b>1997</b>	187	5	94	-	93	284	73	28	10	26	19
<b>1998</b>	191	5	91	-	89	287	75	28	10	28	19
<b>1999</b>	208	5	91	-	89	287	85	28	12	30	18
<b>2000</b>	208	5	91	-	89	287	85	28	12	30	18
<b>2001</b>	200	4	79	-	87	263	83	29	12	30	15
<b>2002</b>	197	4	78	-	89	262	85	30	11	31	14
<b>2003 *</b>	202	5	70	-	96	270	86	33	9	24	15
<b>2004 *</b>	130	3	58	-	101	258	103	27	8	27	18

Fonte: INE

O gráfico abaixo é o resultado dos dados do quadro 17.

Gráfico 11 - Evolução das Empresas entre 1997 e 2004 em Vila Flor



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

\* Nos anos de 2003 e 2004 as actividades representadas no gráfico com a nomenclatura L a Q foram substituídas por nomenclatura MNO, segundo a CAE.

- A – Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura;
- B – Pesca;
- C – Indústrias Extractivas;
- D – Indústrias Transformadoras;
- E – Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água;
- F – Construção;
- G – Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico;
- H – Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares);
- I – Transportes, Armazenagem e Comunicações;
- J – Actividades Financeiras;
- K – Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas;
- L – Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória;
- M – Educação;
- N – Saúde e Acção Social;
- O – Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais;
- P – Famílias com Empregados Domésticos;
- Q – Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais;

Da análise por empresas verifica-se que no sector primário (Actividades A e B) tiveram um aumento de 1997 a 2000, mas a partir dessa data houve uma diminuição muito acentuada passando de 200 empresas para 130.

As indústrias extractivas e transformadoras também têm diminuído, o que se julga importante reforçar estes sectores para inverter a tendência.

Contrariamente a outras actividades o número de empresas no sector da construção tem aumentado, registando o maior número em 2004 (101 empresas), o que dadas as tendências actuais de estagnação o aumento não é sustentável.

As empresas de comércio por grosso e a retalho têm pequenas oscilações, mas o número global não tem alterado significativamente, embora tenham diminuído de 2003 para 2004.

No capítulo do alojamento e restauração registou-se nos últimos anos um aumento, o que leva a crer que seja uma aposta de investimento. Por conhecimento “in loco” no futuro o seu número ainda será maior pois existem vários empreendimentos em construção.

Relativamente aos transportes e actividades financeiras, o seu número tem oscilado mas julga-se com pouco significado, embora seja de registar um decréscimo nos últimos anos.

As actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas têm variado mas pode-se considerar o seu número praticamente estacionário.

As actividades basicamente ligadas à actuação pública como administração educação e saúde no geral têm-se mantido. Em 1997, o número era de 19 e passado 8 anos o seu número é de 18.

Em síntese, há indicadores positivos destas actividades, ao nível de alojamentos, restauração e estabelecimentos de bebidas que podem potenciar o Turismo.

Acompanhando esta tendência entidades particulares têm investido em empreendimentos de Turismo Rural e Agro-Turismo, estando alguns já terminados e outros em execução, garantindo num futuro próximo um número significativo de alojamentos.

No quadro seguinte destacam-se essas unidades de alojamento para Turismo.

Quadro 18 - Unidades de Turismo Rural e Agro Turismo

Designação da Unidade de Turismo	Local	Número de Quartos
Casa das Azenhas	Vilarinho das Azenhas	8
Quinta do Barracão	Vilarica	10
Quinta da Veiguinha	Vilas Boas	6
Quinta do Reboredo	Vilas Boas	5
Quinta da Pereira	Vila Flor	7

Fonte: Elaboração própria

Estas unidades num total de 36 Quartos estão envoltas em ambientes rurais com características adequadas a este tipo de Turismo. Encontram-se também obras em curso para unidades de maior dimensão, como a reabilitação da Pensão Campos, que foi o lugar por excelência de alojamento na sede ao longo de várias décadas, e outras unidades com projecto aprovado que complementam as de Turismo e Agro Turismo (ver Quadro 19).

Quadro 19 - Unidades de Alojamento com Projecto Aprovado e em Curso

Designação das Unidade de Alojamento	Local	Número de Quartos
Pensão Campos	Vila Flor	19
Valom Quinta	Vila Flor	8
Hotel Póvoa Além Sabor	Vila Flor	16
Residencial Flor da Amendoeira	Vila Flor	21

Fonte: Elaboração própria

O Hotel Póvoa Além Sabor e a Residencial Flor da Amendoeira encontram-se com projecto aprovado e a Pensão Campos e Valom Quinta estão em fase de acabamentos.

Após conclusão destas unidades, totalizam 64 quartos, acrescido ao valor de 36 quartos nas unidades de Turismo e Agro Turismo, representam um total de 100 quartos, que é um número significativo de alojamentos levados a efeito num curto/médio espaço de tempo.

Existe também o Parque de Campismo de Vila Flor que está envolto de paisagens naturais, tem uma área de 50.000 m<sup>2</sup> e foi inaugurado em 1983 sendo o primeiro Parque de Campismo do Distrito. Desde então à presente data é frequentado por milhares de Turistas Nacionais e Estrangeiros, principalmente nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro.

É composto por balneários, mini - mercado e estabelecimento de bebidas no seu interior, fontanários, campos de ténis, campo de basquete e em 2008 um estádio de futebol que se situa na área recentemente adquirida de 31ha.

Adjacente ao Parque de Campismo existe a Albufeira do Peneireiro com capacidade máxima cerca de 800.000 m<sup>3</sup> que permite o abastecimento de água à sede do concelho e algumas freguesias.

Para além da albufeira existe também uma piscina descoberta circundada por vegetação e arborização.

Nas imediações, encontra-se um pequeno Zoo principalmente com animais da região, parque infantil e um parque de merendas.

Refira-se que junto à Piscina há também um estabelecimento de bebidas com esplanada, pista de motocross e circuito de manutenção.

Com a reabilitação destas infra-estruturas, algumas sem alterações profundas desde a data de inauguração, o melhoramento das acessibilidades, a reformulação da iluminação de todo este complexo, bem como a dinamização da área adquirida recentemente, pode ser um pólo impulsionador do desenvolvimento do concelho.

Para expressar a quantidade de utentes do parque de campismo apresenta-se de seguida um quadro com o número de dormidas anuais em que é patente a importância do mesmo:

Quadro 20 - Número de Dormidas Anuais no Parque de Campismo

Ano	Número de Dormidas
1999	43.557
2000	39.797
2001	42.298
2002	45.839
2003	35.799
2004	77.120
2005	44.107
2006	34.560

Fonte: Elaboração própria, baseada em dados da Câmara Municipal de Vila Flor

Os dados obtidos revelam um grande volume de dormidas, tendo em conta a dimensão do concelho. Atingiu o auge de dormidas em 2004 tendo registado uma diminuição a partir dessa data até 2006. No entanto, salienta-se que o valor de 2004 afigura-se elevado, tendo uma discrepância enorme relativamente aos demais anos, não havendo razões plausíveis que justifiquem essa diferença.

Não considerando o valor de 2004 na análise de dados, o ano seguinte com mais dormidas foi o de 2002 com 45.839, que baixou no ano de 2003 para 35.799 dormidas, subiu no ano de 2005 para 44.107 e voltou a baixar no último ano de 2006 para 34.560 dormidas.

O número de dormidas tem oscilado com diferenças significativa, sendo relevante a diferença entre os últimos dois anos, de 2005 e 2006 de menos 9547 dormidas.

O esforço pioneiro desenvolvido, dá a ideia que é necessário continuar a desenvolver, quer devido à crise económica ou pela competição com outros parques limítrofes. Estes indicadores implicam que devem ser implementadas medidas para contrariar esta tendência, dado que o parque de campismo integra o principal Pólo Turístico de Vila Flor.



Na figura seguinte pode-se visualizar a zona do parque de campismo e a albufeira.

Figura 13 - Ortofotomapa do Parque de Campismo e Albufeira



Fonte: Município de Vila Flor

#### 3.5.4 – Emprego e Desemprego

O emprego formal (pessoas ao serviço), de acordo com os Quadros de Pessoal, aumentou significativamente no espaço de sete anos (1995 a 2002), cerca de 159,8%, ou seja, neste período, mais 482 pessoas passaram a trabalhar em empresas por conta de outrem. Este acréscimo de trabalhadores por conta de outrem foi repartido pela maioria das actividades, à excepção das actividades ligadas aos sectores da "produção, distribuição de electricidade, gás e água" e "educação" que, no mesmo período, apresentaram uma variação negativa.

Por sua vez, as actividades que mais cresceram, ao nível do emprego, foram as actividades relacionadas com os sectores da saúde e acção social, dos outros serviços colectivos sociais e pessoais e da construção, todos com taxas de crescimento superiores a 400%.

Esta evolução, confirma e reforça a tendência para a terciarização da economia do concelho, sendo certo que todas as actividades ditas terciárias, com excepção das "Educação", registaram incrementos ao nível do emprego.

O quadro seguinte traduz a evolução do emprego nas várias actividades.

Quadro 21 - Evolução do Emprego no Concelho (Pessoas ao Serviço) – Período 1995-2002

Actividades (CAE Ver.2)		N.º de pessoas		Peso da actividade		Taxa Var. (%)
		1995	2002	1995	2002	
<b>A</b>	Agri., P.animal, Caça, Sivicultura.	57	157	18.9	20.0	175.4
<b>C</b>	Indústrias Extractivas	33	53	10.9	6.8	60.6
<b>D</b>	Indústrias Transformadoras	42	64	13.9	8.2	52.4
<b>E</b>	Prod. Distrib. Elec, Gás, Água	5	2	1.7	0.3	-60.0
<b>F</b>	Construção	30	151	9.9	19.3	403.3
<b>G</b>	Comércio Grosso e a retalho	46	127	15.2	16.2	176.1
<b>H</b>	Alojamento e restauração	24	28	7.9	3.6	16.7
<b>I</b>	Transportes, Armaz. e Comunic.	36	42	11.9	5.4	16.7
<b>J</b>	Actividades Financeiras	15	17	5.0	2.2	13.3
<b>K</b>	Act. Imobili. Alug. Serv. Empresas	6	15	2.0	1.9	150.0
<b>M</b>	Educação	4	3	1.3	0.4	-25.0
<b>N</b>	Saúde e Acção Social	2	107	0.7	13.6	5250.0
<b>O</b>	O. Act. Serv. Colec. Sociais e Pess.	2	18	0.7	2.3	800.0
<b>Total</b>		<b>302</b>	<b>784</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>159.6</b>

Fonte: Quadros do pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

O desemprego, à imagem de outros indicadores, também tem penalizado o concelho de Vila Flor. A taxa de desemprego (13,4%) em 2001, é superior, tanto à registada em 1991 (7,3%), como à registada pela sub-região do Douro, em 2001 (8,2%).

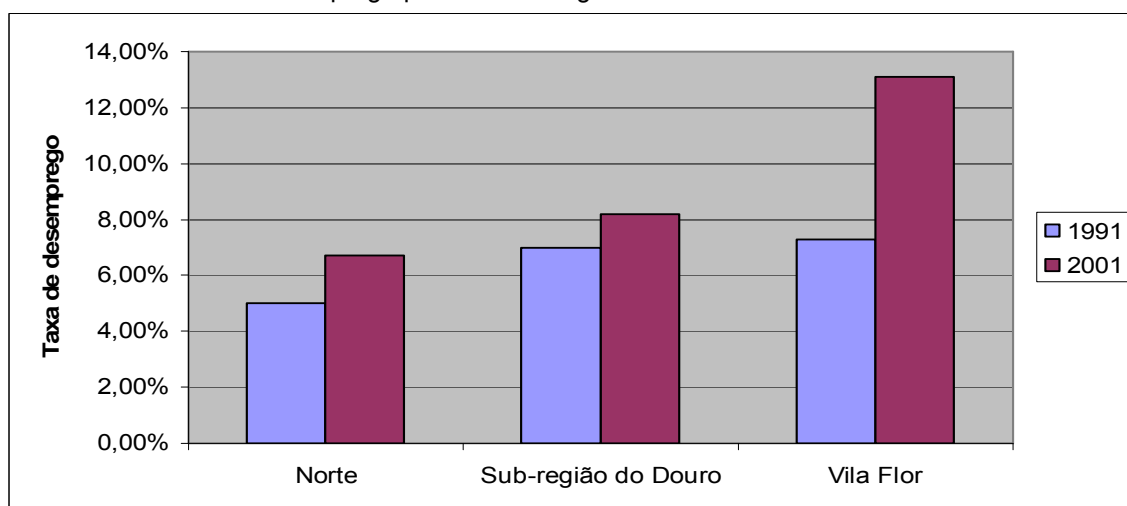
De seguida, é apresentado um quadro e gráfico com a taxa de desemprego por zonas geográficas.

Quadro 22 - Taxa de Desemprego por Regiões Geográficas

<b>Anos</b> <b>Zona Geográfica</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>
Norte	5,0 %	6,7%
Sub-região do Douro	7,0 %	8,2%
Vila Flor	7,3%	13,1 %

Fonte: INE

Gráfico 12 - Taxa de Desemprego por Zonas Geográficas



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Como se pode verificar a taxa de desemprego no Concelho de Vila Flor é superior à zona Norte e à sub-região do Douro, tendo na década de 1991 a 2001 um aumento preocupante de 5,8 %, o que nos faz pensar que as estratégias de desenvolvimento devem ter como ordem de prioridade a criação de emprego.

A análise dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, relativamente ao desemprego, permite conhecer as suas características mais recentes (Censos 2001) em Vila Flor, que, naquela data, totalizavam os 394 indivíduos. Assim, o perfil do desemprego em Vila Flor, acompanhando, de perto, o do Douro, tem as características apresentadas no quadro 23.

Quadro 23 - Características do Desemprego no Concelho de Vila Flor e Sub-Região do Douro

Características	Descrição	Vila Flor		Douro	
		N.º	%	N.º	%
Sexo	Homens	127	32.2	2587	35.9
	Mulheres	267	67.8	4624	64.1
Grupo Etário	Jovens	118	29.9	2287	31.7
	Adultos	276	70.1	4924	68.3
Categoria	1º Emprego	119	30.2	2309	32.0
	Novo Emprego	275	69.8	4902	68.0
Habilitações Escolares	< 4 Anos escolaridade	22	5.6	109	1.5
	4 Anos Escolaridade	123	31.2	2373	32.9
	6/9 Anos Escolaridade	161	40.9	2758	38.2
	11/12 Anos Escolaridade	68	17.3	1370	19.0
	Bacharel/Licenciatura	12	3.0	99	1.4
	Lic. /Mestre/ Doutor.	8	2.0	502	7.0
<b>Total de Desempregados</b>		<b>394</b>	<b>-</b>	<b>7211</b>	<b>-</b>

Fonte: INE, Censos 2001

Da análise do quadro verifica-se que a maioria dos desempregados são mulheres pois num total de 394, 267 são do sexo feminino.

A maioria desses desempregados é adulta, considerada esta com mais de 25 anos e 30,20% (119) são desempregados à procura do primeiro emprego.

Do total de 394 pessoas desempregadas, 306 têm escolaridade inferior à mínima obrigatória, o que representa 77,66 %.

### 3.6 – Governança, Planeamento e Desenvolvimento

No âmbito da gestão, planeamento e desenvolvimento, importa definir os projectos e estratégias para o Município, sendo necessário conhecer os problemas e obstáculos.

Com a finalidade de debater os principais problemas e obstáculos da região, a Empresa Intermunicipal do Nordeste (EIM) estabeleceu em Fevereiro de 2006 uma parceria com a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa (ESB - UCP) para ser encetada uma Agenda 21 Regional no Nordeste Transmontano, projecto designado de Nordeste 21.

Este projecto engloba inicialmente oito municípios, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Vila Flor, Mogadouro, Vimioso e Miranda do Douro, nos quais serão implementados processos de Agenda 21 Local<sup>9</sup>.

Neste projecto intervêm dois representantes das autarquias de forma a obter participação alargada e se comprometerem com este processo.

Todo este processo participativo com o envolvimento dos actores locais é extremamente importante na definição do que se pode considerar como desenvolvimento sustentável do concelho.

O primeiro fórum participativo de Vila Flor foi realizado no dia 05 de Junho de 2006. Através dos dados fornecidos pelo grupo coordenador de Vila Flor participaram no primeiro fórum da Agenda 21 local, 18 elementos representantes das Juntas de Freguesias, Adegas Cooperativas, Escola Superior Agrícola de Bragança, Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, Miccelium - Cogumelos Lda, Associação de Agricultores do Nordeste Transmontano, Agrupamento de Escolas de Vila Flor, representantes do Município, representantes da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Vila Flor e Ansiães, Serviços de Saneamento Urbano de Portugal S.A. (Focsa) e representantes do Centro de Gestão de Empresa Agrícola Douro Norte.

---

<sup>9</sup> Sucintamente pode dizer-se que uma **Agenda 21 Local** é um processo através do qual as autoridades locais trabalham em parceria com os vários sectores da comunidade na elaboração de um Plano de Acção por forma a implementar a sustentabilidade a nível local. Trata-se de uma estratégia integrada, consistente, que procura o bem - estar social e melhoramento da qualidade do ambiente.

O exercício proposto aos presentes foi indicarem os cinco principais problemas e potencialidades do Concelho e três prioridades para a região do Nordeste Transmontano. Os resultados das opiniões dos participantes são apresentados no quadro seguinte facultado pela coordenação.

Quadro 24 - Resultados do I Fórum Participativo da Agenda 21 de Vila Flor

<b>Problemas do Concelho</b>	<b>Número de Opiniões</b>
Más acessibilidades	11
Desemprego	9
Falta de investimentos	7
Falta de jovens	5
Fixação da indústria	5
Desertificação	5
Fraco desenvolvimento turístico	5
Envelhecimento da população	5
Falta de água de qualidade e problemas na distribuição de água para regadio	4
Falta de qualificação profissional	3
Falta de gabinetes de apoio aos agricultores	3
Acrescentar valor aos produtos regionais	3
Falta de equipamentos sociais (lar de idosos) e de saúde	3
Deficiente ordenamento do território (maior valorização do centro do concelho)	3
Falta de fiscalização e sensibilidade ambiental	2
Promoção do concelho	2
Problemas de limpeza urbana	1
Falta de eventos culturais	1
Lixeiras nas matas e nos pinhais	1
Falta de espírito cooperativo	1
Falta de habitação	1
<b>Potencialidades do Concelho</b>	<b>Número de Opiniões</b>
Turismo	14
Recursos florestais e cinegéticos	10
Qualidade dos produtos agrícolas regionais	8

Agricultura e pecuária	5
Qualidade de vida	4
Proximidade com Espanha	2
Certificação de produtos	2
Agro – Indústria	2
Hospitalidade	1
<b>Prioridades para o Nordeste Transmontano</b>	<b>Número de Opiniões</b>
Acessos	13
Mais postos de emprego	6
Fixação de jovens e do resto da população	5
Mais indústria e agricultura	5
Turismo	5

Fonte: Empresa Intermunicipal do Nordeste

De acordo com os resultados do I Fórum da Agenda 21 (ver Quadro 24), os cinco principais problemas são as más acessibilidades, o desemprego, a falta de investimentos, a falta de jovens e a fixação da indústria. As cinco principais potencialidades (ver Quadro 24) são o turismo, os recursos florestais e cinegéticos, a qualidade dos produtos agrícolas regionais, a agricultura - pecuária e a qualidade de vida. As três prioridades para o Nordeste Transmontano são os acessos, mais postos de emprego, fixação de jovens e do resto da população em igualdade de opiniões esta última prioridade, com mais indústria, agricultura e turismo.

O II Fórum participativo realizou-se no dia 02 de Outubro de 2006, com a participação dos elementos da equipa técnica do Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa (ESP-UCP), com os elementos da entidade promotora e 23 participantes de várias entidades e em nome individual, dos quais se destaca a presença do executivo da Câmara Municipal.

Este Fórum teve como tema base “Vila Flor em 2015” em que os participantes propunham uma visão de futuro para esse horizonte temporal,

enumeravam os principais obstáculos à concretização e indicavam as prioridades de investimento a ser adoptadas.

Relativamente às visões de futuro os diversos grupos apresentaram a sua descrição que se transcrevem:

“ Uma terra de trabalho e satisfação para quem nela vive. Uma terra de emoções e descoberta para quem a visita e um lugar de oportunidades.”

“ Um município onde as pessoas sejam felizes. Uma vila onde vai dar gosto viver e que justifica o caminhar rumo ao futuro.”

“ Vila Flor como epicentro do Nordeste Transmontano com população activa, postos de trabalho qualificados e um pólo de atracção turística aproveitando o espólio natural da nossa terra.”

“ Concelho com vida.”

Estas visões interessantes, apresentam-se contudo muito abrangentes e indefinidas, no que concerne a indicadores objectivos ao nível de políticas a implementar.

Relativamente aos resultados da votação das propostas de dinamização estão indicados na tabela abaixo:

Quadro 25 - Resultados do II Fórum Participativo da Agenda 21 de Vila Flor – “Vila Flor em 2015”

Obstáculos à Visão de Futuro	Número de Opiniões
Falta de educação e formação da população actual	11
A resistência cultural à mudança	9
Falta de ordenamento dos recursos humanos	2
Falta de acessibilidades	10
Falta de investimento público e privado	14
O encerramento sistemático de serviços	1
Falta de infra-estruturas que permitam a fixação de jovens qualificados e a criação de emprego	7
Processos muito burocráticos	2
Falta de apoio à comercialização dos produtos locais	2
Elevada desertificação da região	2



Prioridades de Investimento até 2015	Número de Opiniões
Melhoria das acessibilidades e aposta no turismo	5
Melhoria das acessibilidades	1
Dinamização empresarial	2
Atracção de investimento	5
Educação e formação	9
Educação da população	2
Criação de uma escola profissional	8
Solidariedade social e formação profissional	1
Aposta no turismo de natureza	2
Turismo e indústria (criação de infra-estruturas e condições que permitam a ocupação de mão de obra qualificada)	1
Agricultura	3
Desenvolvimento do potencial turístico e agrícola	14

Fonte: Empresa Intermunicipal do Nordeste

### 3.6.1 – Comparação dos Resultados do 1.º e 2.º Fórum da Agenda 21

Seleccionando por número de opiniões, os cinco principais problemas/obstáculos e prioridades resultantes dos dois fóruns, obtemos o seguinte quadro.

Quadro 26 - Comparação dos Resultados dos Fóruns

Problemas do Concelho – 1.º Fórum	Opiniões	Obstáculos à Visão de Futuro – 2.º Fórum	Opiniões
Más acessibilidades	11	Falta de investimento público e privado	14
Desemprego	9	Falta de educação e formação da população actual	11
Falta de investimentos	7	Falta de acessibilidades	10
Falta de jovens	5	A resistência cultural à mudança	9
Fixação da indústria	5	Falta de infra-estruturas que permitam a fixação de jovens qualificados e a criação de emprego	7
Desertificação	5		
Fraco desenvolvimento turístico	5		

Envelhecimento da população	5		
<b>Prioridades para o Nordeste Transmontano – 1.º Fórum</b>	<b>Opiniões</b>	<b>Prioridades de Investimento até 2015 – 2.º Fórum</b>	<b>Opiniões</b>
Acessos	13	Desenvolvimento do potencial turístico e agrícola	14
Mais postos de emprego	6	Educação e formação	9
Fixação de jovens e do resto da população	5	Criação de uma escola profissional	8
Mais indústria e agricultura	5	Atração de investimento	5
Turismo	5	Melhoria das acessibilidades e aposta no turismo	5

Fonte: Elaboração própria, baseada em dados da Empresa Intermunicipal do Nordeste

Como é visível, embora os resultados não sejam divergentes o peso atribuído por número de opiniões às temáticas em discussão não é similar nos dois fóruns. Enquanto que no 1.º Fórum as más acessibilidades são o principal problema e a falta de investimentos ocupe a terceira posição, no 2.º Fórum as posições invertem-se, pois a falta de investimentos público e privado é o primeiro obstáculo enquanto que a falta de acessibilidades se revela em terceiro.

O desemprego sendo obviamente um problema, ocupa o 2.º lugar no 1.º Fórum e no 2.º Fórum está na 5.ª posição associado às infra-estruturas que geram esse emprego.

Dado relevante é que os participantes dão igualmente importância à falta de jovens, fixação da indústria, desertificação, fraco desenvolvimento turístico e envelhecimento da população.

Neste mesmo quadro, registam-se as prioridades e mais uma vez os acessos são considerados relevantes no 1.º Fórum estando na 1.ª posição. No entanto, nas prioridades de investimento para 2015, aparece no final das cinco seleccionadas, em conjunto com o turismo.

No 1.º Fórum, os problemas segundo as opiniões dos participantes decorreu das necessidades, como mais postos de emprego, e com igual peso, a fixação de jovens e do resto da população, mais indústria, mais agricultura e turismo.

No 2.º Fórum, a principal relevância é dada ao desenvolvimento do potencial turístico e agrícola, tendo também destaque a educação e formação sendo considerada prioridade em 3ª posição a criação de uma escola profissional. Sendo neste Fórum a falta de investimento público e privado o principal obstáculo, não coincide a sua posição com as prioridades até 2015, pois a atracção de investimento aparece na 4.ª posição.

Em suma, quer através de conhecimentos científicos, profissionais, práticos e/ou empíricos os participantes, considerados representativos da população têm os problemas, as potencialidades e prioridades identificadas sem contudo haver resultados convergentes e lineares.

### 3.6.2 – Urbanismo

Ao nível urbanístico estão previstas cinco Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) delimitadas na Planta de Ordenamento do PDM situadas em:

- UOPG 1 – Vila Flor
- UOPG 2 – Núcleo Histórico de Vila Flor
- UOPG 3 – Núcleo Histórico de Santa Comba da Vilariça
- UOPG 4 – Zona Industrial de Vila Flor – Samões
- UOPG 5 – Aproveitamento Turístico do Gavião

Consiste num Plano de Urbanização para a UOPG1, de planos de pormenor para a UOPG 2,3 e 4 e projectos de intervenção para a UOPG5.

As UOPG 1, 2 e 3 têm significado no sentido de ordenar e valorizar as periferias urbanas, bem como promover políticas de reabilitação em detrimento de construções novas, evitando que os centros históricos fiquem degradados e abandonados.

Dado o facto da zona industrial actual (com 3 ha e 14 lotes) estar preenchida a UOPG 4 é uma prioridade e estratégia de desenvolvimento, potenciando a atracção de investimento, e permitirá a integração de pequenas

unidades industriais no concelho, que pode ser faseada em função das necessidades, para não tornar oneroso o investimento inicial,

Ao nível de espaços industriais dever-se-á considerar Benlhevai e Sampaio como pólos de desenvolvimento industrial, pois é nestes locais onde se situam as maiores unidades do concelho no âmbito da produção e comercialização de cogumelos e águas Frize, sendo estas empresas potenciadoras da actividade no sector secundário, contribuindo para a diminuição dos índices de desemprego e aumentando as fontes de riqueza.

Não deverá ser excluída a hipótese da criação de pólos industriais nos principais centros, de acordo com a procura, evitando que as pequenas empresas se instalem nos núcleos urbanos populacionais, mas sim em espaços próprios com infra-estruturas adequadas.

### 3.6.3 – Projectos Relevantes a Nível Municipal

Ao nível desportivo, as infra-estruturas estão a ser criadas e melhoradas com a construção de um Estádio Municipal, junto ao parque de Campismo no Pólo Turístico de Vila Flor, ficando em 2008 com uma rede de equipamentos desportivos constituída por Piscina Coberta, Piscina Descoberta, Polidesportivo e o próprio Estádio.

Obviamente, as vias de comunicação entre equipamentos deverão ter boas condições, preferencialmente com ciclo vias, iluminação e passeios com largura suficiente para atletas e população efectuarem frequentes caminhadas, favorecendo hábitos saudáveis.

Ao nível do património religioso concelhio encontra-se concluída a obra de valorização do Santuário da Senhora da Assunção, obra de importante impacto situada na área pertencente à freguesia de Vilas Boas, local onde se realiza anualmente no dia 15 de Agosto a maior Romaria de Trás-os-Montes.

Estão também concluídas as obras de vedação da área adquirida para ampliação do parque de campismo. Esta zona potenciará o aumento do número de turistas com a criação de outras valências, como eco-turismo e parque natural.

Está a ser reformado todo o sistema de águas residuais com a colocação de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's) compactas, e abastecimento de água à população com a instalação de nova Estação de Tratamento de Águas (ETA) colocação de novas condutas e a construção de oito reservatórios, com ligação de condutas deste a actual Albufeira do Peneireiro até à Barragem Valtorno/Mourão inaugurada no mês de Junho do ano passado, ficando assegurado o abastecimento em quantidade e qualidade através da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD). A falta de água foi sempre o grande problema do concelho, ficando este solucionado com os procedimentos adoptados.

Nas várias acções em curso e em projecto julga-se importante integrar o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) <sup>10</sup> (ver Anexo VII) e os vários programas comunitários, como apoio possível de financiamento nalguns casos imprescindíveis para concretização dos mesmos.

### 3.6.4 – Factores para Aumentar a Cooperação Intermunicipal

Como consequência do fecho de várias unidades escolares e hospitalares e a necessidade de intercâmbio comercial, implica a reestruturação das redes e aumenta obrigatoriamente a cooperação intermunicipal.

Amplamente analisado e discutido um dos factores para aumentar a cooperação intermunicipal é a rede viária, sendo os projectos mais relevantes supra - municipais ou regionais, o IC5, IP2 e A4.

Os produtos agrícolas da região em que nos inserimos, têm elevada qualidade que importa valorizar ao nível regional.

---

<sup>10</sup> O **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)** assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio - cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas. A prossecução deste grande desígnio estratégico, indispensável para assegurar a superação dos mais significativos constrangimentos à consolidação de uma dinâmica sustentada de sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, é assegurada pela concretização, com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, por todos os Programas Operacionais, no período 2007-2013, de três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território.

Estando esta região localizada no Nordeste do país, deverá ser explorada a relação com Castela, Léon e com a Galiza. É uma oportunidade de intercâmbio, podendo ser no futuro, a Euro-Região Norte de Portugal/Galiza.

Ainda por questões de integração no Sistema Urbano Regional dever-se-á manter um relacionamento estratégico privilegiado com Alto de Trás-os-Montes, o Douro e Área Metropolitana do Porto.

### 3.6.5 – Planos e Estudos Eficazes ou em Elaboração

Existem estudos/planos já concluídos ou que estão a decorrer, que se consideram importantes para a caracterização do desenvolvimento do centro urbano, designadamente: PDM, Planos de Riscos de Incêndio e Planos de Ruído.

No território do Município há dois instrumentos de planeamento eficazes: Plano de Bacia Hidrográfica do Douro e Plano Director Municipal.

Relativamente aos planos em elaboração ou a elaborar há a referir:

- Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte;
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro;
- Plano de Pormenor do Centro Histórico de Vila Flor.

Existem ainda dois planos de âmbito estratégico em elaboração:

- Plano Estratégico de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico e Global.



### 3.7 – Análise SWOT nos vários Domínios

De acordo com a síntese de conceitos e metodologias apresentadas no Capítulo 2 do Enquadramento Teórico sobre esta temática, apresentam-se os quadros seguintes que descrevem a matriz da análise SWOT para cada uma das análises sectoriais elaboradas, a saber: Acessibilidades e Rede de Transportes, Estrutura Demográfica, Parque Habitacional, Desenvolvimento Económico e Humano, e por último, Empregabilidade.

Quadro 27- Análise SWOT- Acessibilidades e Rede de Transportes

	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<b>Factores Endógenos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centralidade na região onde se insere;</li> <li>- Construção do troço do IP2;</li> <li>- Construção do IC5 (Previsto);</li> <li>- Transformação do IP4 em A4 (Previsto até 2010);</li> <li>- Beneficiações de Estradas e Caminhos Municipais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deficiente Rede de Transportes;</li> <li>- Deficiente rede de transportes públicos urbanos;</li> <li>- Praticamente inexistente rede ferroviária nas proximidades.</li> </ul>
	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<b>Factores Exógenos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IP2 – IC5 – A4;</li> <li>- Novos segmentos de mercado;</li> <li>- Valorização da centralidade na região onde se insere;</li> <li>- Maior fluxo de turistas;</li> <li>- Dinamização do sector terciário (hotelaria, restauração, serviços e comércio).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interioridade relativamente ao país;</li> <li>- Baixo nível de desenvolvimento económico;</li> <li>- Baixo PIB.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria



Quadro 28 - Análise SWOT - Estrutura Demográfica

	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<b>Factores Endógenos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivos crescentes para a fixação jovem no Concelho principalmente no Município, na Santa Casa da Misericórdia e nas Indústrias com significado no concelho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Envelhecimento populacional;</li> <li>- Saldo fisiológico negativo;</li> <li>- Êxodo rural;</li> <li>- Diminuta percentagem de jovens;</li> <li>- Aumento do Desemprego;</li> <li>- Deficientes acessibilidades;</li> <li>- Diminuição drástica no sector primário.</li> </ul>
	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<b>Factores Exógenos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aposta na educação com a reorganização e beneficiação de escolas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interioridade relativamente ao país;</li> <li>- Pouca competitividade;</li> <li>- Baixa rentabilidade nos investimentos especialmente no sector primário;</li> <li>- Falta de incentivos e entraves à criação de novas empresas.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 29 - Análise SWOT- Parque Habitacional

	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<b>Factores Endógenos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Loteamentos habitacionais para venda pelo Município e por Iniciativa Privada;</li> <li>- Disponibilidade de arrendamento de edificações por particulares;</li> <li>- Protocolos entre o Município e as Juntas de Freguesias para a realização de Loteamentos;</li> <li>- Acompanhamento Social das famílias alojadas e realojadas através da assistente Social do Município;</li> <li>- Aposta do executivo nas áreas sociais no domínio habitacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rendas elevadas para as famílias de baixos rendimentos que não estejam alojadas em habitações sociais;</li> <li>- Habitações muito degradadas em especial no centro histórico da Sede e em algumas freguesias;</li> <li>- Degradação social em Bairros Sociais;</li> <li>- Abandono das habitações no centro histórico da Sede de concelho e também nas freguesias;</li> <li>- Alguns idosos com poucas condições de habitabilidade;</li> <li>- Edificações com barreiras arquitectónicas e urbanísticas.</li> </ul>
	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<b>Factores Exógenos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nova Lei do arrendamento que poderá permitir com maior facilidade a reabilitação de edificações degradadas;</li> <li>- Programa Solarh de apoio a pequenas obras nas habitações a famílias com baixos recursos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixos rendimentos na generalidade das famílias;</li> <li>- Envelhecimento populacional;</li> <li>- Custos elevados das habitações;</li> <li>- Desemprego e a instabilidade profissional;</li> <li>- Pensões Baixas;</li> <li>- Deficientes condições de habitabilidade na maioria das pessoas mais idosas;</li> <li>- Perda gradual de qualidade de vida com o encerramento de unidades Públicas: Saúde, Educação Social e Religioso.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 30 - Análise SWOT- Desenvolvimento Económico e Humano

	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
	<b>Factores Endógenos</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Localização geográfica central na região onde se situa o concelho;</li> <li>- Recursos naturais e paisagísticos importantes;</li> <li>- Parque de Campismo de relevo Internacional com potencialidades futuras de ampliação e desenvolvimento;</li> <li>- Empresas Agro-Industriais;</li> <li>- Comércio com possibilidade de diversificação;</li> <li>- Micro – empresas;</li> <li>- Tradição Gastronómica;</li> <li>- Produtos da Região de grande qualidade designadamente: Azeite, vinho, frutos secos e produtos agrícolas biológicos;</li> <li>- Criação de novas unidades de Agro-Turismo, Turismo de Habitação e estabelecimento de Turismo Rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de uma estrutura para valorização das actividades económicas da região;</li> <li>- Diminuição da Importância da actividade agrícola;</li> <li>- Envelhecimento populacional;</li> <li>- Êxodo Rural;</li> <li>- Vias de Comunicação insuficientes para rápido acesso aos grandes centros urbanos;</li> <li>- Pouca divulgação dos produtos gastronómicos de grande qualidade existentes na região;</li> <li>- Diminuta iniciativa empresarial;</li> <li>- Pouca inovação ao nível tecnológico e empresarial;</li> <li>- Inexistência de um novo espaço destinado à instalação de novas indústrias – Será necessário a criação de uma Zona Industrial.</li> </ul>
	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
	<b>Factores Exógenos</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento do número de Turistas com o previsível melhoramento do Parque de Campismo;</li> <li>- Aumento do n.º de Dormidas com o melhoramento e crescimento das unidades de Agro – Turismo, Turismo de Habitação e outros Estabelecimentos Hoteleiros;</li> <li>- Potencial dos produtos regionais e tradicionais;</li> <li>- Valorização dos espaços naturais e ambientais;</li> <li>- Especialização da população através de cursos profissionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Importação de produtos a baixo custo embora em geral de qualidade inferior;</li> <li>- Dificuldade de acesso rápido aos grandes centros urbanos;</li> <li>- Êxodo e consequente desertificação no espaço Rural;</li> <li>- Interioridade em relação ao país;</li> <li>- Contínua pobreza e exclusão no mundo rural;</li> <li>- Falta de apoio aos grupos socialmente mais desfavorecidos.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 31 - Análise SWOT - Empregabilidade

	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<b>Factores Endógenos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho de parceria entre entidades públicas e privadas;</li> <li>- Apoio aos desempregados através do centro de emprego de Mirandela;</li> <li>- Importância do sector primário na região, criando emprego na sua maioria sazonal;</li> <li>- Criação da futura zona industrial;</li> <li>- Melhoria e construção de novas acessibilidades;</li> <li>- Combate à desertificação rural com a criação de micro - empresas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxa de desemprego muito elevada;</li> <li>- Pouca qualificação profissional da população desempregada;</li> <li>- Elevada percentagem de desempregados no sexo feminino;</li> <li>- Pouco dinamismo empresarial;</li> <li>- Envelhecimento populacional dificultando a integração na vida activa.</li> </ul>
	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<b>Factores Exógenos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oportunidade dos recursos do QREN e outros quadros comunitários;</li> <li>- Formação profissional;</li> <li>- Apoio à criação do próprio emprego;</li> <li>- Construção de novas acessibilidades periféricas ao concelho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crise de desemprego nacional e na Europa.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria



## 4 – DISCUSSÃO DE RESULTADOS

### 4.1 – Acessibilidades

Constatou-se pela análise das acessibilidades que a região de Vila Flor não tem uma rede de vias ligadas aos Eixos Viários Principais. A concretização dos eixos IP2 ao longo do extremo Nascente do Concelho permitirá a conexão ao IP5 / A25, tornando o acesso fácil ao centro do país e à Europa através de Espanha.

Igualmente importante é a transformação do IP4 em A4. Como já foi referido o distrito de Bragança é o único do País que não é servido por Auto-Estrada.

O IP4 é o único acesso aos grandes centros da zona Norte e apresenta um traçado sinuoso, perigoso e saturado de tráfego, não garantindo condições de conforto e segurança aos seus utentes, sendo urgente a criação de uma auto-estrada por forma a melhorar as condições de acessibilidade.

É de extrema necessidade que os eixos IP2 e IP4 (A4) fiquem ligados entre si, daí a importância da construção do IC5, que fará a ligação entre estes dois eixos.

Segundo o descrito no Semanário Regional de Informação Nordeste no que toca ao traçado as opiniões dos autarcas dos concelhos abrangidos por esta via são divergentes mas todos classificam a obra de urgente. Julgando alguns autarcas que o “desenvolvimento dos concelhos do sul do distrito, depende da construção do IC5”. O projecto em discussão não contempla a ligação entre Duas Igrejas em Miranda do Douro e a fronteira com Espanha aspecto este que não deverá ser descurado como forma de ligação ao país vizinho e consequentemente à Europa.

## 4.2 – Análise Demográfica

No que concerne à Estrutura Demográfica, o Concelho de Vila Flor entrou em fase de declínio não tendo registado quaisquer indicadores positivos desde 1981. Antes pelo contrário, a partir desta data, o concelho tem verificado a tendência negativa da diminuição da população não se antevendo melhorias nesta área. No período entre 1981 e 1991 teve um decréscimo de 9,2% e entre 1991 e 2001 teve um decréscimo de 10,4%. Fazendo uma análise comparativa com a Sub-Região do Alto Douro a situação é idêntica pois esta região no período de 1981 e 1991 reduziu 8,7% a sua população e na década seguinte esta região reduziu 7,1%. Embora os índices da sub-região do Douro sejam por si só baixos o que significa que não tem havido forma de fixar os residentes, os valores do Município de Vila Flor ainda são mais baixos, sendo naturalmente esta uma área de preocupação, pois a diminuição da população está associada em regra à falta de condições na zona onde vivem, principalmente à falta de condições socio-económicas.

Este cenário implica nas próximas décadas a desertificação das zonas rurais. Refira-se que no ano de 1991 em Vila Flor a taxa de envelhecimento era de 93,9% e em apenas 11 anos passou para 186,6% por aqui se vê o teor do envelhecimento da população nesta região, associado a uma taxa de mortalidade de 16,9% em 2002 e uma taxa de natalidade de 8,3% também em 2002.

Na Sub-Região do Douro a situação é idêntica pois a taxa de mortalidade foi em 2002 de 15,5% e a taxa de natalidade de 9,0%.

Passando para o caso concreto dos cinco aglomerados urbanos em estudo em termos demográficos, verifica-se que embora a Sede de Concelho tenha obtido um ganho de 137 pessoas no total, os restantes quatro centros perderam 728 pessoas residentes. Vila Flor passou de 2394 habitantes em 1981 para 2531 representando um ganho de 137 pessoas. Nestas datas, Seixo de Manhoses registava uma população residente de 632 pessoas e passou para 501, tendo um decréscimo de 131 pessoas. A situação é análoga para Santa Comba da Vilariça,

pois nestas últimas duas décadas reduziu a população residente em 77 pessoas. Freixiel é o caso mais flagrante dos Centros em Estudo pois em 1981 registava o valor de 1176 pessoas e em 2001 tinha apenas 821 pessoas, o que significa uma perda de 355 pessoas, valor extremamente elevado para um período de apenas duas décadas. Por último Vilas Boas registava o valor de 986 pessoas em 1981 e apresentava o valor de 821 pessoas em 2001 o que significa uma perda de 165 pessoas.

Significa que embora a Sede de Concelho tenha aumentado a população em parte à custa da perda dos outros centros, este “ganho” é muito inferior ao que os centros perderam, o que se deduz que as pessoas pura e simplesmente deixaram de residir no Concelho e como foi já explicado anteriormente se deslocaram para outros lugares principalmente para os centros urbanos do Litoral nas áreas da Grande Lisboa e Porto.

Pelo exposto se demonstra o progressivo esvaziamento populacional concelhio.

No que concerne ao número de pessoas/família a situação nos cinco centros é muito idêntica pois a média Concelhia é 2,7 pessoas/família em Santa Comba da Vilariaça 2,8, em Seixo de Manhoses e Vilas Boas 2,7 pessoas/família (valor igual à média do Concelho de Vila Flor) e em Freixiel 2,6 pessoas/família, ou seja, há um decréscimo efectivo em todos os centros que em média era de 3,8 pessoas/família em 1981 e nestas últimas duas décadas passou para o valor referido de 2,7 pessoas/família.

Este valor é bastante significativo pois trata-se de uma relação temporal curta, o que significa que os agregados familiares são bastante menores, estando intimamente ligados com a taxa de natalidade que tem sido baixa, não favorecendo naturalmente o aumento da população, antes pelo contrário.

Em análise comparativa com a Sub-Região do Douro a situação é idêntica pois esta Sub-Região registava em 1981, 3,8 pessoas/família, valor igual ao Concelho de Vila Flor, e em 2001 o valor era de 2,9 pessoas muito próximo dos 2,7 pessoas/família.



Esta situação é complexa pois com índices desta natureza não se vislumbra melhorias para o aumento da população, devendo naturalmente serem implementadas políticas governamentais e locais para contrariar este ciclo.

#### 4.3 – Estrutura da Edificação/População

A questão da edificação deve ser perspectivada tendo em atenção obviamente a população, e no caso específico dos centros rurais em particular a população residente.

Fazendo a análise da edificação/população constata-se uma situação curiosa e antecipadamente já prevista, embora como foi demonstrado em todos os centros em estudo, à excepção da própria sede, a população residente diminuiu, mas o número de edificações aumentou em todos os centros contrariando, assim, esta tendência. Freixiel passou de 451 edifícios em 1981 para 525 edifícios em 2001 o que se traduz num aumento de 74 edifícios. Em igual período Santa Comba da Vilariga teve um aumento de 28 edifícios passou de 221 edifícios em 1981 para 249 edifícios em 2001. Seixo de Manhoses nas duas décadas referidas aumentou o número de edifícios de 228 para 276, ou seja, um aumento de 48 edifícios. Vilas Boas Passou de 344 edifícios para 424 edifícios em 2001 tendo um aumento de 80 edifícios e por último a sede Vila Flor registava em 1981, 759 edifícios e em 2001 apresentava o valor de 1036 edifícios o que se traduz num aumento de 277 edifícios.

A população diminuiu 591 pessoas (nos quatro centros a população diminuiu 728 pessoas e na sede aumentou 137 pessoas) em 20 anos, mas o número de edifícios cresceu aritmeticamente e registou um valor diferencial positivo de 507 edifícios em 20 anos. Ou seja, a edificação não tem estado correlacionada com a população e somente nestes últimos anos tem sinais de estagnação pois ao invés do que seria de esperar aumentou gradualmente enquanto a população tem vindo a diminuir.

Ultimamente existem várias famílias que obtêm habitações no interior do País, em particular no nosso concelho como segunda habitação em geral pessoas

oriundas desta região e que são habitantes residentes nas grandes metrópoles e no estrangeiro. Ou seja, muitas habitações e pouca população com as consequentes desvantagens daí provenientes, tais como povoações abandonadas e habitações degradadas.

As políticas adoptadas ao nível habitacional estão desajustadas da realidade e desfasadas no tempo quer ao nível dos particulares e entidades públicas. Teoricamente o Município não tem necessidades habitacionais nos próximos anos caso não seja invertida a tendência da população. Contrariamente ao que seria de esperar existem vários loteamentos de particulares em construção e um grande loteamento à escala do Município em fase de venda.

O parque habitacional actualmente está sobredimensionado o que não invalida que não se possa fazer loteamentos, mas à dimensão do Município e das freguesias em pequena escala para novas necessidades e como forma de ordenar a construção desorganizada e desordenada que se tem desenvolvido desde a década de 90, quer pela falta de terrenos urbanizados com regras rígidas de ordenamento do território e também pela falta de opções dentro dos aglomerados urbanos pois em muitos casos as habitações estão degradadas, não são recuperadas nem estão à venda para serem posteriormente reabilitadas.

#### 4.4 – Estrutura Económica

Este capítulo assentou na base de elementos estatísticos e verificou-se que a população activa de Vila Flor representa 37,2 %, sendo esta inferior à Sub-Região do Douro que em 2001 era de 39,4% e bastante inferior à taxa de actividades de 48,1% na Zona Norte. Estes dados por si só revelam que a percentagem de pessoas activas é baixa e que o fenómeno do envelhecimento é preponderante. Acresce o facto da taxa de desemprego feminino ter passado de 18,1% em 1991 para 25% em 2001. Estas realidades associadas ao fraco tecido empresarial revelam que devem ser tomadas medidas e adoptarem-se políticas para melhorar estes índices.

Por distribuição sectorial das pessoas activas 25,9% pertencem ao sector primário, 26,1% estão ocupadas no sector secundário, e 48% trabalham no sector terciário.

Há efectivamente uma predominância de activos no sector terciário, situação análoga verifica-se na Sub-Região do Douro cuja percentagem neste sector representa 55,9% e na Zona Norte 49,4%.

Todavia é importante referir que o sector primário representa 25,9% da população activa enquanto que na Sub-Região do Douro é 20,9% e na região Norte a percentagem deste sector é de apenas 4,8%. Antevê-se portanto como consequência normal que a percentagem de pessoas activas no sector primário no futuro seja ainda mais baixa.

O sector secundário representa no Concelho 26,1% enquanto que na Sub-Região do Douro é de 23,2% e na região Norte é de 45,8%.

Naturalmente se verifica que como o sector primário baixará tendencialmente, estando o sector terciário próximo dos valores das regiões comparativas, será necessário criar condições para fomentar o sector secundário permitindo a passagem de pessoas do sector primário para este sector, devendo ainda privilegiar os produtos agrícolas de eleição de grande qualidade existentes na região, fomentando preços mais elevados praticados pelo produtor, tornando esta actividade mais atractiva e lucrativa principalmente para cativar e sedentarizar a população jovem.

Particularizando para os cinco centros em estudo verificou-se que em Santa Comba da Vilarça, Seixo de Manhoses e Vilas Boas a população está distribuída praticamente de uma forma uniforme pelos sectores de actividade.

Santa Comba da Vilarça tem uma percentagem de 35,4% de pessoas afectas ao sector primário, 32,3% no sector secundário e 32,3% no sector terciário. Respectivamente, Seixo de Manhoses tem uma percentagem de 38,4%, 21,4% e 40,2%, enquanto que Vilas Boas tem 30,9% de pessoas no sector primário, 32,8% no sector secundário e 36,3% no sector terciário. Nestes centros o sector primário tem uma expressão superior à média concelhia de 25,9%, o que significa que tendencialmente a curto prazo serão mais baixos e embora a

percentagem no sector terciário seja inferior à média do Concelho que é 48%, não é previsível um grande aumento pois os serviços estão centralizados na sua maioria na sede de Concelho. Nestes centros à imagem do Concelho o sector secundário tem-se mantido estacionário.

Os restantes dois centros, Freixiel e Vila Flor são completamente distintos. Freixiel tem uma elevada percentagem de pessoas afectas ao sector primário (50,7%) e 27,1% no sector terciário, enquanto que Vila Flor apresenta o valor de 9% de pessoas no sector primário e 69,8% no sector terciário. Os dados elevados no sector terciário em Vila Flor são justificados pelo facto de ser a sede de Concelho onde como já foi referido estão concentrados os serviços e grande parte do Comércio do Município.

Por outro lado, Freixiel tem valores exageradamente elevados no sector primário, pelas razões já amplamente expostas do envelhecimento populacional em especial neste centro, pela ausência de actividades alternativas a esta, acrescido do facto de ser um centro bastante distante da sede em relação aos outros centros. Freixiel dista da Sede 10,6 Km mas outras duas povoações, Vieiro e Folgares, integrantes deste centro distam respectivamente 12,8 Km e 15,4 Km, que conjugadas as distâncias às fracas acessibilidades deste centro à sede inviabilizam e dificultam a melhoria dos índices.

No âmbito dos estabelecimentos de comércio e serviços, analisando os dados fornecidos pelos Presidentes das Juntas de Freguesia, embora não sendo dados estatísticos oficiais, são reveladores da realidade concelhia.

Num total de 433 estabelecimentos de comércio e serviços em todas as povoações, 305 estão localizados em Vila Flor, 69 nos outros quatro centros e apenas 59 nas restantes localidades. Como é óbvio há uma efectiva centralização na sede em relação aos demais lugares.

Ao nível do tecido empresarial do Concelho e através dos dados obtidos segundo a CAE, no Município de Vila Flor entre 1997 - 2004 verifica-se que nas actividades A+B - Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pescas, registou-se o número de 187 empresas em 1997 e 130 empresas em 2004. Este número de empresas teve o seu auge nos anos de 1999 e 2000 com o valor de

208 empresas, desde essa data até 2004 houve uma quebra de 78 unidades, ou seja, uma redução de 37,5% valor muito significativo em apenas quatro anos.

As indústrias extractivas que têm a nomenclatura C segundo a CAE têm pouca expressão, desde 1997 a 2000 estavam registadas cinco empresas, em 2004 o registo é três empresas. Nesta actividade o panorama também não é animador embora deva ser tido em consideração, pois as indústrias extractivas são um grande potencial de riqueza e o Concelho dispõe de recursos naturais que podem potenciar esta actividade tornando-as competitivas no mercado.

As indústrias transformadoras de nomenclatura D, registavam o valor de 94 em 1997 e tinham o valor de 58 em 2004. Tendencialmente, o número destas empresas baixou ao longo dos oito anos sendo a diminuição destas neste período de 38,30%, valor também muito acentuado.

As empresas de construção, nomenclatura F, é um caso particular registando em 1997, 93 empresas, e 101 empresas em 2004, obtendo um aumento relativo de oito unidades, embora o número de empresas não tenha aumentado significativamente, segundo os dados da Evolução do Emprego nos quadros do pessoal, DETEEP do Ministério do Trabalho e da solidariedade Social, o número de pessoas nesta actividade aumentou 403,3% em apenas sete anos (desde 1995 a 2002) pelas razões expostas e atendendo à situação actual no sector da construção com tendência a diminuir não se pressupõe que este valor seja sustentável.

Nas empresas de Comércio por Grosso e a Retalho - nomenclatura G - o números destas não se tem alterado significativamente ao longo destes oito anos, em 1997 era de 284 e em 2004 era de 258 o que representa uma perda de 26 empresas. Embora o comércio tenha diminuído, a percentagem relativa a outras actividades não será das piores, resultando numa diminuição de 9,15%.

Na nomenclatura H - Alojamento e Restauração, existem bons indicadores o que se espera que sejam de actividades em desenvolvimento.

O concelho registava 73 empresas em 1997, e tinha 103 empresas em 2004, o que revela um aumento bastante significativo de 41,09%.

Efectivamente os estabelecimentos de restauração e bebidas têm aumentado, fornecendo aos utentes maior diversidade de oferta e melhoria no serviço prestado pois num mercado competitivo e concorrencial ficará naturalmente o utilizador/pagador a ganhar.

Relativamente à nomenclatura I -Transportes, Armazenagem e Comunicações, refira-se que são os sectores praticamente estacionários ao longo destes últimos anos, em 1997 o número de empresas era de 28 e no ano de 2004 era de 27, ou seja, não tem havido dinâmica nestes sectores.

As actividades financeiras - nomenclatura J, indiciam ter baixado em 1997 existiam 10 empresas e no ano de 2004 havia 8.

O número de empresas ao nível das Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas - nomenclatura K, tem-se mantido praticamente estacionário ao longo do tempo. Em 1997, o seu número era de 26 unidades, tendo atingindo um número máximo de 31 empresas em 2002 e, em 2004, o número de empresas era de 27.

As actividades de, nomenclatura K, englobam Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória, Educação, Saúde e Acção Social, outras actividades de serviços colectivos sociais e pessoais, famílias com empregados domésticos e organismos internacionais bem como outras instituições extra - territoriais.

Embora estas actividades englobem vários sectores têm pouca representatividade empresarial pois são no total 18 empresas registadas em 2004 e eram 19 em 1997, tendo pouca oscilação neste intervalo de tempo. Mas importa salientar que segundo a evolução do emprego estes sectores empresariais empregam 128 pessoas. O desemprego é efectivamente uma grande preocupação pois segundo a taxa de desemprego por zonas geográficas em 2001, verifica-se que o concelho de Vila Flor tem uma taxa de desemprego de 13,1 %, enquanto que a Sub-Região do Douro apresenta um valor de 8,2% e a zona Norte 6,7%.

Comparativamente, este índice está muito acima das regiões limítrofes o que implica que devem ser tomadas políticas urgentes de forma a diminuir esta taxa.

Como resultado final e estabelecendo uma avaliação, comparativa de indicadores importantes com a sub-região do Douro elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 32 - Indicadores Principais de Vila Flor e Sub – Região do Douro

Indicadores	Vila Flor		Sub-Região do Douro	
	1981/91	1991/2001	1981/91	1991/2001
Estrutura Demográfica	- 9,2%	- 10,4%	-8,7%	-7,1%
N.º de Pessoas/Família	3,8 – 3,0	3,0-2,7	2,4-3,1	3,8-2,9
Taxa de Natalidade	1981	2002	1996	2002
	14,5	8,3	9,4	9,0
Taxa de Mortalidade	1981	2002	1996	2002
	10,2	16,9	11,7	15,5
Índice de Envelhecimento	1991	2002	1991	2002
	86,4	186,6	73,1	133,2
N.º de Edifícios	1991	2001	1991	2001
	4418	4655	97876	110307 <sup>11</sup>
Taxa de Actividade	1991	2001	1991	2001
	37,3 %	37,2 %	36,3%	39,4%
Taxa de Desemprego	7,3 %	13,4 %	7,0 %	8,2 %
Taxa de Desemprego Feminina	18,1 %	25%	12,4%	13,4%
Actividade por Sector	1991	2001	1991	2001
Primário	43,9 %	25,9 %	35,0 %	20,9 %
Secundário	20,1 %	26,1 %	25,8 %	23,2 %
Terciário	36,1 %	48,0 %	39,2 %	55,9 %

Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

<sup>11</sup> O número de edifícios na Sub-Região do Douro teve um aumento de 12,7% em 10 anos, e Vila Flor teve em igual período um aumento de 5,4 %.

Da análise da tabela constata-se que a diminuição da população nas últimas duas décadas é significativa e superior à região comparativa.

O número de pessoas/família tem diminuído e apresenta valores idênticos.

A taxa de natalidade é menor, embora a diferença seja pouco acentuada em 2001.

A taxa de mortalidade aumentou drasticamente, passando de 10,2 ‰ para 16,9 ‰. Associado a esta taxa está o índice de envelhecimento que tem aumentado proporcionalmente, estando próximo do dobro em apenas 20 anos. Na sub-região o índice de envelhecimento também aumentou mas ainda é menor.

O número de edifícios subiu em ambos os casos mas na sub-região essa percentagem é maior.

A taxa de actividade tem-se mantido e é similar à região em análise, mas a taxa de desemprego por comparação apresenta valores elevados, sendo relevante o aumento da taxa de desemprego feminina para 25%.

O sector primário desceu abruptamente, o sector secundário tem estado praticamente estacionário contudo superior à sub-região.

Por último, o sector terciário subiu 22% e está a uma diferença percentual de 7,9% da sub-região do Douro.

O facto de existirem bons índices ao nível da restauração, estabelecimento de bebidas e alojamento é também animador para outros sectores como o Turismo.

É necessário haver uma política concentrada neste âmbito promovendo não os empreendimentos mas sim o Turismo no Concelho e na Região Transmontana para que possa ser publicitado de uma forma macroscópica, atraindo não só os turistas nacionais mas também estrangeiros pois esta região dispõe de condições naturais ímpares. É necessário haver a articulação e interligação entre concelhos de forma a construir uma rede de alojamentos e pontos turísticos para se tornar parte dos Roteiros Nacionais e Internacionais aprazíveis para estadias prolongadas. Pois dada a dimensão e os pontos de interesse de um só concelho, não permitem cativar os turistas por um período dilatado de tempo e acaba por ser no momento um turismo de passagem e não de estadia.



É de ressaltar o registo de 45839 dormidas em 2002 no Parque de Campismo de Vila Flor, é um marco de referência do concelho, um pólo de atracção turística e um potencial condutor de desenvolvimento.

O Executivo do Município está atento a esta realidade, tendo adquirido recentemente cerca de 31 ha de terreno adjacente ao actual Parque de Campismo que permitirá num futuro plano de intervenções, a criação de um Parque Biológico e Eco-Turismo. Nesta zona do Parque de Campismo está a ser construído um estádio Municipal sendo mais um atractivo para a prática do Desporto que conjugado com a piscina descoberta no próprio parque, a piscina coberta no centro da Vila e o Gimnodesportivo poder-se-á afirmar que Vila Flor ficará, a curto prazo, apetrechada com os equipamentos necessários para a prática do desporto em geral, dando maior qualidade de vida aos seus habitantes e aos seus visitantes. De seguida é apresentado o ortofotomapa com o perímetro da área de expansão do Pólo Turístico para Eco - Turismo e Parque Biológico.

Figura 14 - Ortofotomapa com a Delimitação do Perímetro da Área a Expandir



— Limite da Área de Intervenção

Fonte: Município de Vila Flor

A área de intervenção delimitada possui características para concretizar as intervenções futuras citadas. Esta, sendo requalificada potenciará o aumento dos seus visitantes e será um lugar de destaque, julgando-se por este meio, inverter a tendência da diminuição de frequência, registada nos últimos anos.



## 5- CONCLUSÕES

Da análise baseada no enquadramento teórico e de acordo com o estudo de caso, resulta que:

- O ganho de acessibilidade permite por um lado, a aproximação a um conjunto mais vasto de bens e serviços e, por outro, o reposicionamento de cada concelho no contexto regional, o qual se traduz, por via da melhoria da rede rodoviária, no aumento do seu *hinterland* de potencial procura. Aumentar a acessibilidade concelhia significa para as populações e respectivas actividades locais, um aumento da facilidade com que se atinge outros locais mais atractivos e também um aumento da facilidade com que o concelho pode ser alcançado. Interessa, pelo exposto, levar a efeito em tempo útil, as vias estruturantes projectadas no território concelhio e limítrofes do concelho, concretamente a A4, IP2 e IC5 ficando a rede viária, ligado a estes eixos principais. A distância/tempo tem especial importância condicionando o desenvolvimento e como se verificou ao nível local, salvo raras excepções aquelas povoações que têm maior distância à sede, são as que apresentam piores índices.

- O concelho segue a tendência nacional no respeitante ao envelhecimento, registando valores elevados no último escalão etário. A perda progressiva na primeira e na segunda faixa etária conduz, inevitavelmente, a fenómenos de desertificação rural especialmente nas localidades mais afastadas dos centros urbanos e das sedes de concelho. O sector mais afectado com este fenómeno é o primário, pois é este que absorve as faixas etárias mais elevadas. Os jovens têm procurado oportunidades nos outros sectores, com destaque para a fixação nas sedes de concelhos, sedes de distrito e grandes centros urbanos, não permitindo a renovação populacional.

- Será necessário reforçar o sector secundário devido ao facto do número de indústrias extractivas e transformadoras terem diminuído. De acordo com (Storper e Scott, 1989) a estratégia para conseguir “*regiões ganhadoras*” num conceito de sistema produtivo, implica o agrupamento geográfico das empresas, daí a importância da criação de zonas ou pólos industriais. Com a consequente redução de pessoas no sector primário devido à necessária modernização desta actividade, o reforço do sector secundário com inovação tecnológica, é uma possibilidade de emprego para evitar o abandono deste concelho por razões económicas. Constatase que o sector primário tem perdido importância, o secundário mantém-se estacionário devido ao fraco tecido empresarial, e o terciário tem aumentado, verificando-se em função dos dados estatísticos e das fichas de comércio e serviços, uma elevada concentração na sede de concelho em detrimento dos restantes centros.

- O desemprego é uma preocupação atendendo aos valores registados, (aumentou 5,8 % em apenas 10 anos) sendo o desemprego feminino muito elevado. Verifica-se em geral que a maioria dos desempregados procuram o primeiro emprego e detêm baixa escolaridade. Este facto associado à estrutura demográfica existente, e à distribuição por sectores de actividade, exige que as políticas a implementar, devam contemplar como prioridade, a criação de emprego como forma de sedentarizar e renovar a população.

- A nível habitacional as políticas concelhias estão desajustadas pois com o decréscimo populacional, a diminuição do número de pessoas/família, o índice de envelhecimento elevado e o constante aumento do número de edificações, não se justifica uma preocupação exacerbada na construção de novos loteamentos, salvo em casos pontuais e para novas necessidades. Todavia, os perímetros urbanos devem ser revistos no sentido de tornar as povoações mais concêntricas, sem naturalmente excluir as “bolsas” habitacionais por vezes existentes fora dos aglomerados urbanos.

- Atendendo aos indicadores apresentados relacionados com o turismo e aos empreendimentos que estão a ser levados a efeito pelos particulares e pela autarquia, é de considerar a aposta neste sector, devendo funcionar integrado com políticas supra-concelhias promovendo a região no seu global. No que concerne ao plano de intenções a levar a efeito pelo Município de Vila Flor, com a criação de um parque biológico e eco-turismo, junto ao actual parque de campismo, mantém-se neste âmbito uma política inovadora para a região, tendo como objectivo potenciar o aumento de turistas.

- De acordo com os resultados da Agenda 21 Local, os principais problemas são as más acessibilidades, desemprego, carência de jovens, desertificação e a reduzida fixação da indústria. As prioridades são os acessos, mais postos de trabalho, sedentarização da população, mais e melhor agricultura, e fomentar a indústria. Os resultados dos obstáculos são idênticos aos principais problemas, acrescentando o insuficiente investimento público e privado, falta de educação e formação da população, bem como a ausência de infra-estruturas para a fixação da população. Nas prioridades até 2015, aparece novamente o desenvolvimento do potencial turístico e agrícola, a educação e formação, atracção de investimento e também as acessibilidades.

- As medidas apresentadas ao nível de acessibilidades, estrutura demográfica, edificado e condições socio-económicas, pretendem produzir dinamismo em regiões desfavorecidas, nomeadamente em regiões rurais, através de acções colectivas que despertem ou intensifiquem a consciência territorial, pois tal como referido no enquadramento teórico *“é necessário colocar em prática modalidades estratégicas de governação amplas e integradas adequadas a mudanças e a conversões económicas, que articulem o produtivo e o social numa perspectiva de economia social e solidária”* (Fontan, Klein e Lévesque, 2003). Para este efeito é essencial, uma governação multi-escalar numa perspectiva reticular, uma inter-relação entre o local e o nacional com a racionalização de recursos cada vez mais escassos que devem ser distribuídos com parâmetros de

justiça e equidade. Os Fundos Estruturais e Fundo de Coesão são uma oportunidade que não pode ser desperdiçada, pois são instrumentos financeiros da política regional da União Europeia (UE), que têm por objectivo reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as regiões e os Estados-Membros, participando plenamente, no objectivo de coesão económica, social e territorial.

- O desenvolvimento local é o resultado da vontade dos representantes sociais, políticos e económicos que intervêm de uma forma activa. Corresponde a uma visão multidisciplinar que inclui o sector económico, o político, o social e evidentemente o que é territorial, sendo necessário coexistir uma mobilização de recursos endógenos e exógenos.

## REFERÊNCIAS

- AGNEW, J. (1991): “*Les lieux contre la sociologie politique.*” Lévy, J. (ed.) *Géographies du politique*. Paris: Presses de la fondation nationale des sciences politiques: 145-160.
- ALTER, N. (2000): “*L’innovation ordinaire.*” Paris: PUF.
- AMIN, A. (2005): “*Local community on trial*”. *Economy and Society*. Vol. 34, N. ° 4, Nov. 2005.
- AROCENA, J. (2001): “*El desarrollo local: un desafío contemporáneo.*” Montevideo: Taurus.
- AYDALOT, P. (1983): “*Réalités et illusions de l’économie locale*”. *Autrement*, 47, 83: 208-216.
- BECCATINI, G : “ Le district marshallien: une notion socio-économique.” In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (ed.). *Les régions qui gagnent*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992 a. p. 35-55.
- BENKO, G. e A. Lipietz (eds.) (1992): “*Les régions qui gagnent, districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique.*” Paris: PUF.
- BOISIER, S. (1990): “*Territorio, Estado y Sociedad*”. Valparaíso: Pehuén.
- BORJA, J. e M. Castells (1997): “*Local & Global: Management of cities in the information age.*” London: Earthscan Publications.
- BOOTH, P. e B. Jouve (ed). (2005): “*Metropolitan Democracies. Transformations of the State and urban policy in Canada, France and Great Britain.*” Hampshire: Ashgate.
- BRACZYK, H., P. Cooke e M. Heidenreich (eds.) (1998): “*Regional innovation systems.*” London: UCL Press.
- BRENNER, Neil. “La formación de la ciudad global y el re-escalamiento del espacio del Estado en la Europa Occidental post-fordista.” *EURE (Santiago)*, Maio 2003, vol.29, no.86, p.05-35. ISSN 0250-7161.
- CALLON, M. (1989): “*Innovation et ressources locales.*” Paris: PUF.



CAPEL, H. (1981): "*Filosofia y ciencia en la geografia contemporánea. Una introducción a la geografia.*" Barcelona: Barcanova.

C. Lobo *et al.* (1999, 1993, 1991, 1990): *Normas Urbanísticas* – Volume I, II, III, e IV, - UTL, Lisboa: DGOTDU.

COMISSÃO EUROPEIA (1995): *Europa 2000+. Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu.* Luxemburgo: Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

COMISSÃO EUROPEIA (1999): *EDEC. Esquema de Desenvolvimento Equilibrado e Sustentável da EU*, Luxemburgo: Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

CÔTÉ, S., J.-L. Klein y M.-U. Proulx (eds.) (1995): "*Et les régions qui perdent?*" Rimouski: GRIDEQ.

DECRETO-Lei 196/89 de 14 de Junho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 274/92 de 12 de Dezembro (RAN).

DECRETO-Lei 203/2002 de 01 de Outubro (Reserva Ecológica Nacional).

DECRETO-Lei 93/90 de 19 de Março com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 213/92 de 12 de Outubro (condicionantes à utilização de áreas com as características ecológicas).

DE MATTOS, C. (1988): "*La descentralización, ¿una nueva panacea para impulsar el desarrollo local?*" Santiago: ILPES, Serie Ensayo.

DENIEUIL, P.-N. (1997): "*Lien social et développement économique.*" Paris: L'Harmattan.

DGOTDU (1995): *Vocabulário Urbanístico*, Lisboa:DGOTDU.

DGOTDU (1996): *Servidões e Restrições de Utilidade Pública* – Sistematização da legislação aplicável, Lisboa:DGOTDU.

DIÁRIO da República 241/94 SÉRIE - I-B Resolução do Conselho de Ministros n.º104/94, 18 de Outubro de 1994

DUPUY C. y A. de Burmeistrer (eds.) (2003): "*Entreprises et territoires, les nouveaux enjeux de la proximité.*" Paris: Documentation Française, DATAR.

ECO, H. (1997): *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Presença.

FAVREAU, L. (2005). "Économie sociale et développement local au Nord et au Sud; essai de comparaison". Klein, J. L. e Tardif, C. (eds.), *Entre réseaux et systèmes: les nouveaux espaces régionaux*. Rimouski: GRIDEQ.

FERREIRA, António Fonseca (2005): *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FONSECA, M. L. (1990): *População e Território: Do País à Área Metropolitana*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

FONTAN, J.M., Klein J.L. e Lévesque, B. (2003): "*Reconversion économique et développement territorial: le rôle de la société civile*." Québec: Press Université du Québec.

FONTAN, J.M., Klein J.L. e Tremblay, D.G. (2005): "*Innovation socioterritoriale et reconversion économique: le cas de Montreal*." Paris: L'Harmattan.

FORD, T. (1999): "Understanding Population Growth in the Peri-Urban Region", *International Journal of Population Geography*. Vol. 5, no. 4, pp. 297-311.

FRIEDMANN, J. e W. Alonso (eds.) (1964): "*Regional development and planning*". Boston: The M.I.T. Press.

FRIEDMANN, J. e C. Weaver (1979): "*Territory and function. The evolution of regional planning*." Berkeley: University of California Press.

FRIEDMANN, J. (1992): "*Empowerment, the policy of alternative development*." Cambridge: Blackwell.

GORE, C. (1984): "*Regions in question. Space. Development theory and regional policy*". London/ New York: Methuen.

GROSSETTI, M. (2003): "*Développement urbain technoscientifique*". In Fontan, J.M., Klein, J.L. e Lévesque, B. (eds.), *Reconversion économique et développement territorial: le rôle de la société civile*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 161- 182.

GUMUCHIAN, H., Grasset, E. Lajarge R. e Roux, E. (2003): "*Les acteurs, ces oubliés du territoire*." Paris: Anthropos.

HIERNAUX-Nicolás, D. (1999): “*Los senderos del cambio. Sociedad, tecnología y territorio en los albores del siglo XXI*”. México: Plaza Valdés.

HILLIER, J., Moulaert, F. e Nussbaumer, J. (2004): “*Trois essais sur le rôle de l’innovation sociale dans le développement territorial*.” *Géographie, Économie, Société*, 6, 2: 129-152. 38 eue Juan-Luis Klein.

HOLBROOK, J. e Wolfe, D. (eds.) (2002): “*Knowledge, clusters and regional innovation*.” New York: McGill-Queens University Press.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *Anuário Estatístico da Região Norte*, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *Direcção Regional do Norte*, 1994/1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *Estatísticas da Construção e Habitação*.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *Ficheiro Central de Empresas e estabelecimentos*, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *Quadros do Pessoal do Departamento de Estatística do Trabalho do Emprego e Formação Profissional*, 1995 a 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *Recenseamento Geral a Agricultura*, 1999, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *Recenseamentos Gerais da População*, 1940 até 2001, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *X Recenseamento Geral da População*, Censos de 1960, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *XI Recenseamento Geral da População*, Censos de 1970, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *XII Recenseamento Geral da População*, Censos de 1981, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *XIII Recenseamento Geral da População*, Censos de 1991, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *XIV Recenseamento Geral da População, Censos de 2001*, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: *Serviço Infoline, Censos 2001*.

JOYAL, A. (2002): “*Le développement local. Comment stimuler l'économie des régions en difficulté.*” Sainte-Foy, Quebec, Presses de l'Université de Laval.

KLEIN, J.L. (1996): “Les mobilisations territorialisées et le développement local: vers un nouveau mouvement social?” *Économie et Solidarité*, 28, 1: 31-43.

KLEIN, J.L. e Laurin, S. (eds.): “*L'Éducation géographique. Conscience territoriale et formation du citoyen.*” Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 55-92.

KLEIN, J.L. e Fontan, J.M. (2003): “*Reconversion économique et initiative locale: l'effet structurant des actions collectives.*”

LAMAS, J. M. R. (1993): *Morfologia Urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LAURELLI, E. e Rofman, A. (1989): “*Descentralización del Estado. Requerimientos y políticas en la crisis.*” Buenos Aires: CEUR.

LAVILLE, J.L. (1997): “*Communauté, société et modernité.*” Denieuil, P.N. (ed.), *Lien social et développement économique*, 53-67. Paris : L'Harmattan.

LÉVESQUE, B., Klein, J.L., Fontan, J.M. e Bordeleau, D. (1995): “*Systèmes locaux de production: Réflexion-synthèse sur les nouvelles modalités de développement régional/local.*” Montréal: Cahiers du CRISES.

LOGAN, J.R. e Molotch, H.L. (1987): “*Urban fortunes. The political economy of place.*” Berkeley: University of California Press.

LOURENÇO, J. (2003): *Expansão Urbana. Gestão de Planos – Processo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LOURENÇO, J. (2005): *Planeamento Urbanístico Municipal*. Braga: DEC/UM.

MARKUSEN, A. (1996): “Sticky places in slippery space: A typology of industrial districts.”

*Economic Geography*, 72, 3: 293-313.

MARQUES, T.S. (Org). (2000): *Dinâmicas e Padrões Territoriais do Continente Português*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

MAY, N. (1986): "Constitution d'un regard. Fordisme et localisme." *Les annales de la recherche urbaine*, 29: 5-12.

OCDE (2001): "*Des partenariats locaux pour une meilleure gouvernance*." Paris: OCDE.

PDMVF – Hidroprojecto (1993): Elementos complementares do Plano Director Municipal de Vila Flor.

PECQUEUR, B. (1989): *Le développement économique local*. Paris: Syros.

PIOLE, X. (1990): "Proximité géographique et lien social, de nouvelles formes de territorialité?" *L'espace géographique*, 19-20, 4: 349-358.

PIORE, M. e Sabel, C. (1984): "*The second industrial divide*." New York: Basic Books.

POLÈSE, M. (1996): "Le développement local, revu et corrigé: récit d'une douce illusion dangereux." *Le Québec des régions: vers quel développement?* Rimouski: GRIDEQ, 321-335.

RODRÍGUEZ, F. (dir.) (1999): "*Manual del desarrollo local*." Gijón: Ediciones Trea.

S.L. Pommier, P. (2002): "*Les systèmes productifs locaux*." Paris: Documentation Française, DATAR.

SAINSAULIEU, R. (1997): "*Changement des institutions et développement local*." Paris: Denieuil.

P.N. (ed.): "*Lien social et développement économique*." Paris: L'Harmattan, 9-13. Salais, R. e Storper, M. (1993). *Les mondes de production*. Paris: Éditions de l'EHESS.

SCOTT, A. (ed.) (2001): "*Global city-regions. Trends, theory, policy*". Oxford.

Regulamento (CE) N.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio de 2003.

STÖHR, W. (2003): “*Development from Below: Vingt ans plus tard.*” Fontan, J.M., Klein, J.L. e Lévesque, B. (eds.), *Reconversion économique et développement territorial: le rôle de la société civile*. Québec: Presses de l’Université du Québec, 119- 143.

STÖHR, W. e Taylor, F. (eds.) (1981): “*Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries.*” Chichester: Wiley & Sons Ltd.

STONE, C.S. (1989): “*Regime politics: Governing Atlanta (1946-1988).*” Lawrence: Kansas University Press.

STORPER, M. e Scott, A. (1989): “The geographical foundations and social regulation of flexible production complexes.” Dear, M. e Wolch, J. (eds), *The power of geography*. Boston: Unwin Hyman, 21-40.

STORPER, M. (1997): “Les nouveaux dynamismes régionaux: conventions et systèmes d’acteurs.” Côté, S., Klein J.L. e Proulx, M.U. (eds.), *Action collective et décentralisation*. Rimouski: GRIDEQ, 1-17.

TEISSERENC, P. (1994): “*Les politiques de développement local.*” Paris: Economica.

TREMBLAY, D.G. e Fontan, J.M. (1997): “*Le développement économique local. Les théories, les pratiques, les expériences.*” Sainte Foy: Presses de l’Université du Québec.

WOLFE, D. (2002). “Social capital and clusters development in learning regions.” Holbrook, A. e D. Wolfe (eds.), *Knowledge, clusters and regional innovation*. Toronto-Montreal: McGill- Queens University Press, 11-38.

<http://www.amtqt.pt>

<http://www.62.48.187.117/atlas/index1.html>

<http://www.berg-marketing.dk>

<http://www.br.babelfish.yahoo.com>

<http://www.bcd.pt>

<http://www.books.google.com>

<http://www.bportugal.pt>

<http://www.busulaescolar>

<http://www.dgeep.mtss.gov.pt>

<http://www.ecotourism.org>

<http://www.eng.uminho.pt>

<http://www.espigueiro.pt>

<http://www.estradasdeportugal.pt>

<http://www.fisicohomepage.hpg.ig.com.br/vfl.htm>

<http://www.freepdfconvert.com>

[http://www.frize.pt/pdfs/manual\\_estudantes\\_2007.pdf](http://www.frize.pt/pdfs/manual_estudantes_2007.pdf)

<http://www.igeo.pt/caop.htm>

<http://www.ine.pt>

<http://www.ipa.min-cultura.pt>

<http://www.jornalnordeste.com>

<http://www.lifecooler.com>

<http://www.maisturismo.pt/4/1548.html>

[http://www.micellium.com/flash\\_content.html](http://www.micellium.com/flash_content.html)

<http://www.terraquentedigital.espigueiro.pt>

<http://www.ortos.igeo.pt>

<http://www.pt.wikipedia.org>

[http://www.pt.wikipedia.org/Agenda\\_21\\_local](http://www.pt.wikipedia.org/Agenda_21_local)

<http://www.qren.pt>

<http://www.repositorium.sdum.uminho.pt>

<http://www.rmmmarketing.blogspot.com/search/label/SWOT>

<http://www.scholar.google.com>

<http://www.sousacamp.com>

<http://www.visitportugal.pt>

<https://www.woc.esec.pt/esec/class/getprogram.do>





# ANEXOS



# Anexo I



## Classificação da Tipologia das Áreas Urbanas Segundo a Publicação do Instituto Nacional de Estatística sobre Indicadores Urbanos do Continente

A Tipologia de Áreas Urbanas integra os três níveis seguintes:

### **Áreas Predominantemente Urbanas (APU)**

Integram as Áreas Predominantemente Urbanas as seguintes situações:

- Freguesias urbanas (\*);
- Freguesias semi-urbanas (\*\*) contíguas às freguesias urbanas (\*), incluídas na área urbana segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;
- Freguesias semi-urbanas (\*\*) constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;
- Freguesias sedes de Concelho com população residente superior a 5.000 habitantes.

### **Áreas Mediamente Urbanas (AMU)**

Integram as Áreas Mediamente Urbanas as seguintes situações:

- Freguesias semi-urbanas (\*\*) não incluídas na área predominantemente urbana;
- Freguesias sedes de Concelho não incluídas na área predominantemente urbana.

### **Áreas Predominantemente Rurais (APR)**

- Os restantes casos.

(\*) Freguesias urbanas- freguesias que possuam densidade populacional superior a 500 hab./Km<sup>2</sup> ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes.

(\*\*) Freguesias semi-urbanas- freguesias não urbanas que possuam densidade populacional superior a 100 hab./Km<sup>2</sup> e inferior ou igual a 500 hab./Km<sup>2</sup>, ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes.

## Tabela de Correspondência Distritos/NUTS

Quadro 1 - Distritos / NUTS no Distrito de Bragança

DT	CC	Designação do Concelho	N1	N2	N3	Designação de NUTS II	Designação de NUTS III
04	01	Alfândega da Fé	1	01	08	Norte	Alto Trás os Montes
04	02	Bragança	1	01	08	Norte	Alto Trás os Montes
04	03	Carraceda de Ansiães	1	01	07	Norte	Douro
04	04	Freixo de Espada à Cinta	1	01	07	Norte	Douro
04	05	Macedo de Cavaleiros	1	01	08	Norte	Alto Trás os Montes
04	06	Miranda do Douro	1	01	08	Norte	Alto Trás os Montes
04	07	Mirandela	1	01	08	Norte	Alto Trás os Montes
04	08	Mogadouro	1	01	08	Norte	Alto Trás os Montes
04	09	Torre de Moncorvo	1	01	07	Norte	Douro
04	10	Vila Flor	1	01	07	Norte	Douro
04	11	Vimioso	1	01	08	Norte	Alto Trás os Montes
04	12	Vinhais	1	01	08	Norte	Alto Trás os Montes

Fonte: INE

## I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

**REGULAMENTO (CE) N.º 1059/2003 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO**  
**de 26 de Maio de 2003**  
**relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)**

O PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 285.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão <sup>(1)</sup>,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu <sup>(2)</sup>,

Tendo em conta o parecer do Comité das Regiões <sup>(3)</sup>,

Deliberando nos termos do procedimento previsto no artigo 251.º do Tratado <sup>(4)</sup>,

Considerando o seguinte:

- (1) Os utilizadores de estatísticas manifestam uma necessidade crescente de harmonização, de modo a disporem de dados comparáveis a nível de toda a União Europeia. Para que o mercado interno funcione, são necessárias normas estatísticas aplicáveis à recolha, transmissão e publicação de estatísticas nacionais e comunitárias, por forma a que todos os operadores do mercado único possam dispor de dados estatísticos comparáveis. Neste contexto, as nomenclaturas são um instrumento importante para a recolha, elaboração e difusão de estatísticas comparáveis.
- (2) As estatísticas regionais são uma pedra angular do sistema estatístico europeu, sendo utilizadas para fins muito diversos. Durante muitos anos, as estatísticas regionais europeias foram recolhidas, compiladas e divulgadas com base numa nomenclatura regional comum, a «Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas» (adiante designada por NUTS). É chegado o momento de fixar a referida nomenclatura regional no âmbito de um quadro jurídico e de instituir regras claras para as suas futuras alterações. A classificação NUTS não deve prejudicar a utilização de outras subdivisões ou classificações.
- (3) Assim sendo, todas as estatísticas dos Estados-Membros transmitidas à Comissão, discriminadas por unidades territoriais, deverão utilizar a nomenclatura NUTS, sempre que aplicável.

- (4) Na sua análise e difusão, a Comissão deverá utilizar a nomenclatura NUTS em todas as estatísticas classificadas por unidades territoriais, sempre que aplicável.

- (5) As estatísticas regionais requerem diferentes níveis, consoante o fim a que se destinem a nível nacional e europeu, sendo conveniente que a nomenclatura regional europeia NUTS tenha pelo menos três níveis hierárquicos de detalhe. Sempre que o considerarem necessário os Estados-Membros poderão estabelecer mais níveis de detalhe NUTS.

- (6) Para a boa administração da nomenclatura NUTS, são necessárias informações sobre a actual composição territorial das regiões de nível NUTS 3; essas informações devem, por conseguinte, ser transmitidas regularmente à Comissão.

- (7) São necessários critérios objectivos de definição das regiões que assegurem a imparcialidade das estatísticas regionais elaboradas e utilizadas.

- (8) Os utilizadores das estatísticas regionais necessitam de uma nomenclatura estável ao longo do tempo. Assim, as alterações à classificação NUTS não deverão ser demasiado frequentes. O presente regulamento assegurará, uma maior estabilidade das regras ao longo do tempo.

- (9) A comparabilidade das estatísticas regionais pressupõe que as regiões possuam dimensões comparáveis em termos demográficos. Para alcançar este objectivo, as alterações à classificação NUTS deverão conferir maior homogeneidade à estrutura regional, em termos de volume da população.

- (10) Também deve ser respeitada a realidade institucional e político-administrativa. As unidades não administrativas deverão reflectir uma lógica económica, social, histórica, cultural, geográfica ou ambiental.

- (11) Deve ser feita referência à definição de «população» em que a classificação se baseia.

<sup>(1)</sup> JO C 180 E de 26. 6.2001, p. 108.

<sup>(2)</sup> JO C 260 de 17.9.2001, p. 57.

<sup>(3)</sup> JO C 107 de 3.5.2002, p. 54.

<sup>(4)</sup> Parecer do Parlamento Europeu de 24 de Outubro de 2001 (JO C 112 E de 9.5.2002, p. 146), posição comum do Conselho de 9 de Dezembro de 2002 (JO C 32 E de 11.2.2003, p. 26 e decisão do Parlamento Europeu de 8 de Abril de 2003 (ainda não publicada no Jornal Oficial).



- (12) A classificação NUTS fica circunscrita ao território económico dos Estados-Membros, não se aplicando, por conseguinte, a todo o território abrangido pelo Tratado que institui a Comunidade Europeia. Assim sendo, a sua utilização para fins comunitários necessitará de ser avaliada caso a caso. O território económico de cada país, tal como definido na Decisão n.º 91/450/CE CEE da Comissão <sup>(1)</sup>, inclui igualmente território extra-regional, constituído por partes do território económico que não podem estar ligadas a determinada região (espaço aéreo nacional, águas territoriais e plataforma continental, enclaves territoriais, especialmente as embaixadas, consulados e bases militares, bem como depósitos de petróleo, gás natural, etc., em águas internacionais, fora da plataforma continental, a funcionar sob a responsabilidade de unidades residentes). Da classificação NUTS deverá igualmente constar a possibilidade de obter dados estatísticos relativos a esse território enclaves.
- (13) As alterações à classificação NUTS serão decididas em estreita concertação com os Estados-Membros.
- (14) Atendendo a que o objectivo da acção encarada, nomeadamente a harmonização das estatísticas regionais, não pode ser suficientemente realizado pelos Estados-Membros, e pode, pois, ser melhor alcançado a nível comunitário, a Comunidade pode tomar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do Tratado. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade consagrado no mesmo artigo, o presente regulamento não excede o necessário para atingir aquele objectivo.
- (15) A nomenclatura NUTS prevista no presente regulamento substituirá a «Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)» estabelecida até à data pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias em cooperação com os institutos nacionais de estatística. Consequentemente, todas as referências à «Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)» em actos comunitários devem entender-se como referências à nomenclatura estabelecida no presente regulamento.
- (16) O Regulamento (CE) n.º 322/97 do Conselho, de 17 de Fevereiro de 1997, relativo às estatísticas comunitárias <sup>(2)</sup>, constitui o quadro de referência das disposições do presente regulamento.
- (17) As medidas necessárias à aplicação do presente regulamento serão adoptadas de acordo com a Decisão 1999/468/CE do Conselho, de 28 de Junho de 1999, que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão <sup>(3)</sup>.
- (18) O Comité do Programa Estatístico, instituído pela Decisão 89/382/CEE, Euratom do Conselho <sup>(4)</sup> foi consultado nos termos do seu artigo 3.º,

ADOPTARAM O PRESENTE REGULAMENTO:

#### Artigo 1.º

##### Objectivo

1. O presente regulamento tem por objectivo estabelecer uma nomenclatura estatística comum das unidades territoriais, adiante designada por «NUTS», de modo a permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas na Comunidade.
2. A nomenclatura NUTS prevista no anexo I substituirá a «Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)» estabelecida pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias em cooperação com os institutos nacionais de estatística dos Estados-Membros.

#### Artigo 2.º

##### Estrutura

1. A nomenclatura NUTS subdivide o território económico dos Estados-Membros, tal como definido na Decisão 91/450/CEE em unidades territoriais e atribui a cada unidade territorial uma designação e um código específicos.
2. A nomenclatura NUTS é hierárquica. Subdivide cada Estado-Membro em unidades territoriais de nível NUTS 1, cada uma das quais é subdividida em unidades territoriais de nível NUTS 2, sendo estas, por sua vez, subdivididas em unidades territoriais de nível NUTS 3.
3. Contudo, uma mesma unidade territorial pode representar diversos níveis da NUTS.
4. No mesmo nível NUTS, duas unidades territoriais distintas de um mesmo Estado-Membro não podem ser identificadas com o mesmo nome. Se existirem duas unidades territoriais com o mesmo nome em Estados-Membros diferentes, é acrescentada a cada uma dessas unidades territoriais a abreviatura do país.
5. Em cada Estado-Membro, poderá haver mais níveis de pormenor hierárquico, decididos pelo Estado-Membro, em que o nível NUTS 3 se subdivide. No prazo de dois anos após a entrada em vigor do presente regulamento, a Comissão, após consulta aos Estados-Membros, apresentará uma comunicação ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a pertinência de introduzir regras a nível europeu para o estabelecimento de níveis mais pormenorizados na classificação NUTS.

#### Artigo 3.º

##### CrITÉRIOS de classificação

1. As unidades administrativas existentes nos Estados-Membros constituirão o primeiro critério utilizado na definição das unidades territoriais.

<sup>(1)</sup> JO L 240 de 29.8.1991, p. 36.

<sup>(2)</sup> JO L 52 de 22.2.1997, p. 1.

<sup>(3)</sup> JO L 184 de 17.7.1999, p. 23.

<sup>(4)</sup> JO L 181 de 28.6.1989, p. 47.

Assim sendo, uma «unidade administrativa» designará uma zona geográfica à qual corresponde uma administração competente para tomar decisões administrativas ou políticas relativas a essa zona, no âmbito do quadro jurídico e institucional do Estado-Membro.

2. O nível adequado da NUTS no qual se deverá classificar uma determinada classe de unidades administrativas de um Estado-Membro é determinado com base nos limiares demográficos seguintes dentro dos quais se situa a dimensão média da classe de unidades administrativas considerada:

Nível	Mínimo	Máximo
NUTS 1	3 milhões	7 milhões
NUTS 2	800 000	3 milhões
NUTS 3	150 000	800 000

Se a população total de um Estado-Membro se situar abaixo do limiar mínimo para um determinado nível da NUTS, o Estado-Membro na sua totalidade constituirá uma unidade territorial NUTS desse nível.

3. Para efeitos do presente regulamento, a «população de uma unidade territorial» é composta pelas pessoas que têm a sua residência habitual nessa área.

4. As unidades administrativas existentes utilizadas na nomenclatura NUTS são as enumeradas no anexo II. As alterações ao anexo II serão aprovadas em conformidade com o procedimento de regulamentação a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º

5. Se, em relação a um determinado nível da NUTS não existirem num Estado-Membro unidades administrativas de dimensão adequada, de acordo com os critérios a que se refere o n.º 2, esse nível da NUTS será constituído mediante a agregação de um número adequado de unidades administrativas contíguas de menor dimensão. A referida agregação terá em consideração critérios pertinentes, devendo corresponder a uma lógica geográfica, socioeconómica, histórica, cultural ou ambiental.

As unidades agregadas daí resultantes serão em seguida designadas por «unidades não administrativas». A dimensão das unidades não administrativas de um Estado-Membro classificadas num determinado nível da NUTS deve situar-se entre os limiares demográficos a que se refere o n.º 2.

Nos termos do procedimento a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º, determinadas unidades não administrativas poderão contudo divergir dos limiares mencionados por razões especiais de ordem geográfica, socioeconómica, histórica, cultural ou ambiental, nomeadamente no caso das ilhas e das regiões ultra-periféricas.

#### Artigo 4.º

##### Elementos constitutivos da NUTS

1. No prazo de seis meses a contar da entrada em vigor do presente regulamento, a Comissão publicará os componentes que constituem cada unidade territorial ao nível da NUTS 3, em termos das mais pequenas unidades administrativas tal como estabelecido no anexo III, e a ela transmitidas pelos Estados-Membros.

As alterações ao anexo III serão adoptadas nos termos do procedimento a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º

2. Até ao final do primeiro semestre de cada ano, os Estados-Membros transmitirão à Comissão todas as alterações aos elementos constitutivos introduzidas no ano anterior, susceptíveis de afectar os limites do nível NUTS 3, e ao fazê-lo respeitarão o formato electrónico solicitado pela Comissão.

#### Artigo 5.º

##### Alterações à NUTS

1. Os Estados-Membros informarão a Comissão:

a) De todas as alterações verificadas nas unidades administrativas, desde que sejam susceptíveis de afectar a nomenclatura NUTS, tal como estabelecido no anexo I, ou o conteúdo dos anexos II e III;

b) De todas as alterações a nível nacional susceptíveis de afectar a nomenclatura NUTS, de acordo com os critérios de classificação previstos no artigo 3.º

2. As alterações aos limites do nível NUTS 3 em razão de alterações realizadas nas unidades administrativas mais pequenas, tal como estabelecido no anexo III:

a) Não são consideradas como alterações à NUTS se envolverem uma transferência populacional igual a ou inferior a 1 % da unidade territorial NUTS 3 em questão;

b) São consideradas como alterações à NUTS, de acordo com o n.º 3 do presente artigo, se envolverem uma transferência populacional superior a 1 % da unidade territorial NUTS 3 em questão.

3. As alterações à NUTS para as unidades não administrativas de um Estado-Membro, tal como definidas no n.º 5 do artigo 3.º, poderão ser introduzidas quando a alteração reduzir o desvio-padrão da dimensão em termos demográficos, ao nível da NUTS em questão, do conjunto das unidades territoriais da União Europeia.

4. As alterações à classificação NUTS serão adoptadas no segundo semestre do ano civil de acordo com o procedimento de regulamentação a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º, com uma frequência não inferior a três anos, com base nos critérios previstos no artigo 3.º No entanto, em caso de reorganização substancial da estrutura administrativa relevante de um Estado-Membro, as alterações à classificação NUTS poderão ser adoptadas com intervalos de menos de três anos.

As medidas de implementação pela Comissão mencionadas no parágrafo anterior entram em vigor, no que se refere à transmissão dos dados à Comissão, a 1 de Janeiro do segundo ano subsequente à sua adopção.

5. Sempre que seja feita uma alteração à classificação NUTS, o Estado-Membro em questão transmitirá à Comissão as séries cronológicas para a nova divisão regional, a fim de substituir os dados já transmitidos. A lista das séries cronológicas e o respectivo período por elas abrangido serão especificadas de acordo com o procedimento referido no n.º 2 do artigo 7.º, tendo em conta a viabilidade do respectivo fornecimento. Essas séries serão fornecidas no prazo de dois anos após a alteração da classificação NUTS.

#### Artigo 6.º

##### Gestão

A Comissão tomará as medidas necessárias para assegurar a gestão coerente da NUTS. As referidas medidas podem incluir, designadamente:

- a) A elaboração e actualização de notas explicativas sobre a NUTS;
- b) A análise dos problemas que a aplicação da NUTS tenha suscitado nas classificações das unidades territoriais feitas pelos Estados-Membros.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Maio de 2003.

*Pelo Parlamento Europeu*

*O Presidente*

P. COX

*Pelo Conselho*

*O Presidente*

G. DRYG

#### Artigo 7.º

##### Procedimento

1. A Comissão é assistida pelo Comité do Programa Estatístico, instituído pelo artigo 1.º da Decisão 89/382/CEE, Euratom do Conselho (a seguir designado por «comité»).

2. Sempre que se faça referência ao presente número, são aplicáveis os artigos 5.º e 7.º da Decisão 1999/468/CE, tendo em conta o disposto no seu artigo 8.º

O prazo estabelecido no n.º 6 do artigo 5.º da Decisão 1999/468/CE do Conselho é de três meses.

3. O comité aprovará o seu regulamento interno.

#### Artigo 8.º

##### Relatórios

O mais tardar três anos após a entrada em vigor do presente regulamento, a Comissão apresentará ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre a aplicação do presente regulamento.

#### Artigo 9.º

##### Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia subsequente ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

## Anexo II



Quadro 1 - Evolução da População Residente e Taxa de Variação, nos Concelhos da Sub-Região do Douro nos anos de 1981, 1991 e 2001.

Unidade Territorial	População Residente			Taxa de Variação	
	1981	1991	2001	1981/91	91/2001
Sub-região do Douro	261562	238695	221853	-8.7	-7.1
Alijó	18846	16327	14320	-13.4	-12.3
Armamar	9426	8677	7492	-7.9	-13.7
Carraceda de Ansiães	11420	9235	7642	-19.1	-17.2
Freixo de Espada à Cinta	5717	4914	4184	-14	-14.9
Lamego	32833	30164	28081	-8.1	-6.9
Mesão Frio	6335	5519	4926	-12.9	-10.7
Moimenta da Beira	12809	12317	11074	-3.8	-10.1
Penedono	4189	3731	3445	-10.9	-7.7
Peso da Régua	22472	21567	18832	-4	-12.7
Sabrosa	9050	7478	7032	-17.4	-6
Santa Marta de Penaguião	11194	9703	8569	-13.3	-11.7
São João da Pesqueira	10219	9581	8653	-6.2	-9.7
Sernancelhe	7499	7020	6227	-6.4	-11.3
Tabuaço	8521	7901	6785	-7.3	-14.1
Tarouca	9368	9579	8308	2.3	-13.3
Torre de Moncorvo	13674	10969	9919	-19.8	-9.6
<b>Vila Flor</b>	<b>9719</b>	<b>8828</b>	<b>7913</b>	<b>-9.2</b>	<b>-10.4</b>
Vila Nova de Foz Côa	11251	8885	8494	-21	-4.4
Vila Real	47020	46300	49957	-1.5	7.9

Fonte: INE, Recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001

Quadro 2 - Evolução do Peso Demográfico do Concelho de Vila Flor na Sub – Região do Douro

Unidade Territorial	1981		1991		2001	
	População Residente	Peso (%)	População Residente	Peso (%)	População Residente	Peso (%)
Sub-região do Douro	261562	-	238695	-	221853	-
Vila Flor	9719	3.7	8828	3.7	7913	3.6

Fonte: INE, Recenseamentos gerais da população, 1991 e 2001

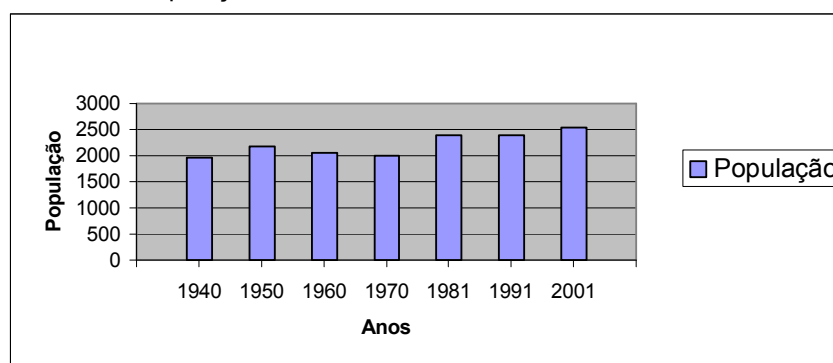
Quadro 3 - Evolução da População nos Principais Centros do Município de Vila Flor desde 1940 a 2001

CENTROS	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Vila Flor	1963	2187	2062	2007	2394	2392	2531
Seixo de Manhoses	567	640	590	606	632	584	501
Santa Comba da Vilariça	695	727	741	462	550	535	473
Freixiel	1291	1341	1286	1109	1176	964	821
Vilas Boas	1207	1271	1098	779	986	797	715

Fonte: PDM em vigor; INE – Portugal, Recenseamentos gerais da população, 1940 a 2001

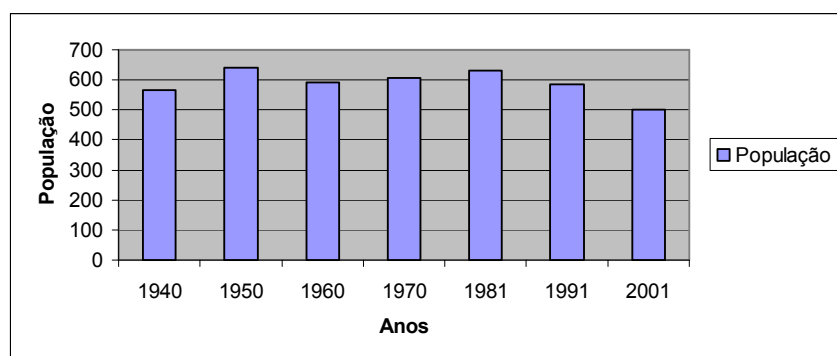
Individualmente temos os seguintes gráficos por Centro:

Gráfico 1 - População Residente no Centro – Vila Flor



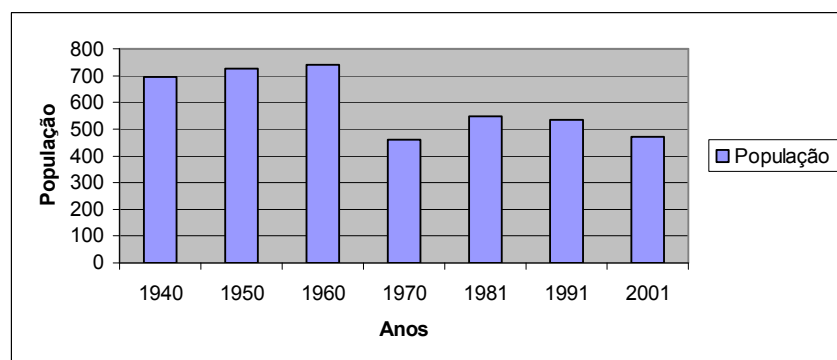
Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Gráfico 2 - População Residente no Centro – Seixo de Manhoses



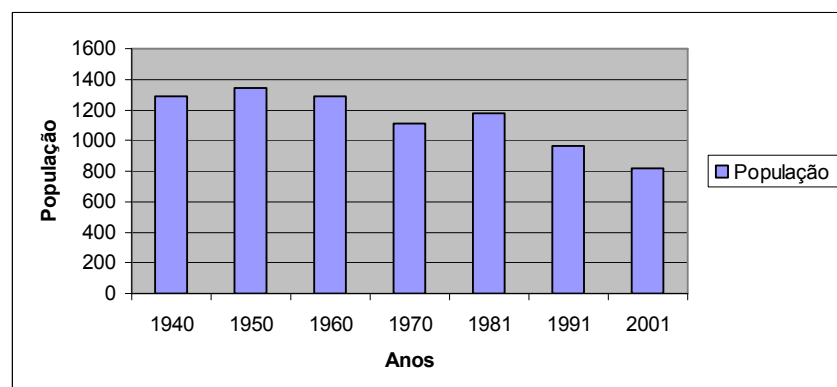
Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Gráfico 3 - População Residente no Centro – Santa Comba da Vilarça



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

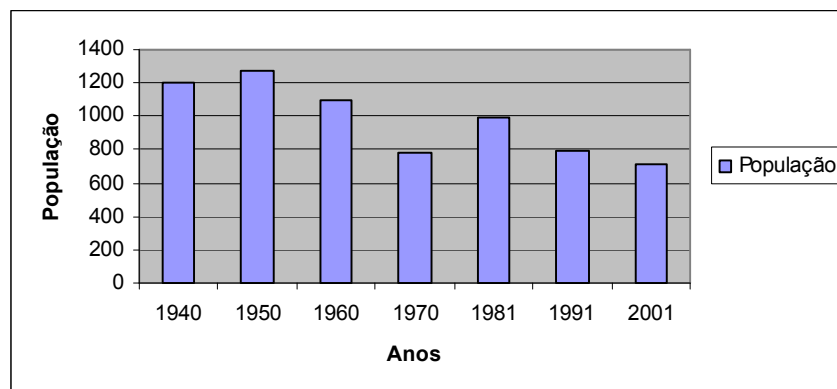
Gráfico 4 - População Residente no Centro – Freixiel



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

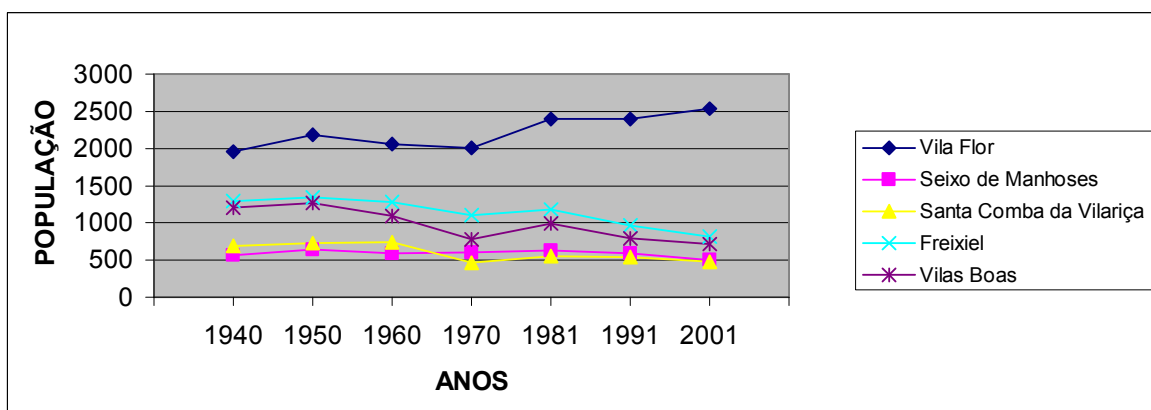


Gráfico 5 - População Residente no Centro – Vilas Boas



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Gráfico 6 - Evolução Global da População nos Cinco Centros em Estudo.



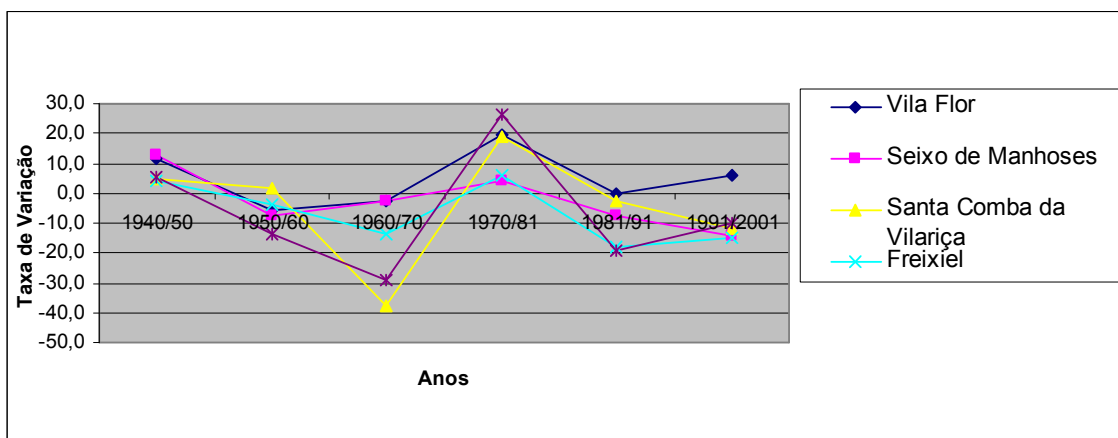
Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Quadro 4 - Taxa de Variação da População nos Principais Centros do Município de Vila Flor desde 1940 a 2001

CENTROS	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91	1991-2001
Vila Flor	11,4	-5,7	-2,7	19,3	-0,1	5,8
Seixo de Manhoses	12,9	-7,8	-2,7	4,3	-7,6	-14,2
Santa Comba da Vilarça	4,6	1,9	-37,7	19,0	-2,7	-11,6
Freixiel	3,9	-4,1	-13,8	6,0	-18,0	-14,8
Vilas Boas	5,3	-13,6	-29,1	26,6	-19,2	-10,3

Fonte: INE

Gráfico 7 - Taxa de Variação da População nos Principais Centros do Município



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Quadro 5 - Variação do Número e da Dimensão Média das Famílias entre 1981 e 2001 nos Cinco Centros

Freguesias	Número de Famílias			Taxa de Variação (%)		Pessoas/Família		
	1981	1991	2001	81/91	91/01	1981	1991	2001
Freixiel	310	330	316	6,5	-4,2	3,8	2,9	2,6
Sta.Comba de Vilarça	135	176	168	30,4	-4,5	4,1	3,0	2,8
Seixo de Manhoses	148	191	189	29,1	-1,0	4,3	3,1	2,7
Vila Flor	586	760	860	29,7	13,2	4,1	3,1	2,9
Vilas Boas	233	258	265	10,7	2,7	4,2	3,1	2,7
Concelho de Vila Flor	2547	2976	2961	16,8	-0,5	3,8	3,0	2,7
Sub- Região do Douro	68842	75979	77781	10,4	2,4	3,8	3,1	2,9

Fonte: INE- Portugal, Recenseamentos gerais da população-1981,1991 e 2001  
Famílias Clássicas + Famílias Institucionais

Quadro 6 - Índice de Envelhecimento

Índice de Envelhecimento por NUTS I, II, III e Concelhos												
ANO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Vila Flor	93,9	100,8	108,4	115,2	124,3	131	142,3	149,9	160,4	175,9	183,5	186,6
Unidade: Percentagem												
CAMINHO ESCOLHIDO:												
TEMA: C – População e Condições Sociais												
SUBTEMA: 06 - Demografia												
TÓPICO: 01 - Estimativas de População												
SÉRIE TIPO: Índice de Envelhecimento por NUTS I, II, III e Concelhos												

Fonte: INE

Índice de envelhecimento é a relação existente entre o número de idosos e a população jovem.

É habitualmente expresso em número de residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos.

## Anexo III

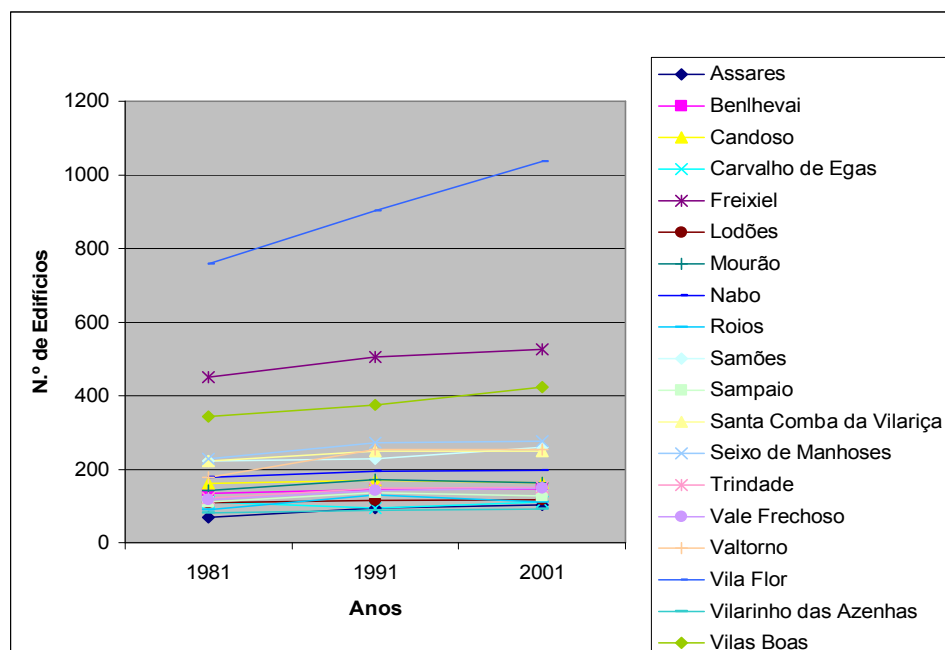


Quadro 1 - Evolução do Número de Edifícios no Concelho

Freguesias	1981	1991	2001	Taxa de Var. 81/91 (%)	Taxa de Var. 91/01 (%)
Assares	69	94	102	36,2	8,5
Benlhevai	134	145	147	8,2	1,4
Candoso	161	170	163	5,6	-4,1
Carvalho de Egas	110	94	111	-14,5	18,1
Freixiel	451	505	525	12,0	4,0
Lodões	108	116	118	7,4	1,7
Mourão	143	172	164	20,3	-4,7
Nabo	177	195	197	10,2	1,0
Raios	91	130	110	42,9	-15,4
Samões	223	228	260	2,2	14,0
Sampaio	111	137	128	23,4	-6,6
Santa Comba da Vilarça	221	249	249	12,7	0,0
Seixo de Manhoses	228	273	276	19,7	1,1
Trindade	122	148	150	21,3	1,4
Vale Frechoso	117	143	149	22,2	4,2
Valtorno	179	253	254	41,3	0,4
Vila Flor	759	902	1036	18,8	14,9
Vilarinho das Azenhas	81	89	92	9,9	3,4
Vilas Boas	344	375	424	9,0	13,1
TOTAL	3829	4418	4655	16,3	3,0

Fonte: INE

Gráfico 1 - Evolução do Número de Edifícios no Concelho



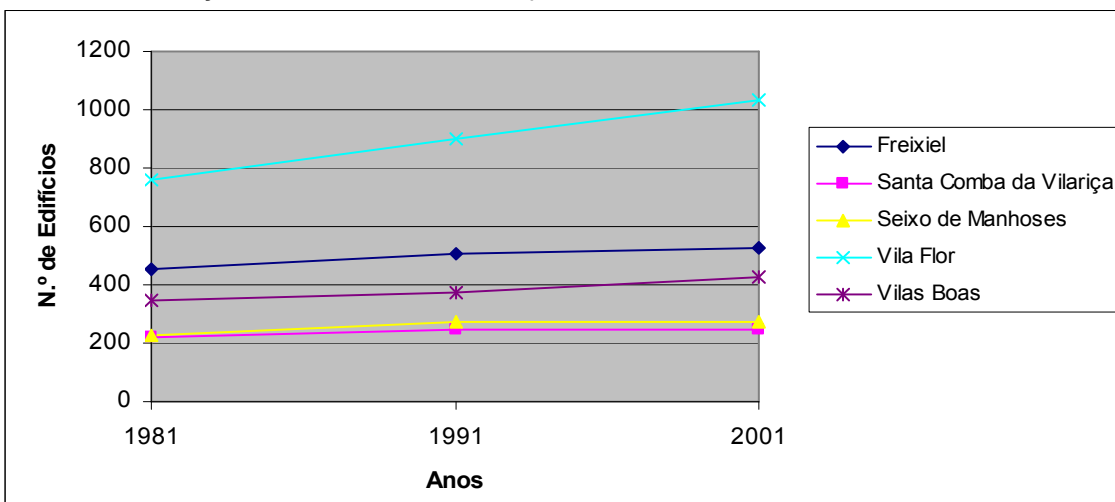
Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Quadro 2 - Evolução do Número de Edifícios por Centro

CENTROS	1981	1991	2001	Taxa de Var. 81/91 (%)	Taxa de Var. 91/01 (%)
Freixiel	451	505	525	12,0	4,0
Santa Comba da Vilarça	221	249	249	12,7	0,0
Seixo de Manhoses	228	273	276	19,7	1,1
Vila Flor	759	902	1036	18,8	14,9
Vilas Boas	344	375	424	9,0	13,1

Fonte: INE

Gráfico 2 - Evolução do Número de Edifícios por Centro



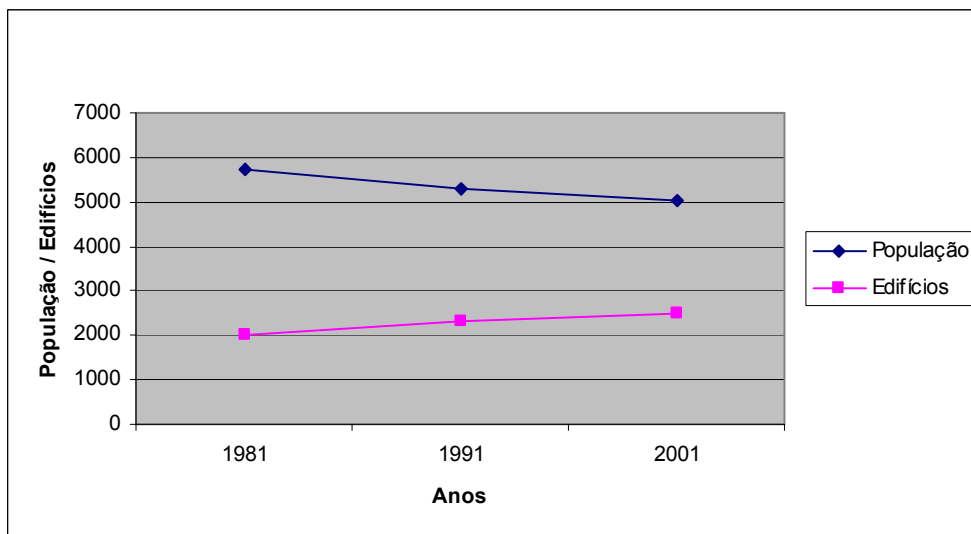
Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Quadro 3 - Relação entre Número de Edifícios e População nos Cinco Centros

RELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE EDIFÍCIOS E POPULAÇÃO NOS 5 CENTROS			
Anos	1981	1991	2001
População	5738	5272	5041
Edifícios	2003	2304	2510

Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Gráfico 3 - Relação entre Número de Edifícios e População nos Cinco Centros



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

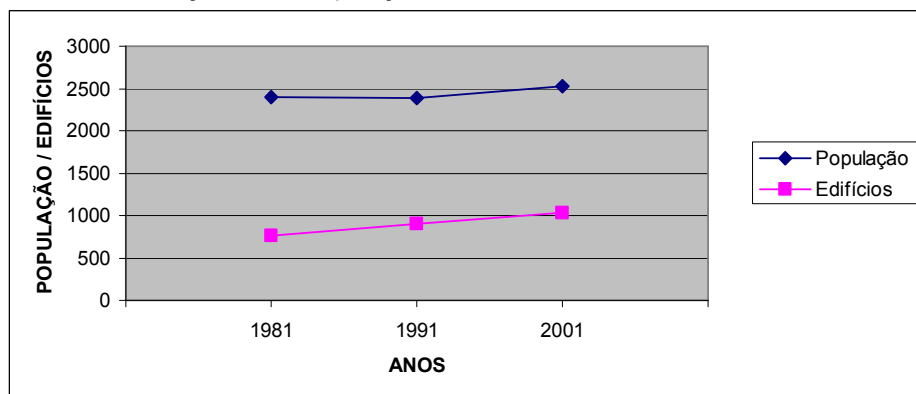
Agora de uma forma específica apresenta-se a relação entre o número de edifícios e população por centro.

Quadro 4 - Relação entre Número de Edifícios e População em Vila Flor

RELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE EDIFÍCIOS E POPULAÇÃO EM VILA FLOR			
Anos	1981	1991	2001
População	2394	2392	2531
Edifícios	759	902	1036

Fonte: Baseada em dados do INE

Gráfico 4 - Relação entre População e Número de Edifícios em Vila Flor



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

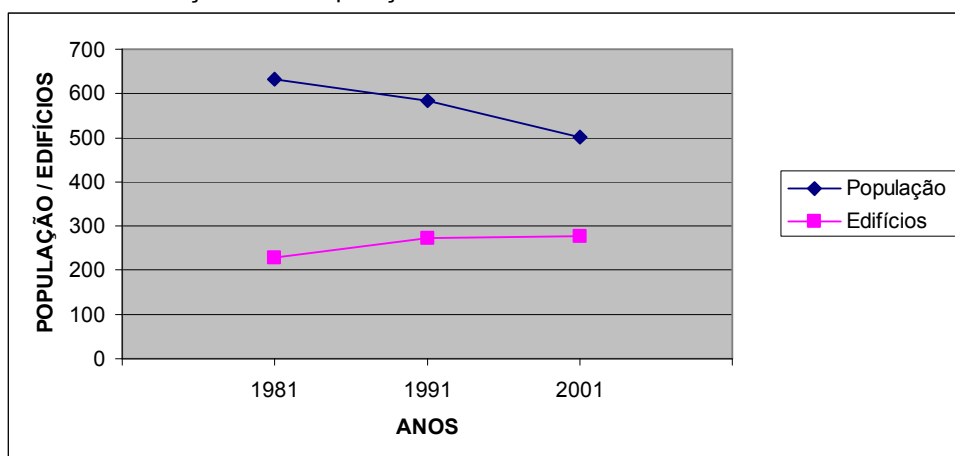


Quadro 5 - Relação entre Número de Edifícios e População em Seixo de Manhoses

<b>RELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE EDIFÍCIOS E POPULAÇÃO EM SEIXO DE MANHOSES</b>			
Anos	1981	1991	2001
População	632	584	501
Edifícios	228	273	276

Fonte: Baseada em dados do INE

Gráfico 5 - Relação entre População e Número de Edifícios em Seixo de Manhoses



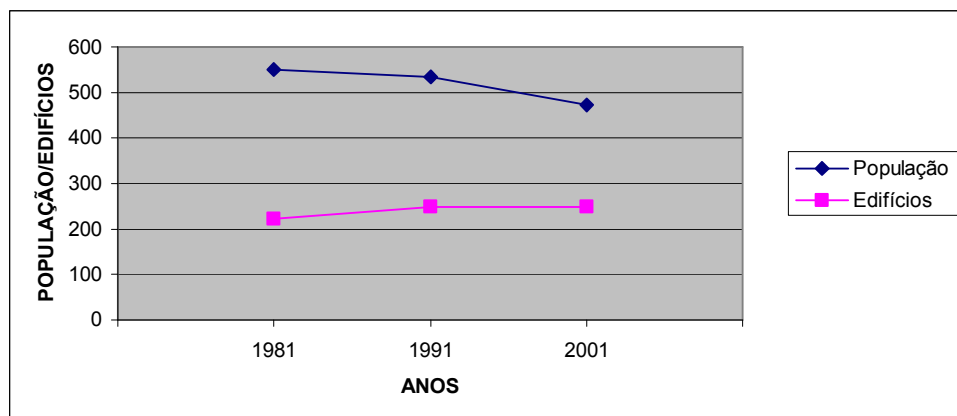
Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Quadro 6 - Relação Entre População e Número de Edifícios em Santa Comba

<b>RELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE EDIFÍCIOS E POPULAÇÃO EM SANTA COMBA DA VILARIÇA</b>			
Anos	1981	1991	2001
População	550	535	473
Edifícios	221	249	249

Fonte: Baseada em dados do INE

Gráfico 6 - Relação entre População e Número de Edifícios em Santa Comba



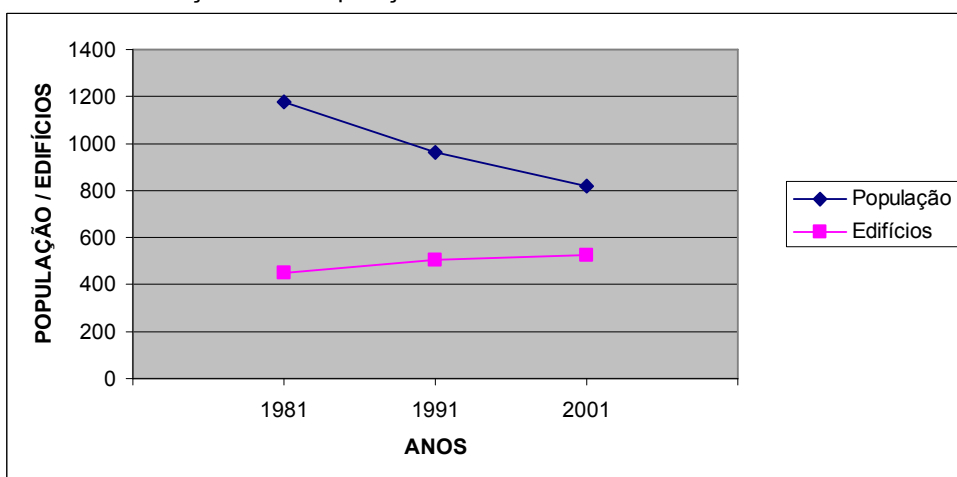
Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Quadro 7 - Relação entre População e Número de Edifícios em Freixiel

RELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE EDIFÍCIOS E POPULAÇÃO EM FREIXIEL			
Anos	1981	1991	2001
População	1176	964	821
Edifícios	451	505	525

Fonte: Baseada em dados do INE

Gráfico 7 - Relação entre População e Número de Edifícios em Freixiel



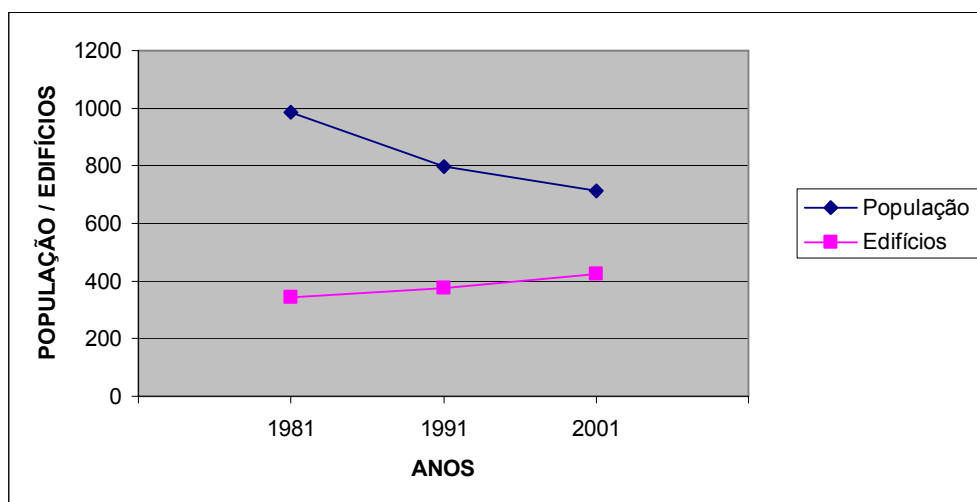
Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Quadro 8 - Relação entre População e Número de Edifícios em Vilas Boas

RELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE EDIFÍCIOS E POPULAÇÃO EM VILAS BOAS			
Anos	1981	1991	2001
População	986	797	715
Edifícios	344	375	424

Fonte: Baseada em dados do INE

Gráfico 8 - Relação entre Número de Edifícios e População em Vilas Boas



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Quadro 9 - Indicadores da Construção e Habitação por Concelho

III.8.1 - Indicadores da construção e habitação por concelho, 2003 e 2004										
	Licenciamento de construções novas para habitação familiar				Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas 2002-2004	Conclusão de construções novas para habitação familiar				Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas 2002-2004
	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície habitável das divisões		Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície habitável das divisões	
N.º			m²	N.º	N.º			m²	N.º	
2004										
Portugal	2,5	0,9	4,9	18,8	5,4	2,4	1,0	4,9	18,7	5,3
Continente	2,5	0,9	4,9	19,1	5,6	2,4	1,0	4,9	18,8	5,4
Norte	2,5	0,9	5,0	19,1	7,6	2,4	0,9	5,0	18,6	6,7
Minho-Lima	2,3	0,7	5,2	19,9	15,9	2,2	0,7	5,2	19,2	14,8
Arcos de Valdevez	2,4	0,8	4,9	20,3	16,6	1,9	0,5	5,6	20,5	32,7
Caminha	2,1	0,7	5,1	26,8	0,9	2,1	0,8	4,9	25,2	4,8
Melgaço	2,6	0,7	5,0	19,9	19,8	1,8	0,8	5,6	18,6	14,0
Monção	2,6	1,2	5,1	19,1	0,6	2,5	0,7	5,3	19,1	8,2
Paredes de Coura	1,8	0,6	5,4	18,5	44,3	1,7	0,6	5,5	18,5	41,6
Ponte da Barca	2,3	0,8	5,0	17,2	18,4	2,3	0,5	5,4	20,6	20,7
Ponte de Lima	2,1	0,7	5,2	20,3	24,8	1,9	0,6	5,3	19,0	22,0
Valença	2,0	0,5	5,5	19,9	17,5	2,0	0,6	5,5	19,0	11,6
Viana do Castelo	2,6	0,7	5,2	18,9	15,4	2,6	0,9	5,0	17,6	10,4
Vila Nova de Cerveira	1,8	0,6	5,8	20,3	8,1	1,6	0,6	5,7	21,7	6,7
Cávado	2,7	0,7	5,2	19,1	1,9	2,5	0,7	5,2	18,9	3,5
Amares	2,3	0,5	5,5	20,3	5,1	2,2	0,5	5,1	20,4	5,7
Barcelos	2,2	0,7	5,3	21,1	0,9	1,9	0,8	5,3	20,2	1,1
Braga	3,1	0,8	4,9	17,7	0,2	3,0	0,7	5,2	18,1	1,3
Esposende	2,4	0,8	5,4	22,9	3,2	2,2	0,6	5,6	20,1	2,0
Terras de Bouro	1,7	0,6	5,2	19,9	47,1	2,0	0,5	5,2	17,9	41,1
Vila Verde	2,3	0,4	7,8	18,2	0,4	2,3	0,5	5,1	20,8	8,9
Ave	2,4	0,7	5,2	20,3	5,1	2,4	0,7	5,0	18,7	3,9

Fafe	2,3	0,6	5,1	19,0	3,4	2,3	0,6	5,3	18,6	3,9
Guimarães	2,5	0,7	5,1	20,2	9,9	2,6	0,8	4,9	19,2	5,2
Póvoa de Lanhoso	2,3	0,5	5,8	20,5	24,9	2,2	0,6	5,3	20,1	18,7
Santo Tirso	2,1	0,6	5,6	19,5	0,9	1,9	0,7	5,1	17,7	2,3
Trofa	2,6	0,6	5,1	18,2	1,3	2,2	0,9	4,7	19,3	-
Vieira do Minho	2,0	1,2	6,2	15,8	19,5	1,9	0,9	5,2	18,5	21,8
Vila Nova de Famalicão	2,4	0,7	4,9	22,4	0	2,4	0,6	5,0	18,8	0,7
Vizela	2,1	0,6	4,9	19,0	-	2,5	1,7	4,7	15,5	2,7
<b>Grande Porto</b>	<b>3,1</b>	<b>1,4</b>	<b>4,7</b>	<b>18,3</b>	<b>1,4</b>	<b>3,1</b>	<b>1,5</b>	<b>4,6</b>	<b>18,0</b>	<b>1,7</b>
Espinho	3,3	0,8	5,0	16,9	2,1	3,5	1,3	4,7	17,1	3,6
Gondomar	3,0	0,8	4,9	17,0	0,2	3,2	1,2	4,6	15,8	1,7
Maia	3,2	1,6	4,6	18,3	-	2,9	1,5	4,8	18,8	1,2
Matosinhos	3,2	1,3	4,7	17,9	1,3	4,0	2,1	4,5	20,1	1,0
Porto	4,4	3,1	4,6	19,9	7,0	4,4	2,8	4,8	21,9	5,0
Póvoa de Varzim	2,8	1,0	4,8	18,6	1,4	2,7	0,7	5,0	18,2	1,3
Valongo	3,4	1,5	4,6	17,3	2,8	3,2	1,6	4,4	16,3	2,8
Vila do Conde	2,7	1,3	4,6	19,4	2,5	2,6	1,7	4,4	16,8	2,7
Vila Nova de Gaia	3,1	1,5	4,7	17,5	0,1	3,2	1,3	4,5	17,1	0,3
<b>Tâmega</b>	<b>2,3</b>	<b>0,7</b>	<b>5,2</b>	<b>19,7</b>	<b>10,7</b>	<b>2,1</b>	<b>0,7</b>	<b>5,1</b>	<b>18,7</b>	<b>8,9</b>
Amarante	2,3	0,6	5,5	19,2	15,4	2,2	0,6	5,2	17,5	9,2
Baião	2,1	0,7	5,2	18,5	33,5	1,8	0,7	5,2	17,0	27,3
Cabeceiras de Basto	2,3	1,0	4,9	18,3	48,5	2,2	0,9	5,1	19,1	16,2
Castelo de Paiva	2,2	0,5	5,2	24,8	4,6	2,1	0,5	5,1	18,8	2,3
Celorico de Basto	2,0	0,7	5,0	20,2	13,0	2,2	0,6	5,3	19,1	9,1
Cinfães	2,1	0,9	5,3	16,3	34,8	1,8	0,7	5,0	19,2	34,4
Felgueiras	2,3	0,7	5,5	28,2	0,4	2,1	0,7	5,3	20,2	0,4
Lousada	2,6	0,8	5,1	18,0	0,9	1,9	0,7	5,3	19,4	1,0
Marco de Canaveses	2,2	0,5	5,4	19,3	4,0	1,8	0,7	5,3	19,0	7,4
Mondim de Basto	1,9	0,5	7,1	12,4	15,4	1,8	0,5	6,5	14,5	10,8
Paços de Ferreira	2,4	0,7	5,0	19,6	2,1	2,3	0,8	4,9	19,5	1,2
Paredes	2,3	0,9	4,7	20,5	0,2	2,3	1,0	4,8	18,4	5,9
Penafiel	2,1	0,8	5,1	18,0	9,4	2,1	0,7	5,1	18,5	12,6
Resende	2,1	0,5	5,9	18,0	51,0	2,1	0,6	5,5	18,3	57,4
Ribeira de Pena	2,1	0,9	6,3	16,1	26,4	1,9	0,9	5,5	16,3	17,8
<b>Entre Douro e Vouga</b>	<b>2,3</b>	<b>0,7</b>	<b>5,2</b>	<b>19,3</b>	<b>0,8</b>	<b>2,2</b>	<b>0,8</b>	<b>5,1</b>	<b>19,0</b>	<b>2,4</b>
Arouca	2,0	0,7	5,0	18,5	1,1	1,8	0,6	5,1	18,3	1,4

Oliveira de Azeméis	2,2	0,6	5,3	19,5	0,8	2,2	0,9	5,0	18,9	3,7
Santa Maria da Feira	2,3	0,7	5,3	20,1	-	2,2	0,8	5,2	19,3	1,4
São João da Madeira	3,4	1,2	4,5	16,8	1,6	4,4	1,3	4,4	17,2	4,0
Vale de Cambra	2,2	0,5	5,9	21,6	4,9	2,5	0,6	5,3	18,8	6,7
<b>Douro</b>	<b>2,4</b>	<b>0,7</b>	<b>5,5</b>	<b>18,8</b>	<b>26,3</b>	<b>2,3</b>	<b>0,7</b>	<b>5,5</b>	<b>18,3</b>	<b>21,1</b>
Alijó	2,3	0,5	5,6	18,5	55,8	2,1	0,5	5,8	19,3	57,7
Armamar	2,0	0,5	6,5	24,2	36,6	1,9	0,8	4,9	20,0	37,7
Carrazeda de Ansiães	2,5	0,6	5,7	16,7	10,0	2,5	0,6	7,3	16,2	17,2
Freixo de Espada à Cinta	2,6	0,5	5,6	31,8	26,2	2,2	0,5	6,4	17,4	11,0
Lamego	2,4	0,5	5,0	17,8	-	2,4	0,9	5,1	16,0	3,0
Mesão Frio	2,1	0,5	8,1	16,2	88,5	2,0	0,5	5,5	26,0	80,0
Moimenta da Beira	2,7	0,7	5,7	19,2	15,5	2,5	1,1	5,2	18,6	8,3
Penedono	2,2	0,5	5,2	20,0	16,4	2,0	0,5	5,5	18,2	3,4
Peso da Régua	3,2	0,8	5,3	23,7	57,1	3,0	1,1	5,7	19,9	22,5
Sabrosa	2,2	0,5	6,3	18,6	40,7	2,1	0,5	5,7	20,0	45,8
Santa Marta de Penaguião	2,3	0,4	7,1	14,9	53,0	2,0	0,5	6,8	16,9	35,2
São João da Pesqueira	2,2	0,5	5,4	18,2	14,5	2,1	0,5	4,9	17,4	10,1
Semancelhe	2,0	0,5	6,1	19,8	80,6	1,8	0,5	7,4	18,1	55,3
Tabuaço	2,3	0,7	5,8	16,1	28,1	2,7	0,6	5,4	17,3	22,3
Tarouca	2,0	0,5	5,4	21,2	15,8	2,5	0,7	5,4	19,9	16,9
Torre de Moncorvo	2,5	0,7	5,7	15,1	8,3	2,3	0,8	6,4	18,3	6,8
<b>Vila Flor</b>	<b>2,2</b>	<b>0,5</b>	<b>5,3</b>	<b>21,2</b>	<b>9,7</b>	<b>1,9</b>	<b>0,6</b>	<b>5,9</b>	<b>20,1</b>	<b>17,7</b>
Vila Nova de Foz Côa	2,1	0,6	5,9	17,3	31,7	1,9	0,7	5,8	19,0	37,0
Vila Real	2,6	1,0	5,3	18,3	28,9	2,6	0,6	5,6	19,0	16,2
<b>Alto Trás-os-Montes</b>	<b>2,4</b>	<b>0,7</b>	<b>5,3</b>	<b>19,0</b>	<b>6,4</b>	<b>2,3</b>	<b>0,7</b>	<b>5,4</b>	<b>19,1</b>	<b>5,5</b>
Alfândega da Fé	2,0	0,8	4,2	18,3	7,1	2,0	0,7	4,3	19,4	4,9
Boticas	2,1	0,5	5,5	19,8	17,3	1,8	0,8	5,1	21,0	12,6
Bragança	3,3	0,9	4,8	19,0	10,1	3,2	1,1	5,5	18,4	5,2
Chaves	2,3	0,7	5,1	19,0	1,2	2,2	0,5	5,5	19,4	1,0
Macedo de Cavaleiros	2,5	0,9	4,7	18,9	-	2,3	0,9	5,0	18,5	5,6
Miranda do Douro	2,7	0,7	5,1	17,9	12,5	2,4	0,8	5,2	19,8	5,3
Mirandela	2,5	0,5	5,6	20,0	0,6	2,8	0,7	5,3	18,8	0,8
Mogadouro	2,2	0,5	7,3	16,2	8,8	2,2	0,5	6,4	17,6	12,2
Montalegre	2,0	0,6	6,6	13,3	1,5	2,0	0,7	5,7	15,1	6,4
Murça	2,4	0,5	5,9	22,4	6,3	1,9	0,5	5,5	20,7	4,5

Avaliação de políticas urbanas – o caso do Município de Vila Flor

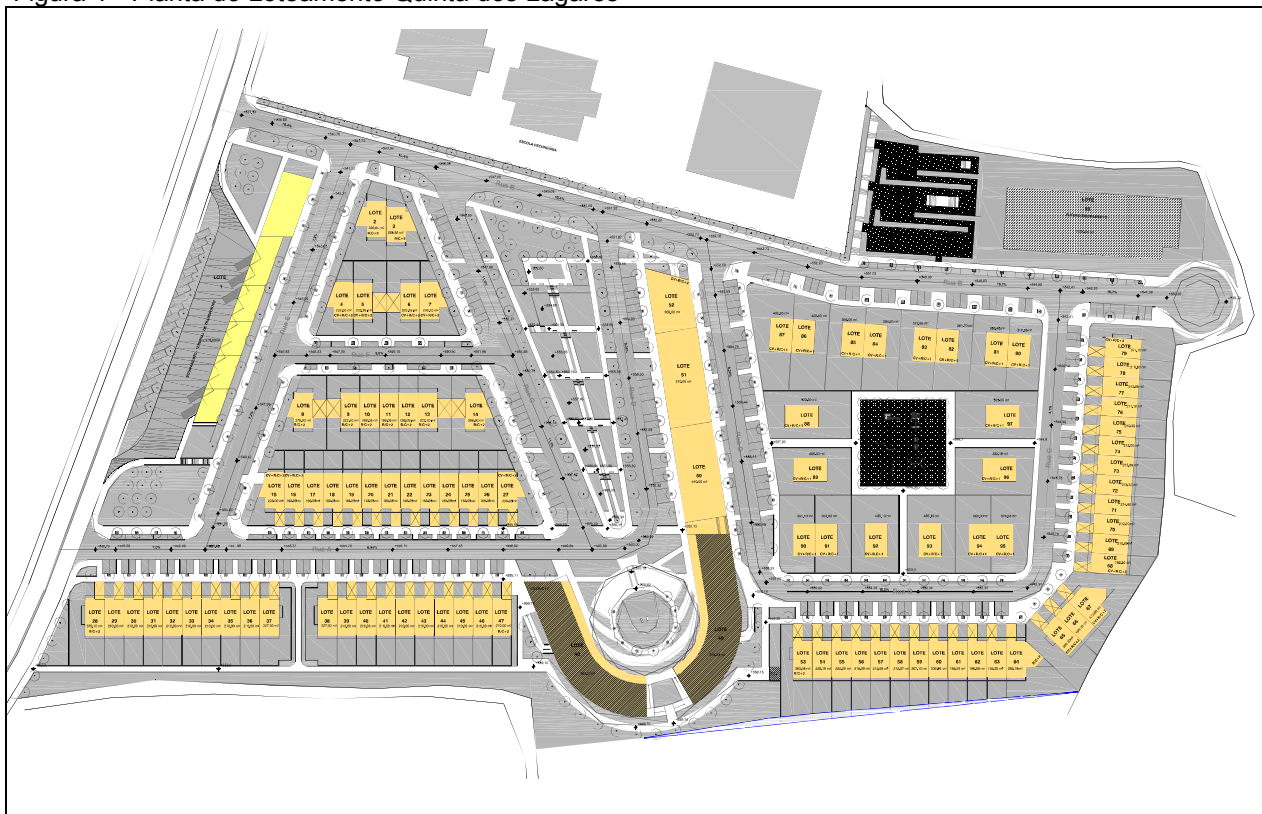
Valpaços	2,4	0,7	5,2	20,2	16,5	2,4	0,6	5,2	20,4	4,0
Vila Pouca de Aguiar	2,1	0,5	5,9	23,5	0,5	1,8	0,6	5,3	22,0	5,6
Vimioso	2,1	0,5	7,9	17,8	30,3	1,9	0,5	6,5	23,2	16,9
Vinhais	2,2	0,6	5,1	21,7	2,4	1,8	0,7	5,2	20,2	9,6

Fonte: INE, Estatísticas da Construção e Habitação.

Nota: Os dados relativos aos concelhos de Lisboa, Seia e Sintra encontram-se subavaliados por apenas incluírem informação dos proprietários das obras.

## Planta do Loteamento do Município de Vila Flor (Futura Zona de Expansão)

Figura 1 - Planta do Loteamento Quinta dos Lagares



Fonte: Município de Vila Flor

Quadro 10 - Quadro Sinóptico do Loteamento

LOTEAMENTO QUINTA DOS LAGARES								
HABITAÇÕES EM BANDA COM 2 FRENTES								
N.º	Área do lote	Área de implantação	Área de construção	Área Comercial	Função	N.º de Pisos	N.º Fogos	Preço Base
10	188,05m2	91,00m2	273,00m2		Habitação	R/C+2	1	
11	188,05m2	91,00m2	273,00m2		Habitação	R/C+2	1	
12	188,05m2	91,00m2	273,00m2		Habitação	R/C+2	1	
16	188,05m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
17	188,05m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
18	188,05m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
19	188,05m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
20	188,05m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
21	188,05m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	



22	188,05m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
23	188,05m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
24	188,05m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
25	188,05m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
26	188,05m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
29	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
30	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
31	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
32	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
33	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
34	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
35	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
36	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
39	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
40	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
41	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
42	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
43	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
44	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
45	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
46	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
54	237,70m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
55	232,60m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
56	227,45m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
57	222,30m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
58	217,20m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
59	212,05m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
60	206,90m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
61	201,80m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
62	196,65m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
63	191,50m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
66	180,70m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
68	192,20m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
69	210,65m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
70	212,70m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
71	214,60m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
72	215,30m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
73	213,65m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
74	212,00m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
75	210,30m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
76	211,10m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
77	213,95m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
78	216,80m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	

LOTEAMENTO QUINTA DOS LAGARES								
HABITAÇÕES EM BANDA COM 3 FRENTES								
N.º	Área do lote	Área de implantação	Área de construção	Área Comercial	Função	N.º de Pisos	N.º Fogos	Preço Base
9	322,40m2	124,90m2	306,90m2		Habitação	R/C+2	1	
13	322,40m2	124,90m2	306,90m2		Habitação	R/C+2	1	
15	228,00m2	122,00m2	425,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
27	235,35m2	124,10m2	433,40m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
28	379,10m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
37	327,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
38	327,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
47	210,00m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
53	405,25m2	112,00m2	294,00m2		Habitação	R/C+2	1	
64	385,90m2	148,10m2	402,30m2		Habitação	R/C+2	1	
65	380,30m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
67	412,00m2	142,30m2	506,20m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
79	371,10m2	112,00m2	385,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	

LOTEAMENTO QUINTA DOS LAGARES								
HABITAÇÕES GEMINADAS								
N.º	Área do lote	Área de implantação	Área de construção	Área Comercial	Função	N.º de Pisos	N.º Fogos	Preço Base
2	290,00m2	113,30m2	339,90m2		Habitação	R/C+2	1	
3	277,50m2	111,00m2	333,00m2		Habitação	R/C+2	1	
4	232,00m2	102,70m2	431,80m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
5	320,35m2	124,90m2	397,90m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
6	320,35m2	124,90m2	397,90m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
7	238,10m2	104,20m2	416,80m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
80	312,65 m2	96,00 m2	288,00 m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
81	350,45 m2	96,00 m2	288,00 m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
82	361,70 m2	96,00 m2	288,00 m2		Habitação	Cv+R/C+2	1	
83	372,95m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	
84	384,20m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	
85	396,00m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	
86	428,80m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	
87	495,50m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	
90	361,10m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	
91	363,00m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	
94	363,00m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	
95	378,65m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	

LOTEAMENTO QUINTA DOS LAGARES								
HABITAÇÕES ISOLADAS								
N.º	Área do lote	Área de implantação	Área de construção	Área Comercial	Função	N.º de Pisos	N.º Fogos	Preço Base
8	375,30m2	134,00m2	334,00m2		Habitação	R/C+2	1	
14	386,60m2	136,60m2	342,00m2		Habitação	R/C+2	1	
88	523,00m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	
89	468,00m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	
92	485,10m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	
93	485,10m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	
96	482,15m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	
97	505,00m2	96,00m2	288,00m2		Habitação	Cv+R/C+1	1	

LOTEAMENTO QUINTA DOS LAGARES								
HABITAÇÕES COLECTIVAS								
N.º	Área do lote	Área de implantação	Área de construção	Área Comercial	Função	N.º de Pisos	N.º Fogos	Preço Base
48	883,20m2	883,20m2	3 385,00m2	6 lojas 735,40m2	R/c Com.+ Habitação	Cv+R/C+2	12	
49	973,30m2	973,30m2	3 569,70m2	6 lojas 731,80m2	R/c Com.+ Habitação	Cv+R/C+2	12	
50	510,00m2	510,00m2	2 040,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	12	
51	510,00m2	510,00m2	2 040,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	12	
52	306,00m2	306,00m2	1 224,00m2		Habitação	Cv+R/C+2	6	

Fonte: Município de Vila Flor, baseada em dados do projecto de loteamento

## Anexo IV

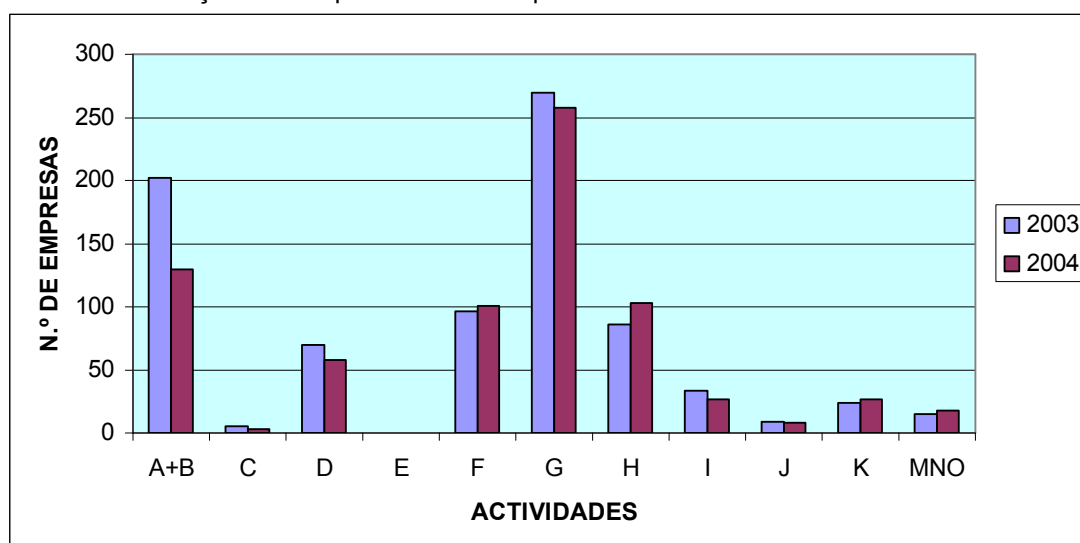


Quadro 1 - Empresas por Concelho da Sede, Segundo a CAE no Município de Vila Flor em 2003-2004

		2003	2004
Agri., P. Animal, Caça, Silvicultura	A+B	202	130
Indústrias Extractivas	C	5	3
Indústrias Transformadoras	D	70	58
Prod. Distr. de Elec., Gás, Água	E	0	0
Construção	F	96	101
Comércio Grosso e a Retalho	G	270	258
Alojamento, Restauração	H	86	103
Transportes, Armaz. e Comunic.	I	33	27
Actividades Financeiras	J	9	8
Act. Imobili. Alug. Serv. Empresas	K	24	27
Educação/Saúde e Acção Social/O.Act.Serv.Colec.Sociais e Pessoas	MNO	15	18

Fonte: INE

Gráfico 1 - Evolução das Empresas no Município de Vila Flor em 2003 e 2004



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do INE

Quadro 2 - População Residente Empregada Segundo o Sector de Actividade Económica, 2001

Unidade Territorial	Sectores de actividade económica		
	Primário	Secundário	Terciário
Assares	46.2	30.8	23.0
Benlhevai	54.3	12.9	32.8
Candoso	27.9	31.1	41.0
Carvalho de Egas	20.6	55.9	23.5
Freixiel	50.7	22.2	27.1
Lodões	55.3	19.1	25.6
Mourão	63.2	10.5	26.3
Nabo	56.9	13.8	29.3
Roios	28.8	23.7	47.5
Samões	17.0	44.9	38.1
Sampaio	22.6	41.9	35.5
Sta. Comba da Vilariça	35.4	32.3	32.3
Seixo de Manhoses	38.4	21.4	40.2
Trindade	59.2	20.4	20.4
Vale de Frechoso	30.9	38.2	30.9
Valtorno	35.6	37.3	27.1
Vila Flor	9.0	21.2	69.8
Vilarinho das Azenhas	22.9	45.7	31.4
Vilas Boas	30.9	32.8	36.3
<b>Concelho de Vila Flor</b>	<b>25.9</b>	<b>26.1</b>	<b>48.0</b>

Fonte: INE – Portugal, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001

## Anexo V





## Levantamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Serviços – Elementos Fornecidos pelos Presidentes das Juntas de Freguesia

Quadro 1 - Estabelecimentos Comerciais e de Serviços em Todas as Freguesias do Concelho

<b>SEDE DE FREGUESIA E TODAS AS POVOAÇÕES DO CONCELHO</b>	<b>2006</b>			
<b>A – ALIMENTAÇÃO</b>	<b>Unidades</b>	<b>Unidades</b>	<b>Unidades</b>	<b>Unidades</b>
Padaria	7			
Frutaria				
Mercearia/Taberna	3			
Mercearia/Minimercado	44			
Supermercado	6			
Talho	11			
Peixaria	7			
Charcutaria				
Congelados				
Comida a peso	1			
Doces	1			
Adega/Loja de Vinho	1			
Posto de Leite	5			
<b>B – ARTIGOS DE USO PESSOAL</b>				
Tecidos	3			
Pronto-a-vestir	3			
Sapataria/Malas/Chapéus	3			
Retrosaria/Capelista/Lãs/Linhas				
Perfumaria				
Ourivesaria	4			
Relojoaria	4			
Bijutaria				
<b>C – ARTIGOS DE SAÚDE</b>				
Farmácia	2			
Oculista/Óptica	2			
Ervanária/Produtos dietéticos				
Artigos ortopédicos				
Próteses dentárias	3			
Outros materiais de Saúde				
<b>D – COMÉRCIO ESPECIALIZADO</b>				
Livraria				
Papelaria/Tabacaria	3			
Material informático/Computadores	2			
Fotografia	2			
Quiosque de jornais/revistas	1			
Artigos de desporto	1			
Gravuras/Molduras				
Totoloto/Totobola	2			
Florista/Sementes	4			
Brinquedos/Máquinas de diversão				

Animais/Acessórios e alimentos	2			
Material de caça/Espingardaria	1			
Material de Campismo				
Material contra incêndios				
Medalhas/Taças				
Discos/CD's				
Material de escritório				
Bazar/Comércio misto	1			
Instrumentos musicais				
Produtos /Alfaias agrícolas	3			
<b>E – EQUIPAMENTO PARA O LAR/MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO</b>				
Móveis e Decorações	6			
Electrodomésticos	7			
Tapetes/alcatifas/carpetes	3			
Loiças/Cristais/Vidros	2			
Candeeiros	3			
Aparelhos de Som	5			
Loiças sanitárias/Azulejos /Torneiras	5			
Material Eléctrico	2			
Ferragens	2			
Tintas	5			
Drogaria				
Artesanato	8			
Antiguidades				
Lavores Femininos				
Utilidades Domésticas				
Fechaduras/Cofres/Portas	3			
Estores	1			
Antenas	5			
Equipamento de Segurança				
<b>F – MATERIAIS DE TRANSPORTE E COMBUSTÍVEIS</b>				
Automóveis				
Motos	2			
Bicicletas	2			
Peças e acessórios	2			
Barcos	1			
Caravanas e atrelados				
Posto de Combustível – Estações de serviço/ Car Wash	4			
Gás	3			
<b>G - RESTAURAÇÃO E HOTELARIA</b>				
Café/Snack-bar/Pastelaria	57			
Taberna				
Restaurante/Cervejaria	11			
Churrascaria	1			
Pizzaria				

Geladaria				
Croissanteria				
Quiosque de bebidas/gelados	2			
Cantina	1			
Salão de Chá	1			
Hotéis				
Residencial/Pensão	1			
Turismo Rural	3			
<b>H – SERVIÇOS PESSOAIS</b>				
Cabeleireiro/Barbeiro	10			
Instituto de Beleza/Calista/Depilações	1			
Lavandaria	1			
Agência Funerária	2			
Documentação	1			
Engomadoria				
Mudanças				
Aluguer de fantasias				
Massagista	1			
Aluguer de automóveis				
Estação de Serviço	2			
<b>I – ASSISTÊNCIA MÉDICA</b>				
Centro Médico/Clínica	2			
Análises clínicas	2			
Centro de Fisioterapia/Reabilitação				
Médicos				
Laboratórios de Prótese Dentária				
Centros de Enfermagem				
Raios X				
Clínicas Veterinárias				
<b>J – FABRICO E REPARAÇÕES</b>				
Electricistas	4			
Sapateiros	1			
Canalizadores	1			
Reparação de automóveis, motos, bicicletas	8			
Estofadores	2			
Carpintarias/Serralharias	20			
Reparação de electrodomésticos	3			
Vidraceiros				
Marmoreiro				
Fábricas de chaves				
Fábricas de quadros e molduras				
Reparações de estores	1			
Costureiros (as) /Alfaiates				
Fabrico de produtos alimentares				
Colchoaria				
Fabrico de artigos artesanais	8			
Metalurgia/Metalomecânica				
Torneiros	1			
Oficinas de baterias				

Reparações várias/Ferreiro	1			
<b>L – FORMAÇÃO</b>				
Escolas de condução	2			
Institutos de Línguas				
Ensino por correspondência				
Escolas de Música	1			
Escolas de Artes Gráficas				
Centros de explicações				
Escolas de estética				
<b>M – SERVIÇOS DE LAZER E CULTURA</b>				
Cinemas	1			
Teatros	1			
Ginásios/Health Club's	1			
Agências de viagens				
Bares/discotecas	5			
Clubes de vídeo				
Galerias de Arte/Ateliers de Pintura				
<b>N – BANCOS E SEGUROS</b>				
Bancos	3			
Agentes de seguros	6			
Imobiliárias				
Sociedades de investimento				
<b>O – SERVIÇOS DE APOIO A EMPRESAS</b>				
Consultadoria				
Gráficas/Tipografia/Litografia/Edições				
Advogados	4			
Centros de fotocópias				
Informática				
Gestão				
Audiovisuais				
Empresas de Recursos Humanos				
Engenheiros				
Arquitectos/Gabinetes de projectos	2			
Contabilistas/Auditores	3			
Agências de limpeza				
Marketing/Publicidade	1			
Solicitadores	1			
Stands/Exposições				
Designers	1			
Reclames luminosos				
Segurança				
Telemóveis	1			
Sociedades de cobranças				
Institutos de informação comercial				
<b>P – REPRESENTANTES DOS SECTORES PRODUTIVO E COMERCIAL</b>				
Representantes comerciais				
Importação/exportação				
<b>Q – CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS</b>				
Estaleiros				
Escritórios				
<b>R – ASSOCIAÇÕES</b>				

Fonte: Fichas Fornecidas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia Actualizadas para 2006

Peixaria	7			
Charcutaria				
Congelados				
Comida a peso	1			
Doces	1			
Adega/Loja de Vinho	5			
Posto de Leite				
<b>B – ARTIGOS DE USO PESSOAL</b>				
Tecidos				
Pronto-a-vestir	3			
Sapataria/Malas/Chapéus	3			
Retrosaria/Capelista/Lãs/Linhas	3			
Perfumaria				
Ourivesaria	4			
Relojoaria	4			
Bijutaria				
<b>C – ARTIGOS DE SAUDE</b>				
Farmácia	2			
Oculista/Óptica	2			
Ervanária/Produtos dietéticos				
Artigos ortopédicos				
Próteses dentárias	3			
Outros materiais de Saúde				
<b>D – COMÉRCIO ESPECIALIZADO</b>				
Livraria				
Papelaria/Tabacaria	3			
Material informático/Computadores	2			
Fotografia	2			
Quiosque de jornais/revistas	1			
Artigos de desporto	1			
Gravuras/Molduras				
Totoloto/Totobola	2			
Florista/Sementes	4			
Brinquedos/Máquinas de diversão				
Animais/Acessórios e alimentos	2			
Material de caça/Espingardarias	1			
Material de Campismo				
Material contra incêndios				
Medalhas/Taças				
Discos/CD				
Material de escritório				
Bazar/Comércio misto	1			
Instrumentos musicais				
Produtos /Alfaias agrícolas	3			
<b>E – EQUIPAMENTO PARA O LAR/MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO</b>				
Móveis e Decorações	6			

Electrodomésticos	7			
Tapetes/alcatifas/carpetes	3			
Loiças/Cristais/Vidros	2			
Candeeiros	3			
Aparelhos de Som	5			
Louças sanitárias/Azulejos /Torneiras	4			
Material Eléctrico	2			
Ferragens	2			
Tintas	5			
Drogaria				
Artesanato	8			
Antiquidades				
Lavores Femininos				
Utilidades Domésticas				
Fechaduras/Cofres/Portas	3			
Estores	1			
Antenas	5			
Equipamento de Segurança				
<b>F – MATERIAIS DE TRANSPORTE E COMBUSTÍVEIS</b>				
Automóveis	2			
Motos	2			
Bicicletas	2			
Peças e acessórios	1			
Barcos				
Caravanas e atrelados				
Estações de serviço/ Car Wash	2			
Gás	3			
<b>G – RESTAURAÇÃO E HOTELARIA</b>				
Café/Snack-bar/Pastelaria	15			
Taberna				
Restaurante/Cervejaria	6			
Churrascaria	1			
Pizzaria				
Geladaria				
Croissanteria				
Quiosque de bebidas/gelados	2			
Cantina	1			
Salão de Chá	1			
Hotéis				
Residencial/Pensão	1			
Turismo Rural	3			
<b>H – SERVIÇOS PESSOAIS</b>				
Cabeleireiro/Barbeiro	7			
Instituto de Beleza/Calista/Depilações	1			
Lavandaria	1			
Agência Funerária	2			



Documentação	2			
Engomadoria	1			
Mudanças				
Aluguer de fantasias				
Massagista	1			
Aluguer de automóveis				
Estação de Serviço	2			
<b>I – ASSISTÊNCIA MÉDICA</b>				
Centro Médico/Clínica	2			
Análises clínicas	2			
Centro de Fisioterapia/Reabilitação				
Médicos				
Laboratórios de Prótese Dentária				
Centros de Enfermagem				
Raios X				
Clínicas Veterinárias				
<b>J – FABRICO E REPARAÇÕES</b>				
Electricistas	4			
Sapateiros	1			
Canalizadores	1			
Reparação de automóveis, motos, bicicletas	5			
Estofadores	2			
Carpintarias/Serralharias	4			
Reparação de electrodomésticos	3			
Vidraceiros				
Marmoreiro				
Fábricas de chaves				
Fábricas de quadros e molduras				
Reparações de estores	1			
Costureiros (as) /Alfaiates				
Fabrico de produtos alimentares				
Colchoaria				
Fabrico de artigos artesanais	8			
Metalurgia/Metalomecânica				
Torneiro	1			
Oficinas de baterias				
Reparações várias				
<b>L – FORMAÇÃO</b>				
Escolas de condução	2			
Institutos de Línguas				
Ensino por correspondência				
Escolas de Música	1			
Escolas de Artes Gráficas				
Centros de explicações				
Escolas de estética				
<b>M – SERVIÇOS DE LAZER E CULTURA</b>				
Cinemas	1			

Teatros	1			
Ginásios/Health Club's	1			
Agências de viagens				
Bares/discotecas	3			
Clubes de vídeo				
Galerias de Arte/Ateliers de Pintura				
<b>N – BANCOS E SEGUROS</b>				
Bancos	3			
Agentes de seguros	5			
Imobiliárias				
Sociedades de investimento				
<b>O – SERVIÇOS DE APOIO A EMPRESAS</b>				
Consultadoria				
Gráficas/Tipografia/Litografia/Edições				
Advogados	4			
Centros de fotocópias				
Informática				
Gestão				
Audiovisuais				
Empresas de Recursos Humanos				
Engenheiros				
Arquitectos/Gabinetes de projectos	2			
Contabilistas/Auditores	3			
Agências de limpeza				
Marketing/Publicidade	1			
Solicitadores	1			
Montagem de stands/Exposições				
Designers	1			
Reclames luminosos				
Segurança				
Telemóveis	1			
Sociedades de cobranças				
Institutos de informação comercial				
<b>P – REPRESENTANTES DOS SECTORES PRODUTIVO E COMERCIAL</b>				
Representantes comerciais				
Importação/exportação				
<b>Q – CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS</b>				
Estaleiros				
Escritórios				
<b>R – ASSOCIAÇÕES</b>				
Culturais e Recreativas	4			
Desportivas	17			
Políticas				
Cooperativas	2			
Profissionais				
Moradores				

Solidariedade	2			
Columbófilas				
Comerciais	1			
<b>S – TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES</b>				
Central de camionagem				
Caminhos-de-ferro				
Táxis	5			
Sistemas de comunicação				
Sociedades de transportes e distribuições	1			
<b>T – OUTROS</b>				
Lagares de Azeite	1			
Águas Minerais (Frize)				
Fabrico de Queijo				
Produção de Cogumelos				
Estação de Correios	1			

Fonte: Fichas Fornecidas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia Actualizadas para 2006

Quadro 3 - Estabelecimentos Comerciais e de Serviços na Freguesia de Seixo de Manhoses

<b>FICHAS DE LEVANTAMENTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS-MUNICÍPIO DE VILA FLOR</b>				
<b>FREGUESIA: SEIXO DE MANHOSES</b>	<b>Data da Informação</b>			
<b>FUNÇÃO CENTRAL (TIPO DE ESTABELECIMENTO)</b>	<b>2006</b>			
	<b>Unidades</b>	<b>Unidades</b>	<b>Unidades</b>	<b>Unidades</b>
Mercearias/Taberna				
Mercearias/Minimercado	2			
Supermercados				
Talhos/Charcutaria	1			
Padarias	2			
Cafés/Pastelarias/Snack Bares	3			
Restaurantes	1			
Comércio Misto				
Barbeiros				
Cabeleireiros				
Lavandarias				
Floristas				
Papelarias				
Bancas de Jornais/Revistas				
Livrarias				
Materiais de Construção				
Electrodomésticos				
Material Eléctrico				
Sapateiros				
Alfaiates				
Oficinas de Automóveis/Motos	1			
Fotógrafos				

Móveis e Decorações				
Ourivesarias				
Pronto - a -Vestir				
Sapatarias				
Galerias de Arte				
Antiquários				
Bares/Discotecas				
Escolas de Condução				
Clubes de Vídeo				
Pensões				
Residenciais				
Hotel				
Farmácias				
Médicos				
Instituições Bancárias				
Advogados				
Agentes de Seguros				
Táxis				
Postos Telefónicos				
Estações dos Correios				
Postos dos Correios				
Postos de Abastecimento				
Produção e Comercialização de Cogumelos				
Carpintarias	1			
Ferreiros				
Serralharias				
Lagares de Azeite				
Unidade Industrial - Águas Minerais				
Empresas de Camionagem				
Armazém de Venda de Produtos Agrícolas				
Turismo Rural				
Fabrico de Queijo				
Serração				

Fonte: Fichas Fornecidas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia Actualizadas para 2006

Quadro 4 - Estabelecimentos Comerciais e de Serviços na Freguesia de Santa Comba da Vilariça

FICHAS DE LEVANTAMENTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS-MUNICÍPIO DE VILA FLOR				
FREGUESIA: SANTA COMBA DA VILARIÇA	Data da Informação			
FUNÇÃO CENTRAL (TIPO DE ESTABELECIMENTO)	2006			
	Unidades	Unidades	Unidades	Unidades
Mercearias/Taberna				
Mercearias/Minimercado	3			
Supermercados				
Talhos/Charcutaria	2			
Padarias	1			
Cafés/Pastelarias/Snack Bares	4			

Restaurantes	1			
Comércio Misto				
Barbeiros	1			
Cabeleireiros	1			
Lavandarias				
Floristas				
Papelarias				
Bancas de Jornais/Revistas				
Livrarias				
Materiais de Construção				
Electrodomésticos				
Material Eléctrico				
Sapateiros				
Alfaiates				
Oficinas de Automóveis/Motos				
Fotógrafos				
Móveis e Decorações				
Ourivesarias				
Pronto - a -Vestir				
Sapatarias				
Galerias de Arte				
Antiquários				
Bares/Discotecas				
Escolas de Condução				
Clubes de Vídeo				
Pensões				
Residenciais				
Hotel				
Farmácias				
Médicos				
Instituições Bancárias				
Advogados				
Agentes de Seguros				
Táxis	1			
Postos Telefónicos				
Estações dos Correios				
Postos dos Correios	1			
Postos de Abastecimento	1			
Produção e Comercialização de Cogumelos				
Carpintarias	2			
Ferreiros				
Serralharias	2			
Lagares de Azeite	2			
Unidade Industrial - Águas Minerais				
Empresas de Camionagem				
Armazém de Venda de Produtos Agrícolas				
Turismo Rural				

Fabrico de Queijo				
Serração				

Fonte: Fichas Fornecidas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia Actualizadas para 2006

Quadro 5 - Estabelecimentos Comerciais e de Serviços na Freguesia de Vilas Boas

<b>FICHAS DE LEVANTAMENTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS-MUNICÍPIO DE VILA FLOR</b>				
<b>FREGUESIA: VILAS BOAS</b>	<b>Data da Informação</b>			
<b>FUNÇÃO CENTRAL (TIPO DE ESTABELECIMENTO)</b>	<b>2006</b>			
	<b>Unidades</b>	<b>Unidades</b>	<b>Unidades</b>	<b>Unidades</b>
Mercearias/Taberna				
Mercearias/Minimercado	5			
Supermercados				
Talhos/Charcutaria				
Padarias				
Cafés/Pastelarias/Snack Bares	7			
Restaurantes	1			
Comércio Misto				
Barbeiros				
Cabeleireiros				
Lavandarias				
Floristas				
Papelarias				
Bancas de Jornais/Revistas				
Livrarias				
Materiais de Construção				
Electrodomésticos				
Material Eléctrico				
Sapateiros				
Alfaiates				
Oficinas de Automóveis/Motos				
Fotógrafos				
Móveis e Decorações				
Ourivesarias				
Pronto - a -Vestir				
Sapatarias				
Galerias de Arte				
Antiquários				
Bares/Discotecas				
Escolas de Condução				
Clubes de Vídeo				
Pensões				
Residenciais				
Hotel				
Farmácias				
Médicos				
Instituições Bancárias				

Advogados				
Agentes de Seguros				
Táxis				
Postos Telefónicos				
Estações dos Correios				
Postos dos Correios				
Postos de Abastecimento				
Produção e Comercialização de Cogumelos				
Carpintarias	1			
Ferreiros				
Serralharias				
Lagares de Azeite	2			
Unidade Industrial - Águas Minerais				
Empresas de Camionagem				
Armazém de Venda de Produtos Agrícolas				
Turismo Rural	2			
Fabrico de Queijo	1			
Serração				

Fonte: Fichas Fornecidas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia Actualizadas para 2006

Quadro 6 - Estabelecimentos Comerciais e de Serviços na Freguesia de Freixiel

FICHAS DE LEVANTAMENTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS-MUNICÍPIO DE VILA FLOR				
FREGUESIA: FREIXIEL	Data da Informação			
FUNÇÃO CENTRAL (TIPO DE ESTABELECIMENTO)	2006			
	Unidades	Unidades	Unidades	Unidades
Mercearias/Taberna				
Mercearias/Minimercado	5			
Supermercados				
Talhos/Charcutaria				
Padarias				
Cafés/Pastelarias/Snack Bares	4			
Restaurantes				
Comércio Misto				
Barbeiros				
Cabeleireiros				
Lavandarias				
Floristas				
Papelarias				
Bancas de Jornais/Revistas				
Livrarias				
Materiais de Construção				
Electrodomésticos				
Material Eléctrico				
Sapateiros				
Alfaiates				
Oficinas de Automóveis/Motos				

Fotógrafos				
Móveis e Decorações				
Ourivesarias				
Pronto - a -Vestir				
Sapatarias				
Galerias de Arte				
Antiquários				
Bares/Discootecas				
Escolas de Condução				
Clubes de Vídeo				
Pensões				
Residenciais				
Hotel				
Farmácias				
Médicos				
Instituições Bancárias				
Advogados				
Agentes de Seguros	1			
Táxis	2			
Postos Telefónicos				
Estações dos Correios				
Postos dos Correios				
Postos de Abastecimento				
Produção e Comercialização de Cogumelos				
Carpintarias	1			
Ferreiros				
Serralharias	2			
Lagares de Azeite	2			
Unidade Industrial - Águas Minerais				
Empresas de Camionagem				
Armazém de Venda de Produtos Agrícolas				
Turismo Rural				
Fabrico de Queijo				
Serração				

Fonte: Fichas Fornecidas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia Actualizadas para 2006



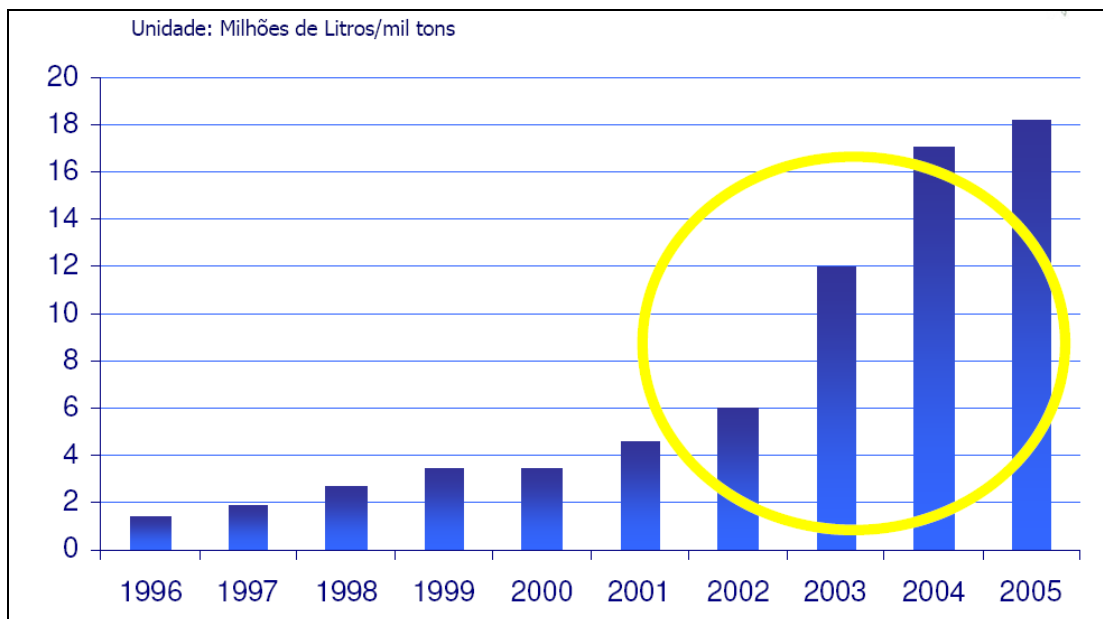


## Anexo VI



## Exemplo de Vendas de uma das Empresas do Concelho

Quadro 1 - Gráfico de Vendas de uma das Principais Empresas do Concelho  
Unidade Industrial, Compal S.A (Águas Frize)



Fonte: Compal S.A.



## Anexo VII



## Agendas Operacionais Temáticas do QREN

**Agenda Operacional para o Potencial Humano**, que congrega o conjunto das intervenções visando a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena. Esta Agenda integra as seguintes grandes vertentes de intervenção: Qualificação Inicial, Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida, Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Formação Avançada para a Competitividade, Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa, Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social e, ainda, a Promoção da Igualdade de Género.

**Agenda Operacional para os Factores de Competitividade**, que abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do Empreendedorismo, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto. Esta Agenda compreende, como principais vectores de intervenção, Estímulos à Produção do Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico, Incentivos à Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização, Instrumentos de Engenharia Financeira para o Financiamento e Partilha de Risco na Inovação, Intervenções Integradas para a Redução dos Custos Públicos de Contexto, Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, Estímulos ao Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Redes e Infra-estruturas de Apoio à Competitividade Regional e, ainda, Acções Integradas de Valorização Económica dos Territórios menos Competitivos.

**Agenda Operacional para a Valorização do Território** que, visando dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, abrange as intervenções de natureza infra – estrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial. Esta Agenda acolhe como principais domínios de intervenção o Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade, a Protecção e Valorização do Ambiente, a Política de Cidades e, ainda, as Redes de Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Territorial e Social.

A concretização destas três Agendas Temáticas é operacionalizada, no respeito pelos princípios orientadores assumidos pelo QREN - da concentração, da selectividade, da viabilidade



económica e sustentabilidade financeira, da coesão e valorização territoriais e da gestão e monitorização estratégica - pelos seguintes Programas Operacionais:

- **Programas Operacionais Temáticos** - Potencial Humano, Factores de Competitividade e Valorização do Território - co-financiados respectivamente pelo Fundo Social Europeu (FSE), pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e, conjuntamente, pelo FEDER e Fundo de Coesão.
- **Programas Operacionais Regionais do Continente** - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve - co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
- **Programas Operacionais das Regiões Autónomas** - dos Açores e da Madeira - co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.
- **Programas Operacionais de Cooperação Territorial** Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira – Açores - Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional, co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.
- **Programas Operacionais de Assistência Técnica**, co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.

Em coerência com as prioridades estratégicas e operacionais, a execução do QREN e dos respectivos Programas Operacionais é viabilizada pela mobilização de significativos recursos comunitários – cerca de **21,5 mil milhões de Euros**, cuja utilização respeitará três orientações principais:

- Reforço das dotações destinadas à Qualificação dos Recursos Humanos, passando o FSE a representar cerca de 37% do conjunto dos Fundos Estruturais, aumentando em 10 pontos percentuais a sua posição relativa face ao QCA III – correspondentes a um montante superior a 6 mil milhões de Euros.
- Reforço dos financiamentos dirigidos à Promoção do Crescimento Sustentado da Economia Portuguesa, que recebe uma dotação superior a 5 mil milhões de Euros, envolvendo o PO Temático Factores de Competitividade e os PO Regionais; as correspondentes intervenções, co-financiadas pelo FEDER, passam a representar cerca

de 65% deste Fundo Estrutural (aumentando 11 pontos percentuais face a valores equivalentes no QCA III).

- Reforço da relevância financeira dos Programas Operacionais Regionais do Continente, exclusivamente co-financiados pelo FEDER, que passam a representar 55% do total de FEDER a mobilizar no Continente (aumentando em 9 pontos percentuais a sua importância relativa face aos valores equivalentes no QCA III), assinalando-se que a dotação financeira dos PO Regionais das regiões Convergência do Continente (Norte, Centro e Alentejo) aumentará 7% face ao valor equivalente do QCA III.

### Atribuições Financeiras do QREN

Quadro 1 - Atribuição Financeira Indicativa Anual por Fundo e Programa Operacional - Objectivo Convergência

Programa Operacional	Fundo	Participação Comunitária (Euros - preços correntes)							
		Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PO Temático Factores de Competitividade	FEDER	3.103.789.011	417.496.731	425.846.666	434.363.599	443.050.871	451.911.888	460.950.126	470.169.130
PO Temático Valorização do Território	FEDER + FC	4.658.544.223	626.629.896	639.162.494	651.945.744	664.984.659	678.284.351	691.850.039	705.687.040
	FEDER	1.598.578.698	215.027.948	219.328.507	223.715.077	228.189.378	232.753.165	237.408.229	242.156.394
	FC	3.059.965.525	411.601.948	419.833.987	428.230.667	436.795.281	445.531.186	454.441.810	463.530.646
PO Regional Norte	FEDER	2.711.645.133	364.748.691	372.043.665	379.484.538	387.074.229	394.815.714	402.712.028	410.766.268
PO Regional Centro	FEDER	1.701.633.124	228.890.000	233.467.800	238.137.156	242.899.899	247.757.897	252.713.056	257.767.316
PO Regional Alentejo	FEDER	868.933.978	116.882.009	119.219.649	121.604.042	124.036.123	126.516.846	129.047.183	131.628.126
PO Regional Açores	FEDER	900.748.216	121.161.405	123.584.632	126.056.325	128.577.452	131.149.001	133.771.981	136.447.420
	Dotação Específica	65.600.833	8.824.096	9.000.578	9.180.590	9.364.202	9.551.486	9.742.515	9.937.366
PO Temático Potencial Humano	FSE	5.863.959.649	788.772.682	804.548.137	820.639.100	837.051.881	853.792.919	870.868.777	888.286.153
PO Regional Açores	FSE*	190.000.000	25.557.272	26.068.417	26.589.785	27.121.581	27.664.013	28.217.293	28.781.639
PO Assistência técnica	FEDER	80.642.957	10.847.442	11.064.391	11.285.679	11.511.392	11.741.620	11.976.452	12.215.981
PO Assistência técnica	FSE	47.361.737	6.370.720	6.498.134	6.628.097	6.760.660	6.895.872	7.033.789	7.174.465
TOTAL Fundos QREN 2007 - 2013 - Convergência		20.192.858.861	2.716.180.944	2.770.504.563	2.825.914.655	2.882.432.949	2.940.081.607	2.998.883.239	3.058.860.904
Total FEDER		11.031.571.950	1.483.878.322	1.513.555.888	1.543.827.006	1.574.703.546	1.606.197.617	1.638.321.570	1.671.088.001
Total FC		3.059.965.525	411.601.948	419.833.987	428.230.667	436.795.281	445.531.186	454.441.810	463.530.646
Total FSE		6.101.321.386	820.700.674	837.114.688	853.856.982	870.934.122	888.352.804	906.119.859	924.242.257
FEADER*		3.648.094.672	526.583.178	524.461.484	510.402.325	517.645.174	523.315.964	523.361.803	522.324.744
FEP*		223.943.059	30.519.983	30.998.886	31.484.737	31.977.622	32.477.628	32.984.845	33.499.358

\* Localiza-se no âmbito do Algarve

\* Inclui a região do Algarve

Quadro 2 - Atribuição Financeira Indicativa Anual por Fundo e Programa Operacional - Apoio Transitório do Objectivo Convergência (*Phasing Out*)

Programa Operacional	Fundo	Participação Comunitária (Euros - preços correntes)							
		Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PO Regional Algarve	FEDER	174.952.016	42.760.156	37.246.284	31.494.752	25.498.262	19.249.314	12.740.209	5.963.039
PO Temático Potencial Humano	FSE	102.749.597	25.113.107	21.874.802	18.496.918	14.975.170	11.305.153	7.482.344	3.502.103
PO Assistência técnica	FEDER	1.322.056	323.125	281.457	237.996	192.682	145.461	96.274	45.061
PO Assistência técnica	FSE	776.445	189.771	165.301	139.775	113.163	85.429	56.542	26.464
TOTAL Fundos QREN 2007 - 2013 - Apoio transitório do objectivo Convergência		279.800.114	68.386.159	59.567.844	50.369.441	40.779.277	30.785.357	20.375.369	9.536.667
Total FEDER		176.274.072	43.083.281	37.527.741	31.732.748	25.690.944	19.394.775	12.836.483	6.008.100
Total FSE		103.526.042	25.302.878	22.040.103	18.636.693	15.088.333	11.390.582	7.538.886	3.528.567
FEADER*									
FEP**									
* FEADER não é objecto de Phasing Out									
** No caso do FEP, o Algarve faz parte do Objectivo Convergência									

\* FEADER não é objecto de Phasing Out

\*\* No caso do FEP, o Algarve faz parte do Objectivo Convergência

Quadro 3 - Atribuição Financeira Indicativa Anual por Fundo e Programa Operacional – Objectivo Competitividade Regional e Emprego

Programa Operacional	Fundo	Participação Comunitária (Euros - preços correntes)							
		Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PO Regional Lisboa	FEDER	306.689.171	41.253.361	42.078.428	42.919.996	43.778.396	44.653.963	45.547.043	46.457.984
PO Temático Potencial Humano	FSE	180.119.036	24.228.164	24.712.727	25.206.982	25.711.121	26.225.344	26.749.851	27.284.847
PO Assistência técnica	FEDER	2.317.550	311.738	317.973	324.332	330.819	337.436	344.184	351.068
PO Assistência técnica	FSE	1.361.101	183.084	186.746	190.481	194.291	198.176	202.140	206.183
TOTAL Fundos QREN 2007 - 2013 - Competitividade Regional e Emprego		490.486.858	65.976.347	67.295.874	68.641.791	70.014.627	71.414.919	72.843.218	74.300.082
Total FEDER		309.006.721	41.565.099	42.396.401	43.244.328	44.109.215	44.991.399	45.891.227	46.809.052
Total FSE		181.480.137	24.411.248	24.899.473	25.397.463	25.905.412	26.423.520	26.951.991	27.491.030
FEADER		94.442.381	8.886.464	11.293.907	14.594.830	14.801.937	14.964.092	14.965.403	14.935.748
FEP		12.556.000	1.688.945	1.722.724	1.757.178	1.792.323	1.828.169	1.864.733	1.901.928

Fonte: www.qren.pt

Quadro 4 - Atribuição Financeira Indicativa Anual por Fundo e Programa Operacional – Apoio Transitório ao Objectivo Competitividade Regional e Emprego (*Phasing In*)

Programa Operacional	Fundo	Participação Comunitária (Euros - preços correntes)							
		Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PO Regional Madeira	FEDER	254.224.328	66.119.657	56.867.201	47.218.198	37.160.488	26.681.584	15.768.658	4.408.542
	Dotação Específica	66.324.676	8.921.462	9.099.891	9.281.889	9.467.527	9.656.877	9.850.015	10.047.015
PO Regional Madeira	FSE	125.000.000	32.510.489	27.961.133	23.216.798	18.271.505	13.119.114	7.753.317	2.167.644
PO Assistência técnica	FEDER	1.805.375	469.549	403.843	335.320	263.895	189.479	111.982	31.307
PO Assistência técnica	FSE	1.060.300	275.767	237.177	196.934	154.986	111.282	65.767	18.387
TOTAL Fundos QREN 2007 - 2013 - Apoio transitório do objectivo Competitividade Regional e Emprego		448.414.679	108.296.924	94.569.245	80.249.139	65.318.401	49.758.336	33.549.739	16.672.895
Total FEDER		322.354.379	75.510.668	66.370.935	56.835.407	46.891.910	36.527.940	25.730.655	14.486.864
Total FSE		126.060.300	32.786.256	28.198.310	23.413.732	18.426.491	13.230.396	7.819.084	2.186.031
FEADER		175.000.000	25.039.134	25.051.654	24.548.604	24.896.960	25.169.706	25.171.911	25.122.032
FEP		9.986.190	1.343.249	1.370.114	1.397.515	1.425.466	1.453.976	1.483.055	1.512.815

Fonte: www.qren.pt

Quadro 5 - Atribuição Financeira Indicativa Anual por Fundo e Programa Operacional – Objectivo Cooperação Territorial Europeia

Programa Operacional	Fundo	Participação Comunitária (Euros - preços correntes)							
		Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PO de Cooperação Transfronteiriça Portugal - Espanha	FEDER	60.222.493	7.771.402	7.960.941	8.231.584	8.572.937	8.924.651	9.225.719	9.535.259
PO de Cooperação Transfronteiriça Bacia do Mediterrâneo	FEDER	663.351	53.379	91.200	99.686	101.680	103.714	105.788	107.904
PO de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico	FEDER	16.168.600	2.086.475	2.137.362	2.210.025	2.301.672	2.396.100	2.476.931	2.560.036
PO de Cooperação Transnacional Sudoeste Europeu	FEDER	7.506.849	968.720	992.347	1.026.083	1.068.633	1.112.475	1.150.003	1.188.588
PO de Cooperação Transnacional Mediterrâneo	FEDER	4.042.151	521.619	534.341	552.506	575.418	599.025	619.233	640.009
PO de Cooperação Transnacional Macaronésia	FEDER	10.394.099	1.341.305	1.374.018	1.420.730	1.479.646	1.540.350	1.592.312	1.645.737
TOTAL Fundos QREN 2007 - 2013 - Cooperação Territorial Europeia		98.997.543	12.742.900	13.090.209	13.540.614	14.099.986	14.676.315	15.169.986	15.677.533
Total FEDER		98.997.543	12.742.900	13.090.209	13.540.614	14.099.986	14.676.315	15.169.986	15.677.533

Fonte: www.qren.pt

Quadro 6 - Atribuição Financeira Indicativa Anual por Fundo e Programa Operacional – Assistência Técnica ao QREN

Programa Operacional	Fundo	Participação Comunitária (Euros - preços correntes)						
		Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PO Assistência técnica	FEDER	86.087.938	11.951.854	12.067.664	12.183.327	12.298.788	12.413.996	12.528.892
PO Assistência técnica	FSE	50.559.583	7.019.342	7.087.358	7.155.287	7.223.100	7.290.759	7.358.238
<b>TOTAL Fundos QREN 2007 - 2013 - Assistência Técnica QREN</b>		<b>136.647.521</b>	<b>18.971.196</b>	<b>19.155.022</b>	<b>19.338.614</b>	<b>19.521.888</b>	<b>19.704.755</b>	<b>19.887.130</b>
Total FEDER		86.087.938	11.951.854	12.067.664	12.183.327	12.298.788	12.413.996	12.528.892
Total FSE		50.559.583	7.019.342	7.087.358	7.155.287	7.223.100	7.290.759	7.358.238

Fonte: www.qren.pt

Quadro 7 - Atribuição Financeira Indicativa Anual por Fundo e Programa Operacional – TOTAL

Programa Operacional	Fundo	Participação Comunitária (Euros - preços correntes)						
		Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL Fundos QREN 2007 - 2013 - Total</b>		<b>21.510.558.055</b>	<b>2.971.583.274</b>	<b>3.005.027.735</b>	<b>3.038.715.640</b>	<b>3.072.645.240</b>	<b>3.106.716.534</b>	<b>3.140.821.551</b>
Total FEDER		11.938.204.665	1.656.780.270	1.672.941.174	1.689.180.103	1.705.495.601	1.721.788.046	1.737.949.921
Total FC		3.059.965.525	411.601.948	419.833.987	428.230.667	436.795.281	445.531.186	454.441.810
Total FSE		6.512.387.865	903.201.056	912.252.574	921.304.870	930.354.358	939.397.302	948.429.820

Fonte: www.qren.pt

Quadro 8 - Tabela Financeira com a Previsão Média Anual para 2007-2013 e com o Recapitulativo das Despesas Estruturais Públicas ou Equivalentes Média nas Regiões do Objectivo da Convergência em 2000-2005 (Euros a Preços de 2006)

	Previsão média anual no QREN 2007-2013 (ex-ante)						Média anual 2000-2005					
	Total	do qual Empresas Públicas (b)	Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)		Não Co-financiado (a)	Total	Total	do qual Empresas Públicas	Quadro Comunitário de Apoio (QCA)		Não Co-financiado	Total
	Nacional + UE	Nacional + UE	UE	Nacional	Nacional	Nacional	Nacional + UE	Nacional + UE	UE	Nacional	Nacional	Nacional
1	2 = 4+5+6	3	4	5	6	7 = 5+6+2-4	8 = 10+11+12	9	10	11	12	13 = 11+12+8-10
Infra-estruturas de base	2.906.664.992	1.005.410.456	503.233.174	297.283.105	2.106.146.713	2.403.431.818	2.790.923.038	942.289.930	634.514.624	499.099.053	1.657.309.350	2.156.408.403
- Transportes	2.042.183.196	760.885.816	243.457.802	161.601.255	1.637.124.139	1.790.725.394	1.695.247.999	892.126.883	376.642.474	354.347.446	964.225.080	1.318.605.525
- Telecomunicações e sociedade da informação	225.409.282	2.363.956	80.326.501	36.518.962	108.563.819	145.082.781	264.686.169	56.944.623	49.164.857	27.396.993	188.124.310	215.521.312
- Energia	68.681.496	7.028.995	24.814.839	14.714.776	29.151.883	43.866.859	250.519.746	73.545.099	40.937.285	55.735.097	153.047.364	209.582.461
- Ambiente e água	405.245.519	194.644.578	110.721.612	66.932.939	227.590.968	294.523.907	435.928.315	119.673.326	103.976.347	39.513.805	292.438.164	331.951.969
- Saúde (C)	165.145.496	40.487.112	43.912.419	17.515.173	103.717.904	121.233.078	144.540.799	0	63.793.662	22.105.713	58.641.423	80.747.137
Recursos Humanos	1.807.653.442		978.993.710	429.012.601	399.647.131	828.659.732	1.519.149.745	410.669	749.521.196	399.968.725	369.659.823	769.628.548
- Educação	766.459.360		446.793.112	193.619.252	126.047.596	319.666.540	570.324.008	144.715	250.704.136	119.668.138	199.951.734	319.619.872
- Formação	802.021.969		384.757.885	172.974.018	244.289.965	417.263.983	739.890.441	107.467	373.653.996	215.451.344	150.785.100	366.236.445
- I&D	239.171.513		147.442.413	42.419.331	29.309.570	91.728.901	205.935.295	158.486	125.163.064	64.949.243	18.922.988	63.772.231
Enquadramento produtivo	835.038.668		542.669.710	146.390.098	145.978.860	292.368.958	745.626.231	4.721.951	456.792.686	229.975.922	58.856.623	288.833.544
- Indústria	432.210.859		332.250.866	57.075.510	42.884.483	99.959.993	142.944.231	2.377.288	90.129.169	41.038.692	11.776.347	52.815.039
- Serviços	184.411.489		114.756.262	51.858.372	17.796.855	69.655.227	399.419.422	17.719	249.366.623	132.267.501	17.785.290	150.052.799
- Turismo	218.416.320		95.662.583	37.456.216	85.297.522	122.753.738	203.262.600	2.326.944	117.296.894	56.670.729	29.294.977	85.965.706
Outros (d)	700.354.419		276.931.822	124.193.625	297.228.972	421.422.597	899.289.388	26.654.907	216.483.213	120.532.403	562.273.772	682.806.174
<b>Total</b>	<b>6.249.711.521</b>	<b>1.005.410.456</b>	<b>2.303.828.416</b>	<b>996.879.430</b>	<b>2.949.003.675</b>	<b>3.945.883.105</b>	<b>5.954.988.380</b>	<b>974.077.457</b>	<b>2.057.311.720</b>	<b>1.249.577.103</b>	<b>2.048.099.567</b>	<b>3.897.676.670</b>

(a) Inclui a contrapartida nacional ao Fundo de Coesão  
(b) AdP, ANA, APS-SINES, CTT, E&M, ENATUR, ESTRADAS DE PORTUGAL, HOSPITAIS E.P.E., METRO DE LISBOA, METRO DO MONDEGO, METRO DO PORTO, IMAER, RAVE, REDEER e REH  
(c) No subdomínio Saúde a despesa dos Hospitais EPE está classificada no subsector Administrações Públicas no período 2000-2005, tendo no período 2007-2013 passado a integrar o subsector Empresas Públicas  
(d) Inclui Assistência Técnica, Outras Infra-estruturas Sociais, Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas e Projectos Integrados de renovação urbana e rural  
Fonte: Autoridades de Gestão dos PO, DGAL, DGO, DPP, GT QREN, IEFP, EPs, RAA e RAM

Fonte: www.qren.pt